

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CRÍTICAS AS COTAS RACIAIS:
A PERSPECTIVA “POPULISTA” PRESENTE NO ARGUMENTO DOS INTELECTUAIS
CONTRÁRIOS A POLÍTICA

Ana Paula de Melo Lima

Juiz de Fora
2016

ANA PAULA DE MELO LIMA

CRÍTICAS AS COTAS RACIAIS:
UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA “POPULISTA” PRESENTE NO ARGUMENTO DOS
INTELECTUAIS CONTRÁRIOS A POLÍTICA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, área de concentração
Cultura, Democracia e Instituições. Orientador:
Prof. Dr. Eduardo Magrone.

Juiz de Fora
2016

ANA PAULA DE MELO LIMA

CRÍTICAS AS COTAS RACIAIS:
UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA “POPULISTA” PRESENTE NO ARGUMENTO DOS
INTELECTUAIS CONTRÁRIOS A POLÍTICA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, área de concentração
Cultura, Democracia e Instituições. Orientador:
Prof. Dr. Eduardo Magrone.

Orientador Prof. Dr. Eduardo Magrone

Membro Interno:

Membro Interno:

Membro Externo:

Membro Externo:

Juiz de Fora
2016

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a agradecer que tonaria imensamente extenso os agradecimentos. Nesse sentido, reservo este espaço para agradecer as mais generosas delas, as que foram certamente fundamentais para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

A generosidade de meu orientador, mestre nato, o respeito, a confiança e o apoio.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – CAPES – pelo auxílio conferido a pesquisa durante o período de um ano.

A generosidade de meu marido Urias, companheiro e amigo de todas as horas.

Aos meus pais, Paulo e Luísa, pelos

A minha irmã Luciana, pelo apoio,

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender dimensões do discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais para ingresso de estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior públicas do país, os argumentos utilizados por esses intelectuais e principalmente, como eles constituem a sua argumentação. A hipótese da pesquisa é a de que os intelectuais contrários às cotas raciais fazem uso da perspectiva “populista” para criticar a medida, embora o termo “populismo” permaneça oculto em seus discursos. O método de desenvolvimento de pesquisa fundamentou-se na análise de referencial teórico, dividido em duas etapas: inicialmente foi feito um levantamento histórico e contemporâneo do uso e das implicações do termo “populismo”; em um segundo momento foram analisadas algumas das obras das quais constam os discursos dos intelectuais contrários à política de cotas raciais. Após a identificação do modo como o discurso do “populismo” permaneceu presente nos argumentos analisados fizemos uso da teoria de Pierre Bourdieu com o objetivo de apresentar uma interpretação das possíveis condições que levaram a esse fato. A partir dessa perspectiva foi possível concluir que ocorreu um procedimento de eufemização, que por sua vez gerou uma autocensura. A eufemização trata-se de condicionamentos no discurso para que ele possa ser aceito socialmente. Desse modo, consideramos que o discurso dos intelectuais críticos às cotas raciais ocultou o termo “populismo” devido ao seu histórico de negação e desconstrução, mas a perspectiva representada por ele continuou presente no imaginário e nas percepções desses intelectuais, o que a fez refletir em suas interpretações e em suas construções críticas contrárias à implementação da medida.

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTEDEO	Grupo de Trabalho para a Eliminação da Desigualdade no Emprego e na Ocupação
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idesp	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
MNS	Movimento Negro Socialista
MNU	Movimento Negro Unificado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT/BA	Partido dos Trabalhadores Bahia
PT/RJ	Partido dos Trabalhadores Rio de Janeiro
PT/RS	Partido dos Trabalhadores Rio Grande do Sul
PT/SP	Partido dos Trabalhadores São Paulo
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TEN	Teatro Experimental do Negro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade de Brasília

UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O “POPULISMO” EM UMA BREVE DELIMITAÇÃO	21
1.1 A primeira geração do “populismo” em sua primeira versão	22
1.2. A primeira geração do “populismo” em sua segunda versão	29
1.3 A segunda geração do “populismo”	35
1.4 Do “Populismo” ao “Trabalhismo”	43
2. O “POPULISMO” E A DESQUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO .	59
2.1 O “Neopopulismo” das décadas de 1980 e 1990	61
2.2 O “Neopopulismo” nos anos 2000	69
2.3 O “Populismo” no governo Lula	74
2.3.1 O uso do conceito pela imprensa	78
2.3.2 O uso do conceito por intelectuais	83
2.3.3 Nem tudo foram espinhos	88
2.3.4 Crítica a crítica	93
3. O DISCURSO CRÍTICO AS COTAS RACIAIS	96
3.1. O argumento científico	99
3.2. “Racialização” da sociedade	103
3.3. A influência de políticas públicas exteriores	109
3.4. A Meritocracia e a defesa de políticas universalistas	111
3.5. O “Populismo” das cotas raciais	113
4. O “POPULISMO” NA CRÍTICA AS COTAS RACIAIS	119
4.1. Os aspectos que evidenciam a percepção “populista”	120
4.2. Os fatos ignorados que evidenciam a perspectiva “populista”	134
5. UM CONCEITO EM UM CAMPO DE FORÇAS	157
5.1. A censura do “campo político”	158
5.2. A censura do “campo linguístico”	168
CONSIDERAÇÕES	181
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender dimensões do discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais para ingresso de estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior públicas do País, os argumentos utilizados por esses intelectuais e principalmente, como eles constituem a sua argumentação.

Esse objetivo é decorrente da uma curiosidade, compreender uma indagação proveniente do senso comum, a de que a política de cotas raciais instituída no País, para o ingresso de estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior, seria originária de uma política “populista”, vinda de um governo historicamente de esquerda, ávido pelo apoio das camadas populares para manter-se no poder.

A afirmação de que as cotas raciais seriam uma política “populista” foi posta na banca de qualificação desta pesquisa. Foi defendida e reforçada por dois dos três professores presentes e fez mudar o rumo de toda a pesquisa desenvolvida até então. A medida de cotas raciais é, de fato, uma política “populista”? Esta pergunta passou, então, a vagar por entre as linhas deste trabalho.

Como a perspectiva “populista”, extremamente debatida e superada no meio acadêmico, poderia ser retomada por esse mesmo meio como crítica à política? O material analisado, que a seguir o descreveremos, mostrou-nos que a perspectiva “populista” ainda está fortemente presente no imaginário não apenas do senso comum, como também do acadêmico e dos intelectuais que aqui consideramos.

Entretanto, ao adentrarmos pela leitura dos argumentos contrários à política de cotas raciais, novas dúvidas surgiram. A perspectiva “populista” realmente parecia estar presente nos argumentos utilizados pelos intelectuais contrários à política, mas o conceito “populismo” muito pouco foi encontrado.

Assim, ampliarmos a nossa pesquisa sobre o uso do termo e constatamos que por parte da grande imprensa ele havia se tornado frequente, principalmente em *blogues* de jornalistas independentes e de cidadãos comuns, que se utilizam do espaço virtual para expressarem suas opiniões a respeito dos rumos políticos do País.

Paralelamente a isso, à medida que as leituras se desenvolviam, observamos que referências explícitas ao termo não apareciam nas críticas dos intelectuais, que a princípio pareciam fazer uso da perspectiva “populista” para criticar as cotas.

Frente a isso, novas indagações surgiram, a ponto de questões se decaírem sobre a própria perspectiva “populista”. O que nos trouxe a necessidade de revê-la, tanto de forma histórica, como fizemos no primeiro capítulo, quanto em sua dimensão contemporânea, como consta no segundo capítulo. O objetivo nesse primeiro momento da tese foi compreender as dimensões da perspectiva “populista” para que, posteriormente, pudéssemos compreender como esta se relacionou com o discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais para Ingresso no Ensino Superior.

O segundo momento da pesquisa se ateve a identificação do discurso “populista” presente na crítica desses intelectuais. A partir de então, chegamos à hipótese de nossa pesquisa: a de que os intelectuais contrários às cotas raciais fazem uso da perspectiva “populista” para criticar a medida, embora o termo “populismo” permaneça oculto em seus discursos.

Identificada à perspectiva “populista” no argumento desses intelectuais, assim como o ocultamento do termo, estabelecemos, em um terceiro momento da análise, observações a respeito de possíveis aspectos que poderiam ter levado ao ocultamento do termo “populismo” no argumento desses intelectuais. Para tanto, nos fundamentamos na perspectiva da “autocensura” de Pierre Bourdieu.

O método de desenvolvimento de pesquisa fundamentou-se na análise de referencial teórico, dividido em duas etapas: inicialmente foi feito um levantamento histórico e contemporâneo do uso e das implicações do termo “populismo”; em um segundo momento foram analisadas algumas das obras nas quais constam o discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais, para que então a nossa hipótese pudesse ser confirmada ou refutada.

Feito isso, em um terceiro momento a pesquisa centrou-se na análise dos possíveis mecanismos desencadeadores dessa espécie de perspectiva “populista” ocultada nominalmente, mas presente no discurso dos intelectuais. Para tanto, fizemos uso das concepções de campo, principalmente o linguístico e o político, presentes na teoria de Bourdieu. As obras que serviram de aporte foram: “O poder simbólico”, “A distinção: crítica social do julgamento”, “A economia das trocas simbólicas”, “Sobre a televisão”, “A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer”, “Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)”.

Destacaremos aqui as principais obras analisadas na perspectiva histórica que consta no primeiro capítulo. Iniciamos pela obra “Populismo y contradicciones de classe em Latinoamérica.” de Gino Germani, Torcuato di Tella e Octavio Ianni (1973), em que o termo

“populismo” adquire relevância para explicar o processo de modernização ocorrido nos Países da América Latina, em que havia a perspectiva de que os camponeses recém chegados à cidade eram iludidos e ludibriados pela classe política demagógica que executava medidas “populistas”.

Foi destacada a apropriação do termo por intelectuais pertencentes ao contexto brasileiro por meio do grupo de Itatiaia e da teoria da modernização. Estes consideram três características centrais do “populismo” existente no Brasil: a ausência de consciência de classe das massas, o direcionamento do grupo político em prol de seus interesses e as práticas de manipulação desenvolvidas por estes últimos. Perspectivas centrais para instituir a noção de desinteresse e ingenuidade das camadas populares, em grande medida dos “recém chegados” à cidade, pelas questões políticas, o que levou-os a uma fácil manipulação e coerção por parte de líderes demagógicos.

Posteriormente foi analisada a perspectiva de Francisco Weffort por meio da obra “O populismo na política brasileira”. Weffort (1980) resgata a perspectiva “populista” das correntes precedentes, assim como traz novas reflexões ao tema. A análise de Weffort torna-se um marco no País para toda e qualquer discussão que perpassasse a temática “populista”. Para Weffort (1980), a origem do “populismo” no Brasil tem suas raízes na “Revolução de 1930”, que altera a estrutura do País de uma configuração oligárquica para uma configuração democrática, fazendo com que o Estado deixasse de representar o interesse de um grupo particular apenas.

Tem-se a partir de então, de acordo com Weffort (1980), a instauração de um complexo campo de forças que instaurou no País a denominada “política de compromissos”, em que o Estado, não representando mais os interesses de um grupo econômico em específico, precisou se sobrepor ao conjunto da sociedade para que pudesse permanecer no poder. A força eleitoral das camadas populares despontou nesse cenário. O interesse por essas camadas residiu não apenas na quantidade de votos proveniente dela, mas em sua pretensa fragilidade crítica e em sua ausência de consciência política. Para Weffort (1980), tem-se, desse modo, o “populismo” pelo qual se assentou o projeto democrático brasileiro. Nesse processo, a massa entraria no jogo político e constituiria um ator social significativo em nosso País, presa fácil dos governos interessados em dela fazer uso demagógico.

Das correntes críticas à perspectiva “populista” destacamos as considerações de Maria Helena Capelato contidas na obra “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimento”. De acordo com Capelato (2001), a análise “populista” desenvolveu uma crítica pasteurizada das

relações sociais e políticas desencadeadas no País. Atribuiu características semelhantes a processos que foram extremamente complexos e distintos entre si.

Ângela de Castro Gomes, em seus clássicos trabalhos “A invenção do trabalhismo” e “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” tornou-se uma das principais críticas à perspectiva, as suas contribuições também foram aqui levantadas. Para ela, o “populismo” recorreu em erro, pois atribuiu às camadas populares apenas um lugar histórico de submissão e manipulação frente a líderes políticos carismáticos.

Desse modo, Gomes (2007) traz outra perspectiva social a essa relação histórica, a percepção do pacto trabalhista, em que, ao invés de se ter uma relação entre líderes demagógicos e classes populares amorfas, existiu uma relação desigual sim, mas fundamentada no diálogo e no interesse de todos os sujeitos sociais envolvidos.

Jorge Ferreira também se tornou um expoente crítico da perspectiva “populista” nos trabalhos “O nome e a coisa: O populismo na política brasileira” e “O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964”. Ferreira (2001) traz críticas contundentes à perspectiva, a tese defendida por ele é a de que o “populismo” se tornou, com o passar do tempo, um conceito para se referir de forma pejorativa ao adversário político. Essa é uma perspectiva que se estenderá por um bom tempo, como mostramos no capítulo subsequente. O objetivo do capítulo, ao apresentar o histórico da perspectiva “populista”, por meio das obras centrais aqui destacadas foi possibilitar uma melhor compreensão do formato dessa perspectiva no debate público atual.

Assim, o primeiro capítulo se constituiu em um breve histórico do termo “populismo”, quando surgiu e as suas principais configurações ao longo de seu desenvolvimento, para que no segundo capítulo pudéssemos chegar às discussões “populistas” contemporâneas. Desse modo, o segundo capítulo teve por objetivo mostrar como o conceito chegou e foi empregado nas últimas décadas, em especial, o seu uso pelos críticos do governo Lula, governo em que foi instituída a política em questão.

No segundo capítulo abordamos as transformações pelas quais passou tanto o conceito, quanto o emprego do mesmo. Ao termo “populismo” somou-se o prefixo “neo”, em nova conjuntura, o termo passou a se referir a governos de direita, instituídos ao longo da década de 1980 e praticantes não mais de uma política econômica nacionalista, mas sim da ordem neoliberal. A primeira perspectiva considerada foi a de Carlos Vilas “¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latino-americano.” Para este o “neopopulismo” representou uma distorção do “populismo”.

Conforme este autor, o conceito, em sua nova configuração, representou um equívoco reducionista. A perspectiva “neopopulista” seria uma compreensão equivocada do conceito originário e de seus significados ao considerar apenas uma única característica presente na primeira concepção, o personalismo político. Em sua perspectiva a aplicação do conceito tornou-se simplista, usada para se referir a fenômenos distintos e em contextos diversos por toda a política latino-americana, o que levou a uma completa descaracterização do mesmo.

Apontamos brevemente a perspectiva de Kurt Weyland em: “Neo-Populism and Neo-Liberalism in Latin America”, “Clarifying a Contested Concept” e “Neopopulism and Neoliberalism in Latin America”. Esse teórico é central na perspectiva “neopopulista”. Para ele, o “neopopulismo” é considerado um subtipo do “populismo” aplicado em novo contexto, o neoliberal. A sua tese é a de que, para que os Países da América Latina tivessem seus mercados abertos ao capital estrangeiro sem maiores conflitos, a figura do líder “populista” seria fundamental, uma vez que este seria capaz de estabelecer frente ao povo estratégias de aceitação, associando o neoliberalismo a benefícios às camadas médias e populares.

Além disso, para ele, o “neopopulismo” teria possibilitado às camadas populares da América Latina a entrada no jogo político. Para Ferreira (2001), o conceito “neopopulista” representou mais uma variação dentro outras, centrada na ideia de macular a imagem do adversário político.

Feito esse percurso chegamos às análises correspondentes aos anos 2000. Para abordar as perspectivas contemporâneas trouxemos a contribuição dos autores Jorge Castañeda “Latin America’s Left Turn” e Fernando Mitre “As peregrinações de um conceito”.

Nos anos 2000 o uso do termo tornou-se generalizado, para se referir tanto a governos de direita, quanto de esquerda. Para Castañeda (2006), os governos da América Latina insurgentes no novo século se dividem em duas frentes, a “esquerda populista” e a esquerda “social-democrata”. O primeiro termo é usado para se referir aos governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Néstor Kirchner, por exemplo. O segundo seria a “boa esquerda”, representada por Lula e Michelle Bachelet. A dicotomia usada por esse autor foi amplamente usada pela mídia, o que contribuiu fortemente para a permanência do conceito em meio à opinião pública.

Em Mitre (2008) vimos uma perspectiva crítica em relação ao uso do termo. Para ele, a veiculação indiscriminada do conceito mais encobriu os fatos a ele associados do que contribuiu para o desvelamento de questões pertinentes. Para ele, o largo manto do conceito

passou a encobrir tanto a democracia, quanto a demagogia, ofuscando assim a compreensão das conjunturas políticas da América Latina.

Feito esse percurso chegamos ao uso do termo para a caracterização de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da república. Antes de chegar ao posto de presidente Lula era denominado de “populista” por setores da direita, quando presidente passou a ser caracterizado pelo termo também por setores da esquerda, tendo em vista a política econômica assumida pelo seu governo. Assim, para setores da direita, Lula assumiu feições de um populista tradicional, por fundamentar-se em um discurso popular, enquanto para setores da esquerda ele havia se tornado um “neopopulista”, uma vez que contrariou seu histórico político ao assumir políticas econômicas neoliberais.

O seu carisma, a constante proximidade com as massas e o uso de seu histórico de vida popular, foram as características centrais que fizeram a grande imprensa e os críticos de direita associarem Lula a figura “populista”.

Em relação a esse panorama trouxemos as contribuições de Áquilas Mendes e Rosa Maria Marques “O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.” Estes consideram que o governo Lula abriu possibilidades para uma nova configuração de “populismo”. A sua característica central estaria em seguir a cartilha neoliberal para chegar à presidência e fazer medidas populares, tal como o programa “Bolsa Família”, para manter-se no poder.

Após essas perspectivas pontuamos as considerações de Brasília Sallum Junior em “Hegemonia Liberal, Desenvolvimentismo e Populismo” e André Singer em “Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador”. Para Sallum Junior (2008), Lula desenvolveu uma estratégia “populista” para permanecer no poder. Entretanto, o “populismo” para ele não assume feições negativas ou positivas, mas surge como uma estratégia de Lula para manter-se no poder por meio de uma política social que aprofundou a hegemonia liberal no País.

Para Singer (2012), o “lulismo”, que muitos associam ao “populismo”, não se trata de uma política demagógica, mas da identidade de um governo que instituiu medidas centradas na diminuição da pobreza no País.

As observações de Goldstein “De la expectativa a la confrontación” e Reis “Estado e trabalhadores: O “populismo” em questão”, são, ao final do segundo capítulo, consideradas. A partir dos autores trabalhados foi possível avaliar que o uso do conceito “populismo” tornou-se uma estratégia política para desqualificar o adversário. E em uma dimensão mais profunda, uma estratégia para tornar invisível atores sociais, juntamente com as suas demandas e as suas

reivindicações. Por meio da estratégia “populista” pode-se calar a atuação e as reivindicações das camadas populares, negando o processo de luta desencadeado por elas.

Compreendendo então os usos do termo “populismo”, o terceiro capítulo centrou-se na investigação de nossa hipótese – a camuflagem do termo pelos intelectuais, que, embora façam uso de sua lógica, não fazem uso explícito do termo. Para tanto, analisamos os argumentos de intelectuais contrários à política de cotas raciais por meio de três livros que adquiriram grande visibilidade no período.

As obras analisadas foram “Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo”, uma coletânea de artigos publicada no ano de 2007, organizada por Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos; “Uma gota de sangue: história do pensamento racial” publicado no ano de 2009 por Demétrio Magnoli; e “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor” publicado no ano de 2006 por Ali Kamel.

Para justificar o posicionamento contrário às cotas alguns argumentos foram utilizados, o capítulo apresentou a centralidade deles: a justificativa científica, centrada no fato de que geneticamente os homens não apresentam diferença racial; a racialização da sociedade, condição que seria desencadeada ou acentuada pela medida; a influência de políticas públicas exteriores, o que mostraria a inadequação da medida, posto que no País prevaleceria a miscigenação, assim como a incapacidade do governo de solucionar os reais problemas do País. A meritocracia e a defesa de políticas universalistas são invocadas como reais medidas em um polo oposto ao das cotas raciais. Para a sustentação de cada um desses argumentos foram apresentados posicionamentos de autores presentes nas obras acima destacadas.

Após a apresentação desses pontos, o capítulo centrou-se na análise da perspectiva do “populismo” presente na crítica as cotas raciais. Foi apresentado as considerações de Simon Schwartzman (2008), único intelectual de todos os analisados que faz uso do termo por meio da expressão o “populismo das cotas raciais”. Para ele, as cotas seriam uma medida contra a ordem natural dos acontecimentos, pois forçaria a inclusão de pessoas não necessariamente preparadas.

A perspectiva “populista” presente na crítica às cotas raciais foi analisada especificamente no quarto capítulo. O objetivo do quarto capítulo foi confirmar ou refutar a hipótese da tese, como já explicitado acima, a de que os intelectuais contrários às cotas raciais

fazem uso da perspectiva “populista” para criticar a medida, embora o termo “populismo” permaneça oculto em seus discursos.

O termo “populismo” tornou-se inaceitável no campo de discussões intelectuais, entretanto a lógica expressa por ele sofreu poucos abalos, na medida em que continuou presente no modo com que intelectuais, e não apenas estes, mas grande parte da população interpreta o modo de se fazer política no País. A tese defendida por nós é a de que a noção “populista” configura uma violência simbólica, e, quando o seu conceito é suprimido do discurso, permanecendo apenas a sua lógica, essa violência torna-se ainda maior.

Usado pela classe dominante para se referir de forma pejorativa às políticas que se destinam às classes populares, o uso do termo deslegitima essas políticas por configurem-na como políticas de classe. Isso porque veiculam a ideia de que a política virtuosa e legítima é aquela constituída de leis naturais, universais, que não possui caráter de classe, quando na verdade o possui. Assim, a classe dominante legítima como universal as políticas de sua classe e deslegitima toda e qualquer política contrária a essas. Quando o termo “populismo” é ocultado, permanecendo a sua lógica, a violência simbólica se torna mais sutil, e, portanto, ainda maior.

Apesar do termo estar oculto, observamos que a perspectiva “populista” esteve presente no discurso dos intelectuais contrários à política devido a presença de características centrais nos argumentos. Assim, no quarto capítulo consideramos os mesmos autores e os mesmos textos analisados no capítulo anterior. A primeira dessas características é o autoritarismo associado ao governo responsável pela implementação da política, imposta coercitivamente à sociedade, como se a ela fosse beneficiar, quando na verdade o beneficiário é o próprio governo. Noção basilar dessa construção é a associação feita entre Estado autoritário e Estado intervencionista.

Consideramos que a segunda característica “populista” presente nos discursos analisados é a manipulação da sociedade, em especial, das camadas populares. Esta seria ignorante ou até mesmo indolente, e, por isso, apta a aceitar as medidas impostas. A terceira característica “populista” presente nesses discursos é a cooptação das camadas populares, uma consequência da manipulação que se impõe a elas, ou seja, ludibria-se, para conquistá-la.

A quarta característica “populista” presente no discurso desses intelectuais é a infantilização dessas mesmas camadas populares. Ignorante, indolente, despreparada, as camadas populares seriam beneficiadas pelo governo, em troca garantiriam a vitória do mesmo nas urnas.

Além dessas características centrais afirmamos a existência de uma lógica “populista”, que também se faz presente no discurso desses intelectuais. Uma lógica que faz menção a uma espécie de ordem transcendental ou universal dos acontecimentos, pré-existente ao homem e que se desenvolve como um curso natural pré-estabelecido. As medidas “populistas” fariam parte de uma ordem criada pelo homem, nesse sentido, seriam contrárias a essa espécie de ordem pré-existente. Foram esses aspectos centrais que nos possibilitaram afirmar a presença da perspectiva “populista” no discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais.

Desse modo, passamos a averiguar os principais fatores que precederam a Lei. O objetivo foi averiguar até que ponto houve luta dos movimentos, para que tal política fosse implementada, ou, se de fato, não houve luta, o que poderia caracterizar a política de cotas como uma medida “populista” do governo petista. Compreendermos, a partir dessas análises, que as cotas não surgem ao acaso e que não são instituídas como vontade do governo, mas que são provenientes de lutas instituídas pelos movimentos sociais negros em busca da conquista de direitos e de reparações aos danos históricos causados, dentre eles as cotas para ingresso de estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior do País.

Após a identificação do modo como o discurso do “populismo” permaneceu presente nos argumentos analisados, o quinto capítulo teve por objetivo apresentar uma possível interpretação das condições que levaram a esse fato. Para tanto, fizemos uso da teoria de Pierre Bourdieu.

Em Bourdieu encontramos a perspectiva dos “campos”, o político e o linguístico em especial foram considerados para a compreensão de nossa problemática, a ocultação do termo “populismo” do discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais.

Em relação ao “campo político” foram considerados os conflitos desencadeados para a imposição do discurso considerado como verdadeiro. Consideramos a perspectiva do imperativo dizer é fazer, em que o dito torna-se crível, se o agente em questão possui credibilidade para tal. Uma condição que transforma concepções particulares em realidade constituída.

Um dos procedimentos de constituição dessa realidade é a nomeação, que encontra a sua centralidade no “campo linguístico”. É por meio da nomeação que os agentes, de acordo com os meios a eles disponíveis, ambicionam o poder de nomear, e, conseqüentemente, de construir o mundo social de acordo com suas perspectivas.

Assim, em meio a esses campos de forças os agentes executam determinadas lógicas inconscientes para que seus discursos possam ser aceitos. É nesse processo que se apresenta a censura, ou seja, um procedimento inconsciente de eufemização que condiciona o discurso para que ele possa ser aceito socialmente.

A censura faz com que surjam procedimentos de eufemização. Desse modo, consideramos que o discurso crítico às cotas raciais, ocultou o termo “populismo” devido ao seu histórico de negação e de desconstrução, mas a perspectiva representada por ele continuou presente no imaginário e nas percepções desses intelectuais, o que a fez refletir em suas interpretações e em suas construções críticas contrárias à implementação da medida.

1. O “POPULISMO” EM UMA BREVE DELIMITAÇÃO

Como bem observa Ferreira (2001), o “populismo”, conceito utilizado por muitos para definir um modo de fazer política que surge no Brasil a partir de 1930, seria herdeiro do “clientelismo” da Primeira República. Essa nova forma de se fazer política no País seria responsável pela continuidade da velha e desigual relação entre Estado e sociedade. Destituídas de consciência política, e, conseqüentemente, de tradição de luta por direitos, a classe trabalhadora – a urbana, mais precisamente a recém-chegada do mundo rural às cidades – foi incapaz de se fazer como classe de ação e caiu nas armadilhas de um Estado sempre pronto a devorá-la.

A ideia de um Estado autoritário, arrogante e corrupto e de uma sociedade alienada, alienação que teria seu ápice, sua culminância nas camadas populares, setores tidos como incapazes de desenvolver qualquer tipo de reflexão política minimamente coerente, se articulam intrinsecamente, para que se tornem distantes. O conjunto desses fatores e, principalmente, o último deles, uma espécie de debilidade conferida às camadas populares implicaria na possibilidade de sua manipulação e cooptação por parte do Estado. Teoria que reforça o distanciamento entre Estado e sociedade, sendo aquele concebido como um ente maléfico, e esta, como um ente débil. Essa foi a relação basilar à noção de “populismo”.

Como contexto histórico, tem-se, em âmbito internacional, as crises imperiais agravadas pelo pós-guerra; as transformações socioeconômicas provenientes do capitalismo industrial e que se intensificam a partir de 1930, tendo em vista a crise de 1929; o desenvolvimento e a expansão do fascismo e o processo de urbanização decorrente da industrialização que trazia para as cidades uma massa de camponeses que se tornaria a classe proletária. Essas condições somavam-se, no contexto nacional, ao declínio e à conseqüente queda da República Velha em 1930. No que concerne ao objetivo do nosso estudo, esses fatos implicaram o surgimento de uma nova questão: o “problema democrático”. O proletariado urbano trouxe para o campo político a força de um novo ator social: as “massas”.

Embora exista um movimento revisionista de forte crítica ao “populismo”, ainda perdura, desde os círculos intelectuais até as camadas populares, a tendência de se explicar fenômenos políticos, e, porque não dizer, a política como um todo, pelo viés do “populismo”.

Como define Gomes, percepções como essas estão presentes em teses de intelectuais e professores, no trabalho de jornalistas, na argumentação de políticos, no senso comum do cidadão. O “populismo” tornou-se um conceito popular, saiu das academias e ganhou a boca

do povo. Além da plasticidade do conceito, a complexidade de sua existência o tornou um tema extremamente espinhoso. Ainda conforme a pesquisadora, o “populismo” é um “conceito em muitas histórias”. Nesse sentido, qualquer tentativa de escrever sobre ele será sempre um risco, passível de muitas críticas. (GOMES, 2001, p.20).

Cientes disso, o caminho que escolhemos para a construção deste primeiro capítulo foi a concisão. Faremos apenas uma breve delimitação de algumas das principais correntes do “populismo” no País, por meio de contextos e autores específicos que possam contribuir para a compreensão dos rumos desse conceito na política brasileira.

Antes de nos determos à delimitação das tendências do “populismo”, cabe um esclarecimento. Partimos da hipótese defendida por Ferreira (2001) de que o “populismo”, por ser amplamente utilizado, tornou-se um conceito vazio, usado sobretudo para a desqualificação do adversário político. Essa condição foi observada pelo pesquisador, principalmente em seu livro “O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964”, em que, adversários dos trabalhistas, seja os de direita, seja os de esquerda, transfiguraram pejorativamente o período que, para o autor, corresponde ao “trabalhismo”, atribuindo-lhe a noção de “populismo”.

Para a exposição das tendências do ‘populismo’, fizemos uso da sistematização de Ferreira (2001), pois consideramos que este autor organizou de forma clara e objetiva essas tendências até a década de 1980. Nesse sentido, não foi preciso a organização de uma nova sistematização, apenas o estudo e as análises da sistematização proposta pelo pesquisador, que dividiu a existência do “populismo” em gerações, como veremos adiante.

A primeira geração do “populismo” chegou ao País por meio de autores que se dedicaram à análise do “populismo” na América Latina, buscou-se nessa primeira tendência, explicações para o surgimento e o desenvolvimento do fenômeno. Foram essas primeiras análises que inspiraram autores brasileiros que investigavam as mudanças pelas quais o País passava.

1.1 A primeira geração do “populismo” em sua primeira versão

A “Teoria da modernização” que repercutiu no meio intelectual e acadêmico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, influenciou diretamente as discussões sobre o “populismo”, posto que este seria uma das consequência da primeira. Ferreira (2001) considera que a

relação “Teoria da modernização”/“populismo” adquiriu repercussão no Brasil a partir das obras de Gino Germani e Torcuato S. di Tella, também publicadas no mesmo período.

Para Germani (1973) e di Tella (1973), as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas decorrentes do processo de industrialização, que as conduziria do modelo tradicional/rural para o moderno/urbanizado, tornam-se o fundamento para a existência política “populista” na América Latina. Para ambos os pesquisadores, o processo de urbanização trouxe um dilema político, a incorporação das massas populares ao processo democrático.

Para Germani (1973), a mola propulsora do “populismo” foi uma espécie de duplo assincronismo, o técnico e o geográfico. O assincronismo técnico, seria a mistura de adventos modernos com instrumentos e sistemas já ultrapassados, interferindo não apenas na vida material da sociedade, como também em seus aspectos psicológicos. O assincronismo geográfico seria a existência, no meio urbano, de “grupos evoluídos” e de “grupos atrasados” da sociedade, adjetivos usados pelo próprio autor. Para ele, no Brasil, visto por seus olhos, podia-se passar da era nuclear à idade da pedra em poucas horas, como se faz por meio de uma viagem de avião.

Desse modo, a coexistência de atitudes, crenças e valores correspondentes a épocas distintas, levaram Países da América Latina ao “populismo”. A urbanização e a industrialização haviam incitado as “massas populares” a um movimento forçoso em direção de sua incorporação política e social, passando por cima dos sistemas formais e instaurando com isso o “populismo”.

Em di Tella, Ferreira (2001) observou uma espécie de aliança dos excluídos, “massas populares”, ressentidas por não terem se tornado classe média, e classe média ressentida por não ter se tornado classe dominante. Elas se uniram por meio de um ressentimento comum. Líderes oriundos da classe média, compreendendo esse sentimento de exclusão, souberam eficazmente lidar com os anseios daí decorrentes.

Desse modo, o “populismo” representou um movimento político característico dos Países subdesenvolvidos que se processou diferentemente das transformações ocorridas nos Países europeus, conduzidos por partidos liberais. Na Europa¹, a reforma foi introduzida por um partido liberal, formado por grupos oriundos da classe média, e seguida por um movimento de trabalhadores vinculados ao sindicalismo. (DI TELLA, 1997).

¹ Termo usado de forma genérica pelo próprio autor, sem que se fizesse menção a qualquer País em específico.

Di Tella (1997) observou que, nas transformações ocorridas nos Países europeus, identificavam-se duas etapas: a primeira de apoio das classes médias e dos trabalhadores não organizados aos partidos liberais, e a segunda, de acirramento de posições por meio de maior oposição da classe média à ordem então estabelecida e de organização das forças trabalhadoras e sindicais. Os acirramentos políticos não implicaram revoluções, pois foram acompanhados de uma mobilidade social que chegou às massas urbanas. Apesar disso, a classe trabalhadora adotou posicionamento político crítico e ativo, desde as perspectivas mais moderadas até as mais revolucionárias.

Para o pesquisador, nos Países subdesenvolvidos, em lugar do liberalismo e do movimento dos trabalhadores, surgiu uma série de movimentos políticos desordenados que na falta de um melhor termo passaram a ser designados por “populismo”. Para ele, carregada de improvisações e irresponsabilidades, a natureza desses movimentos, deixava evidente que não se estenderiam por muito tempo.

Na tendência desses autores, a transição de uma sociedade tradicional, de “participação política restrita”, para uma sociedade moderna, de “participação ampliada” foi o berço em que surgiu o “populismo”. A responsabilidade de seu surgimento localizou-se em um ator coletivo específico, os camponeses que migravam dos campos para as cidades e, com isso, mesclaram atitudes, crenças e valores tradicionais aos modernos, em um movimento que impossibilitou a consolidação de instituições autônomas, pois seriam incapazes de discernimento político crítico. Com isso, permitiram que espaços fossem abertos aos líderes oportunistas.

Para Ianni (1991), há um ponto esquecido pelos autores supracitados que incidiu no surgimento do “populismo”: a ausência de instituições políticas sólidas. Se há, por um lado, o despreparo dos “recém-chegados” do mundo rural às cidades que não dispunham ainda de condições culturais e políticas adequadas à vida urbana, há, por outro, uma ausência de instituições políticas sólidas, como um sistema partidário para a condução política da sociedade. Dessa forma, ao despreparo das massas deveria se somar a ausência de instituições que conduziram o desenvolvimento político em um curso ideal. O “populismo”, nesse sentido, representou o desvio desse curso.

Além da inserção desse ponto, a análise de Ianni (1991) criticou outro aspecto colocado por Germani e di Tella, a docilidade que ambos conferiram aos “recém-chegados” do campo às cidades. Para Ianni (1991), tal imagem não corresponderia a realidade, o fato das

“massas” deixarem-se levar pelo “populismo” repousa mais na ausência de uma cultura política do que em uma espécie de moralidade dócil.

O pesquisador observou que a urbanização e a industrialização implicaram no surgimento de uma nova classe empresarial, a expansão do proletariado e do setor terciário. Com isso, novos grupos passam a pressionar o poder político, além disso, classes emergentes economicamente passaram a querer fazer parte das decisões políticas. As novas configurações de classe assumiram, para Ianni (1991), importância central nesse processo. Nesse sentido, o cerne do “populismo” não estaria no “atraso” dos camponeses recém-migrados, mas nas novas relações urbanas e industriais nas quais imperava a lógica do mercado, que sem ser freado por instituições políticas fortes, se tornou o espaço propício à demagogia de líderes carismáticos.

Para Capelato (1988), um dos maiores equívocos dessa tendência analítica foi considerar os movimentos sociais como reflexos apenas de variáveis socioeconômicas. A explicação do comportamento político das classes ficou circunscrita ao processo de industrialização e, principalmente, a origem dos recém-chegados do campo à cidade, o que olvidou todo e qualquer fator de ordem política e cultural. Além disso, nessa tendência socioeconômica, a sociedade capitalista moderna colocou-se como modelo a ser seguido pelas demais sociedades tradicionais e rurais. O que gerou uma comparação exteriorizada entre diversas sociedades, dispendo-as em uma espécie de linha evolutiva a caminho do progresso.

Na perspectiva de Capelato (1988), Ianni também incorreu em erro, embora tenha trazido para suas análises a dimensão política em forma institucionalizada. O erro nas análises de Ianni estaria em considerar que as contradições entre as classes nesse novo contexto haviam passado para um segundo plano, uma vez que, em primeiro plano, havia a contradição da sociedade como um todo, por meio de um conflito econômico entre o modelo agroexportador e o modelo nacional desenvolvimentista.

Retomando a tendência de que o “populismo” foi um processo inserido dentro de um fenômeno mais amplo, o da modernização dos Países da América Latina, é necessário trazermos para a delimitação o trabalho do Grupo de Itatiaia, iniciado no início da década de 1950. Conforme Ferreira (2001), foi por meio desse Grupo que a relação “Teoria da modernização/populismo”, contida na análise dos autores supracitados, chegou ao Brasil.

Gomes (2001) endossa a interpretação de Ferreira (2001), para ela, a “Teoria da modernização” é tida também pelo Grupo de Itatiaia como ponto de partida para o surgimento do “populismo” no País. Esses eram estudiosos que se reuniam na cidade de Itatiaia, meio

caminho entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde moravam. Eram patrocinados pelo Ministério da Agricultura e tinham por objetivo discutir e analisar os problemas econômicos, sociais e políticos relacionados ao desenvolvimento do País.

Três condições são apontadas pelo Grupo como características do “populismo”: A primeira seria a ausência de consciência de classe das massas, uma condição decorrente do fenômeno moderno de proletarização, como vimos acima. A segunda condição seria o direcionamento político das classes dirigentes para os seus próprios interesses. Ao perderem a representatividade frente à população, devido às transformações sociais em curso, as classes dirigentes perderam também a capacidade de orientar a sociedade para valores comuns e, em um ato de fraqueza, se prestaram a práticas de manipulação da sociedade.

Satisfeitas essas duas primeiras condições, seria o surgimento de uma terceira que fecharia o ciclo para a instauração do “populismo”: o surgimento de um líder carismático, capaz de trazer para si a confiança das massas. É possível perceber que, perpassando essas três condições, há, claramente, a identificação dos atores sociais que interagem nesse processo: o proletariado sem consciência de classe, a classe dirigente em crise de representatividade e um líder político carismático. (GOMES, 2001).

Nesse sentido, para o Grupo de Itatiaia, o “populismo”, no contexto do “nacional-desenvolvimentismo” brasileiro, tornou-se uma manifestação de transição do País de uma economia dependente para o processo de modernização. O surgimento das “massas”, proveniente desse processo, passaria a ser orientado politicamente por meio de líderes políticos carismáticos. Inicialmente, o conceito passou a ser aplicado às críticas dirigidas a Adhemar de Barros, candidato às eleições no ano de 1955, dando origem ao conceito “ademarismo”, que será, posteriormente, muitas vezes utilizado como sinônimo de “populismo”.

Para Ferreira (2001), o Grupo de Itatiaia trouxe ao cenário intelectual do País os primeiros teóricos brasileiros que formularam reflexões sobre o “populismo”, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe se tornaram os maiores representantes dessa tendência. Guerreiro Ramos seguiu a linha teórica de Gino Germani, defendia que o populismo se estabeleceu de fato no País com o fim do Estado Novo, em 1945, onde se manifestariam as primeiras gerações de assalariados urbanos. Em seu trabalho, formulou críticas ao “Varguismo”, ao “Janguismo”, uma espécie de “seguidismo” de Vargas, representado na figura de João Goulart, ao “Peleguismo” tido como subproduto do “Varguismo” e, por último, ao

“Expertismo”, expressão que significava a produção de novos “ismos”, principalmente pelos partidos políticos.

Na perspectiva de Hélio Jaguaribe, o “populismo” no Brasil seria uma manifestação da transição do País de uma economia dependente, agrário-exportadora, para a sua fase de modernização por meio da urbanização e da industrialização. As massas seriam uma consequência desse processo, e o “populismo”, uma estratégia encontrada para lidar com elas. (FERREIRA, 2001).

Ainda nessa tendência, em meados da década de 1950, a discussão acerca do “populismo” ganhou um novo campo: o acadêmico. Centrados em estudos dos primeiros movimentos sindicais brasileiros, alguns representantes da academia brasileira, trouxeram suas contribuições à questão. (FERREIRA, 2001).

Vianna (1978) denominou essa tendência de “Interpretação sociológica”, que deu início aos estudos dos movimentos sindicais, fazendo a contraposição desta com – a também denominada por ele de – a “Interpretação política”, que nos deteremos mais a frente por meio de Weffort. A “Interpretação sociológica” teria nas figuras de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues os seus maiores representantes.

Para Vianna (1978), são nos estudos de Lopes, que essa tendência encontrou a sua maior consistência. Uma das questões de investigação de Lopes (2008) foi compreender o comportamento do operário que surgiu no momento de trânsito de uma “economia tradicional” para uma “economia moderna”. Segundo ele, compreender elementos da estrutura social levaria a compreensão do comportamento da classe operária de então.

Para o desenvolvimento de suas análises, Lopes (2008) estabeleceu a relação entre a origem do operário e a sua consciência de classe. As conclusões a que chegou remetem aos mesmos pontos que os estudos anteriores, no que se referem à condição do “recém-chegado” às cidades, os camponeses. Os trabalhadores provenientes das lavouras e dos comércios das pequenas localidades não se identificaram com a condição de operários industriais e, com isso, não conseguiram formar uma consciência de classe.

Conforme Lopes (2008), alguns anseios faziam com que esses trabalhadores não se identificassem com a condição operária. Pensavam “estar” nela, para juntar dinheiro e, assim, partir para projetos futuros, na condição de trabalhadores autônomos, seja regressando ao interior ou na nova cidade. A condição de trabalhador autônomo seria um valor trazido do ambiente tradicional, principalmente do comércio das pequenas localidades. O grande problema, na visão de Lopes (2008), estava no fato de que, embora pensassem apenas “estar”

na condição operária, a grande maioria deles nela permanecia durante um longo tempo de suas vidas.

Nesse sentido, prevaleceu durante a primeira geração de proletários do País uma consciência individualizada, proveniente do camponês “recém-chegado”, impossibilitando o desenvolvimento de uma consciência coletiva, mais precisamente de uma consciência de classe. Os seus comportamentos tenderiam a “interesses pessoais”, implicando a ausência de padrões de ação coletiva e a criação de uma natureza difusa de solidariedade. Visando apenas os próprios interesses, não conseguiram se ver como classe, com isso, não se tornaram capazes de desenvolver uma consciência política, e se tornaram presa fácil das manipulações “populistas”. (LOPES, 2008).

Como bem observa Ferreira (2001), em todas essas tendências, chegou-se a uma conclusão similar, fundamentada na ingenuidade de um novo ator social, o proletariado recém-chegado do mundo rural às cidades. Esse ponto, em especial, tornou-se campo fértil para a disseminação da “primeira versão do populismo”. A ingenuidade e a individualidade do camponês, condições intrínsecas a uma vida rural e tradicional, teriam desvirtuado o curso político do País, e não só, teriam também dissolvido politicamente a classe trabalhadora brasileira em formação.

Assim, o enfoque sobre o “comportamento operário”, determinado pela origem da força de trabalho em um contexto de transição de uma “economia tradicional”, de “participação política restrita”, para uma “economia de mercado”, de “participação política ampliada”, teria resultado em uma classe operária que, marcada pelo individualismo, por suas origens rurais, tradicionais e patrimoniais, se tornou passiva e dependente do Estado. O resultado, portanto, foi o surgimento do populismo. (FERREIRA, 2001, p.72).

Em síntese, podemos considerar que a primeira geração do “populismo” foi marcada pelas interpretações da “Teoria da modernização” e do comportamento da classe trabalhadora, interpretado única e exclusivamente por estruturas socioeconômicas, com a completa desconsideração dos fatores político e cultural e ainda marcada por sua origem do meio rural, o que conferiria ingenuidade e individualidade em seu modo de ser e de se colocar perante as relações sociais.

Para Capelato (1988), um dos maiores equívocos dessa tendência analítica é considerar os movimentos dos trabalhadores como reflexos apenas de variáveis socioeconômicas, como observado acima. As explicações do comportamento político da classe trabalhadora ficaram circunscritas ao processo de industrialização e urbanização, mais

precisamente, à chegada do camponês à cidade, que trazia consigo crenças, valores e uma conduta de vida considerada tradicional, e, conseqüentemente, incompatível com a nova sociedade em formação. Uma perspectiva que desconsiderou por completo os fatores de ordem política e cultural.

Foi somente em meados da década de 1960, que ocorreu o surgimento da primeira crítica substancial às primeiras tendências do “populismo”. Para Ferreira (2001), o marco dessa crítica foi à público na obra “O populismo na política brasileira”, uma coletânea de artigos de Francisco Weffort, que, além de resgatar as discussões sobre “populismo” das décadas anteriores, trouxe novas reflexões sobre o tema. As análises de Weffort tornaram-se centrais para a compreensão da perspectiva “populista” na política brasileira, pois, além de dialogar com as primeiras tendências, constituiu por si só uma nova tendência, e ainda, influenciou sobremaneira as tendências iniciais da segunda geração, como veremos mais a frente.

1.2 A primeira geração do “populismo” em sua segunda versão

A partir de meados dos anos de 1960, surgiu um novo conjunto de pesquisadores que contribuiu para a formação da segunda tendência da primeira geração do populismo. Dentre eles, pode-se destacar Juarez Brandão Lopez, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Boris Fausto e José Álvaro de Moisés. O mais importante teórico do grupo foi Francisco Weffort. (GOMES, 2001, p.29).

Na perspectiva de Weffort (1980), os tempos de origem do “populismo” datam da “Revolução de 1930”. Embora isso não signifique que o “populismo” tenha emergido exatamente aí. O que ocorreu nesse período foi o surgimento das bases que fundamentaram o nascimento da “política populista” em 1945, com o fim do “Estado Novo”.

Como ponto desencadeador de sua perspectiva, tem-se as transformações ocorridas na estrutura política do País a partir da queda da economia de exportação do café. A conseqüente “Revolução de 1930” permitiu ao Estado brasileiro migrar de uma estrutura oligárquica para uma configuração que possibilitou o início de sua democratização. Isso porque o processo que se iniciou em 1930 possibilitou a entrada de novas classes no campo político do País. (WEFFORT, 1980).

Cabe ressaltar que, mesmo com a alteração da classe dirigente, permaneceram no governo setores tradicionais, na figura de grandes cafeicultores rurais, embora fossem setores

menos vinculados à exportação, como no caso específico dos cafeicultores do estado do Rio Grande do Sul.

As classes aliadas à nova classe dirigente não conseguiram estabelecer bases economicamente sólidas para a sustentação do poder político, o cultivo e a exportação do café ainda permaneceram, por um longo tempo a atividade econômica fundamental do País. As classes médias não possuíam força política, e os grupos menos vinculados à exportação não estavam vinculados aos grandes centros da economia. Nesse sentido, ambas as classes não possuíam forças que as sustentassem como classe econômica predominante e que as colocassem juntamente com as forças da nova classe dirigente. (WEFFORT, 1980).

Ocorreu então, uma separação entre classe dirigente e classe econômica predominante, condição que implicou a separação entre Estado e economia, uma vez que o Estado deixou de representar os interesses de um grupo em particular. Diferentemente do período anterior, em que o poder político estava diretamente imbricado no topo mais alto da hierarquia do poder econômico.

Tem-se, com isso, para Weffort (1980), a instauração de um complexo campo de forças entre o novo governo, os setores oligárquicos vinculados à exportação que experimentavam a decadência, os setores oligárquicos menos vinculados à exportação, os setores industriais em ascensão, a classe média e as massas populares urbanas em expansão.

Esse descolamento entre Estado e economia trouxe enorme instabilidade ao governo. Sem representar de imediato os interesses da classe economicamente predominante, não contava mais com seu apoio, condição que tinha consequências diretas em sua permanência no poder. Foi essa instabilidade que, na perspectiva de Weffort (1980), levou o Estado a estabelecer uma nova forma de fazer política, por meio de um astucioso jogo denominado por “política de compromissos”.

Encontramos, com efeito, uma situação em que nenhum dos grupos (classe média, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Essa circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. (WEFFORT, 1980, p. 50).

Na “política de compromissos”, o Estado desenvolveria um diálogo com todos os setores na tentativa de conciliar os interesses dos grupos que, em muitas vezes, se colocavam de forma contraditória, ao mesmo tempo em que se colocava como uma força acima de todos,

de modo que atuasse como um árbitro frente às demandas impostas. Como árbitro, ele passaria a decidir em nome dos interesses de todos, pelo menos, aparentemente.

Em síntese, sem servir a uma única classe, o Estado viu-se em meio às forças de várias delas, os conflitos gerados a partir de então o conduziram a uma constante instabilidade política, como alternativa, adotou a “política de compromissos”. Para Weffort (1980), dentro da “política de compromissos”, o Estado viu-se tentado a direcionar muitas de suas ações para uma espécie de política da maioria. Um segmento social que, embora estivesse em maior número, jamais conseguiria ser autônomo e se colocar de forma conflitiva com ele.

Com isso, as classes populares urbanas despontaram como um ator decisivo no novo cenário. Para o pesquisador, constituíam a única classe capaz de legitimar o novo Estado. “Firmado seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o poder do Estado como instituição, e esta começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira.” (WEFFORT, 1980, p.51).

Entretanto, se foi um fato que as camadas populares se tornaram um novo ator no cenário político, outro fato foi que sua existência se deu de forma unilateral, na medida em que serviu apenas para dar legitimidade ao novo Estado. Já que, como vimos, ele passou a ser composto de uma classe dirigente que se descolou da classe econômica predominante e encontrou na “política de compromissos”, certo equilíbrio, e nas camadas populares, sua base de sustentação. Nesse sentido, para Weffort (1980), o Estado passaria então a tender, embora essa tendência não se efetivasse sempre, as alternativas que despertassem menor resistência ou então, maior apoio das classes populares.

Para Weffort (1980), essa estratégia política devia-se a um fato central, a classe dirigente compreenderia as massas populares como frágeis politicamente, sendo assim, seria fácil conquistar o seu apoio por meio de concessões políticas a elas destinadas. A fragilidade incidiria na seguinte questão, sem consciência política não compreenderiam que as concessões eram, na verdade, direitos, passariam, então, a ver o líder político como um grande benfeitor. Nas palavras de Weffort: “surge o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante dois decênios.” (WEFFORT, 1980, p.70).

Em sua perspectiva, a categoria “manipulação” assume, para Gomes, uma “intrínseca ambiguidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas.” (GOMES, 2001, p.34). A crítica que, posteriormente, se estabeleceu ao pensamento de Weffort se assentou no fato de que, para o

autor, a participação das camadas populares não se deu de forma autônoma, mas por meio de mecanismos de manipulação. Posteriormente, veremos esse ponto em maiores detalhes.

Assim, de 1930 a 1945, foram lançadas as bases que, posteriormente, implicaram a política “populista” no País. Para Weffort (1980), o “populismo” não se iniciou no “Estado Novo” de Vargas, como acima explicitado, pois, em um regime ditatorial, o Estado se coloca sempre de forma soberana frente aos demais setores da sociedade. Nesse sentido, o “populismo”, para o pesquisador, surgiu apenas no momento em que a legitimação do “Estado Novo” começou a enfrentar crises.

Portanto, o período de 1930 a 1945 correspondeu apenas ao momento de integração das massas ao jogo político. Foi somente com o fim da “ditadura Vargas” que o “populismo”, de fato, se manifestou no País. Ele ganhou forma por meio do “queremismo”. Para o pesquisador, esse movimento tornou-se a grande manifestação do “populismo”, devido à sua característica central: um movimento de manifestação e opinião das massas, mas organizado pelo próprio governo que pedia a permanência de Vargas no Estado.

Embora fosse um movimento popular organizado pela própria classe dirigente, na perspectiva de Weffort (1980), o “queremismo” assumiu uma feição revolucionária. Uma revolução não aos moldes franceses, pois não havia sido gerado por uma consciência política de classe, por uma ação política de classe, mas foi uma “revolução à brasileira”. Embora, na concepção do pesquisador, tivesse sido um movimento de massa e não de classe, e, conseqüentemente, passivo e submisso, tornou-se uma das primeiras manifestações do proletariado urbano do País. Nesse sentido, abriu-se, com ele, uma espécie de precedente democrático na história política do Brasil.

Dessa forma, mesmo condicionado, o “populismo” tornou-se um movimento político legítimo, de uma sociedade que se transformava a caminho da urbanização e da democracia, pois permitiu às massas urbanas, mesmo que na condição de massa e não de classe, participarem do processo político em questão. (WEFFORT, 1980).

Em sua argumentação, Weffort (1980) criticou a perspectiva dos tradicionais liberais e também a dos nacionalistas. Os primeiros por considerarem o “populismo” como algo meramente exterior e sem conteúdo. Os segundos por considerarem o “populismo” como uma espécie de política residual, um fenômeno “pré-político”. Ambas as correntes recusaram-se, na perspectiva do pesquisador, a atribuir sentido ideológico ao “populismo”. Contrariamente à sua teoria que vê no “populismo brasileiro” uma expressão política, pois se tornou a primeira forma de manifestação política das massas.

Nas considerações de Weffort (1980), a democracia deixava de ser mera formalidade, como aconteceu no período anterior a 1930, para se tornar, mesmo que de forma passiva e condicionada, uma realidade. Para ele, o início desse processo democrático não se deu de modo formal, jurídico, constitucional, o que a caracterizaria pelos moldes europeus. Mas foi um processo inicial da participação das massas no campo político, foi o processo possível a ser feito no Brasil. “Não obstante, a democracia foi uma realidade no Brasil, tanto como pode ser real a democracia burguesa. Não, porém, no sentido formal, da vigência imperativa de uma Constituição, mas no sentido de que as massas participaram do jogo político.” (WEFFORT, 1980, p.23).

Nesse sentido, para Weffort (1980), ocorre a “democratização por via autoritária”, fundamentada nas massas e nos líderes populistas. A abertura do campo político para as camadas populares iniciou-se com a “Revolução de 1930”. Após a ditadura Vargas, com a intensificação do processo de industrialização e com o crescente aumento das massas urbanas no País, fez com que o seu aumento em número gerasse, paralelamente, o seu aumento em importância política. Entretanto, a sua participação continuou sendo massificada, sem consciência de classe. Esse cenário, para Weffort (1980), fez crescer as lideranças “populistas” em todos os pleitos nacionais.

Desse modo, uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as massas está na sua própria debilidade como classe, na sua divisão interna e na sua incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado. Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem necessitarão recorrer a intermediários – primeiro Vargas, e depois os líderes populistas da etapa democrática – que estabeleçam alianças com setores urbanos das classes dominadas. (WEFFORT, 1980, p.71).

Para o autor, além da ausência de uma consciência de classe, a participação política das camadas populares estaria condicionada a dois outros fatores: o histórico autoritarismo do Estado brasileiro que desencadeou não apenas uma revolução de “cima para baixo”, como também a inserção das camadas populares por meio desse mesmo movimento. Somado a esse fator, a incapacidade das classes médias e dos demais setores de substituir as oligarquias nas funções do Estado, fazendo com que este voltasse suas atenções aos populares.

Cabe ressaltar ainda que, com a queda do regime oligárquico, as cidades se tornaram o centro das atividades econômica, política e social, e, com isso, o continente populacional urbano tornou-se, em certa medida, um setor decisivo que se sobrepunha aos segmentos rurais. (WEFFORT, 1980).

Embora o “populismo”, para Weffort (1980)”, tenha representado um passo dado à história democrática do País, as suas consequências não serão positivas. A ausência de uma consciência de classe entre as camadas populares urbanas implicou sua completa nulidade frente às investidas militares que desembocaram no “Golpe Civil-Militar”. Sendo um movimento democrático de “cima para baixo”, as camadas populares não passaram a possuir formação política, sequer visão crítica da realidade. Nesse sentido, não foram capazes de compreender a movimentação que acontecia no País antes do golpe, se posicionando e atuando frente a ela. Contrariamente ao que esperavam, tanto conservadores, quanto reformistas, a massa não se manifestou, não reagiu, não se opôs. Ela, mais uma vez, foi, para usar um termo do autor, o “parceiro-fantasma no jogo político”.

A condição de classe implica percepção de consciência de sua identidade coletiva, da percepção das necessidades de seu grupo, da organização em torno de seus interesses e de uma atuação autônoma perante o Estado. Condições não constatadas por Weffort (1980), ao analisar a formação das camadas populares no período em discussão. Para ele, problemas significativos impossibilitaram a atuação política autônoma das camadas populares, principalmente, entre o período de 1945 a 1964, como a consciência de que a política se restringe ao sufrágio, a dependência das associações, a hipertrofia do executivo e o alto grau de personalização da política brasileira.

O problema em relação ao sufrágio estaria na consciência de que ele seria o único meio de expressão popular. Somado a esse problema estaria a forma desarticulada e individualizada de exercício do voto. No que concerne à dependência política das associações, o autor afirma que, embora tenham crescido as organizações sindicais, estudantis e demais associações, principalmente durante o governo de Goulart, foram também crescentes as limitações que se impuseram a elas. As associações, de um modo geral, não representavam os interesses de sua classe, mas sim se colocavam como intermediárias entre o poder político e os seus representados. Nesse sentido, não se tornaram fonte de poder político, mas sim mero mecanismo de articulação.

A hipertrofia do executivo e do elevado grau de personalização do poder governamental estão imbricados. Há nas camadas populares uma impenetrabilidade dos partidos políticos, do mesmo modo em que estes se tornaram ineficazes e incapazes de trazer para si o apoio das massas. Nesse sentido, a hipertrofia do executivo levou conseqüentemente ao alto grau de personalização da política. Ludibriadas, as massas tenderiam sempre às figuras carismáticas, não se orientando por posicionamentos políticos, mas pelas palavras de líderes

“populistas”. E, assim, remetidos ao primeiro problema acima posto, a questão do sufrágio, como um círculo vicioso em que um problema conduz aos demais.

Desse modo, no período de 1945 a 1964, as tendências democráticas alcançaram a sua mais visível maturidade e como um movimento ondulatório, do ápice iniciou-se o processo de declínio. Os sucessivos conflitos da “República Populista” terão sua culminância em abril de 1964 com o “Golpe Civil-Militar”.

Weffort (1980) considera que a ascensão dos militares representou o fim do processo de democratização do Estado por meio do “populismo”. No regime militar, sucumbiram às condições para as pressões populares e todas as manifestações políticas de qualquer tipo, abriu-se um período de “inflexão na história política brasileira”.

O ponto central que emergiu da perspectiva de Weffort foi o fato de que o “populismo” representou um modo brasileiro de se fazer política a caminho da democratização do País. Fruto de um Estado autoritário, que em um dado momento histórico viu-se em meio a instabilidades política, e que, devido a isso, chamou para si o apoio das camadas populares, proporcionando a elas algumas medidas satisfatórias.

Nesse sentido, o argumento central do pesquisador foi de que o “populismo” foi uma forma impositiva, porém democrática de se fazer política do Estado brasileiro, que se fundamentaria em três fatores: repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas das demandas da classe operária. Estas, então, passaram a fazer parte do jogo político, mas não na condição de atores, de sujeitos políticos e sim na condição de objetos receptores de políticas, em condição passiva, submissa, como massa, jamais como classe.

1.3 A segunda geração do “populismo”

Capelato (1988) ressalta que um dos pontos da perspectiva “populista” que, na década de 1970, tornou-se alvo das mais variadas críticas e que, somado a outros fatores, implicou o surgimento de novas tendências interpretativas referentes aos contextos compreendidos entre 1930 e 1964, foi uma espécie de compreensão genérica desse período.

As análises tendiam a compreender esse período pelo viés do “populismo”, um processo histórico que surge com a “Revolução de 1930” e tem o seu marco final com o “Golpe de 1964”. Esses estudos assentaram-se em bases genéricas, desconsiderando as particularidades de diferentes conjunturas que vão desde a “Revolução de 1930”, do “Governo Provisório” de 1930 a 1937, do “Estado Novo”, do conseqüente processo de

redemocratização de 1945, do governo de Dutra entre 1945 a 1950, do retorno de Vargas, do governo de JK, da estadia de Jânio e dos conflitos que impediram o governo de Goulart e desembocaram no “Golpe Militar”. (CAPELATO, 1988).

Para Capelato (1988), além desse equívoco, outro de igual proporção foi considerar os movimentos populares desses períodos como reflexos exclusivos de variáveis socioeconômicas, como já destacamos anteriormente. A explicação do comportamento político das classes ficou circunscrita ao processo de industrialização e, principalmente, à origem dos recém-chegados do campo, desconsiderando-se totalmente os fatores de ordem política e cultural.

Todo esse período concebido de forma pasteurizada, por meio de uma clássica relação: de um lado, ou mais precisamente, em cima, o Estado autoritário e manipulador, de outro, ou em baixo, o proletariado urbano frágil e manipulado. Esses fatores fizeram com que essas perspectivas não se sustentassem por um tempo muito longo, sem que a elas se voltassem críticas.

Um método de pesquisa que contribuiu para o desenvolvimento de visões críticas sobre o “populismo” foi o proveniente da História Cultural, que, na mesma década, adquiriu grande espaço no meio acadêmico brasileiro. Historiadores brasileiros, fazendo uso desse método de pesquisa, passaram a revisar a história oficial do País, principalmente dos períodos Colonial, Imperial e da Primeira República. (CAPELATO, 1988).

Um dos paradigmas da História Cultural, conforme Chartier (1990), é se deter nas relações específicas de cada caso, pois se considera-se que as composições e as distribuições históricas e sociais são sempre singulares. Portanto, não caberia à História Cultural cair na mesma armadilha que a História Tradicional, que se fixa em noções pré-existentes aos fatos singulares, como uma espécie de motor único e externo que não se atém às práticas internas do fato em análise. Para Chartier, a História Cultural tem por objetivo buscar “reconstituir, sob as práticas visíveis ou os discursos conscientes, a gramática escondida ou imersa que a explica.” (CHARTIER, 1990, p.65).

Em relação ao período de 1930 a 1964, foram restritos os estudos que se fundamentaram na nova metodologia. O que, de fato, não gerou um contraponto forte em relação à perspectiva do “populismo”. Mesmo assim, estudos criticaram ensaios sobre o “populismo” na América Latina e questionaram análises do tema, desenvolvidas sobre o cenário brasileiro. (CAPELATO, 1988).

Embora em número insuficiente para se tornarem um contraponto ao “populismo”, os estudos fundamentados na História Cultural lançaram no cenário de pesquisa brasileiro perspectivas e ideias fundamentais, para que as análises revisionistas do “populismo” amadurecessem suas críticas e fossem posteriormente melhor aceitas no meio acadêmico. Assim, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, as tendências da primeira geração do “populismo” começaram a se exaurir.

Apesar dos ganhos provenientes da aplicação da História Cultural às análises, ocorreram retrocessos. Embora a segunda geração do “populismo” tenha iniciado suas observações a partir da recusa das tendências anteriores, especificidades das considerações de Weffort continuaram a fazer parte das novas tendências. A nova geração intérprete da política brasileira pela via do “populismo”, recusou a “Teoria da modernização”: a exclusividade das determinações socioeconômicas para a compreensão da classe trabalhadora e a influência do imaginário rural ingênuo e individualista do camponês, condicionando a sua conduta de vida após sua migração à cidade. Entretanto, a força atribuída à repressão e à manipulação do Estado continuaram presentes na nova tendência.

Para Ferreira (2001), o argumento central de Weffort fundamentou-se no fato de que o “populismo” obteve sucesso por ter conjugado três fatores centrais: repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas das demandas da classe operária. Essa tríade, na segunda geração, foi substituída por uma relação dual, que desconsiderou o terceiro fator, a satisfação. As novas tendências passaram a centrar suas análises na repressão e na manipulação do Estado para com a classe trabalhadora. Para Ferreira (2001), esse movimento trouxe uma regressão às interpretações, uma vez que desconsiderou por completo a satisfação dos atores populares envolvidos que começaram a despontar, mesmo que de forma insatisfatória nas análises de Weffort.

A tradição marxista também influenciou sobremaneira as novas tendências interpretativas. O aspecto marxista que mais se disseminou foi a questão da importância da “consciência de classe” dos trabalhadores como instrumento de mudança da realidade. Uma questão também vista, em certa medida, na geração anterior. Essa versão se centrou na questão da ideologia como uma “falsa consciência” que se impunha aos trabalhadores tornando-os submissos às forças opressoras do Estado. (GOMES, 2001).

Gramsci foi o autor mais referenciado nas análises dessa tendência, principalmente em seus conceitos de “hegemonia” e de “intelectual orgânico”. Assim, influenciados por Weffort, e, em grande medida, por um viés gramsciano, as análises passaram a se fundamentar na

repressão estatal e no uso de mecanismos de persuasão para a manipulação da classe trabalhadora.

De acordo com Gramsci (2000), o jogo político teria dois polos, de um lado, os “intelectuais orgânicos” da classe dirigente ou “intelectuais tradicionais”, que realizavam a persuasão. Conseguiram organizar os interesses de sua classe e impô-los sobre as demais, tornando-os hegemônicos. Foram os responsáveis pela passagem dos interesses de seu grupo do nível estrutural para o nível superestrutural, de modo a cristalizá-los, não como se fossem construtos sociais, mas como se fossem leis universais, por meio da persuasão que se materializava na propaganda política e na legislação.

Inspirado no fascismo e no nazismo, o governo teria feito uso dos recursos oferecidos pelos modernos meios de comunicação de então, em especial do rádio, para “inculcar” nas camadas populares, menos politizadas, manipulações acerca da realidade. Eram utilizados também os jornais, as cartilhas escolares, também músicas e festas e comemorações cívicas. (FERREIRA, 2001).

A legislação trabalhista foi considerada por essa tendência como um instrumento utilizado pelo Estado para se colocar como benfeitor perante a classe proletária. Esta, sem consciência política, não enxergaria a legislação como direito, mas sim como concessões de um Estado sempre pronto a defendê-la dos males do patronato.

No polo oposto, estavam as camadas populares politizadas, ou, mais precisamente, o “intelectual orgânico” das camadas populares. Estes utilizavam os espaços dos sindicatos na tentativa da organização dos interesses coletivos da classe operária. Para eles, não funcionava a persuasão ou a manipulação, então, aplicou-se a repressão, passaram a ser presos ou mortos. (GRAMSCI, 2000). A repressão sobre os “intelectuais orgânicos” e sobre os sindicatos teria inviabilizado a organização e a luta política da classe operária.

Para Ferreira (2001), a legislação conferida aos trabalhadores não poderia ser vista unicamente como meio manipulatório de conformação dos interesses da massa. Além disso, a propaganda, por mais bem elaborada que fosse, não seria capaz de sustentar uma personalidade pública por tanto tempo.

Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressa um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagem e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores. (FERREIRA, 2001, p.88).

Em nota da mesma página referenciada acima, Ferreira cita o próprio Weffort que ressaltava a importância da satisfação das massas, “(...) grupo burguês algum é capaz, por si próprio, de inventar um político de massas. As condições de existência das massas têm seu papel nesta invenção.” (WEFFORT, 1980, p.34).

Vargas, para Ferreira (2001), tornou-se um mito e sua força política não surgiu apenas de meios superficiais como propagandas políticas e de legislação e medidas provenientes de “cima para baixo”, como consideraram as versões “populistas” anteriores. Para o pesquisador, uma personalidade política não se sustentaria em bases manipulatórias e repressivas por tantas décadas e nem teria o apoio sincero das camadas populares, se não tivesse de fato realizado um diálogo e concretizado medidas demandadas por elas.

Na década de 1980, surge outra tendência, voltada à compreensão das políticas públicas de controle social instituídas pelo Estado, mas sem o enfoque “populista”. Sob as influências de Foucault, o poder passou a ser interpretado de forma mais ampla, em sentido “capilarizado”, e a “Escola de Frankfurt” inspirou as análises que se fundamentavam na “razão instrumental”. (FERREIRA, 2001).

Foi forte a influência de Foucault (2007) tendo em vista a sua perspectiva acerca da sociedade contemporânea, no que tange a sua passagem de um regime punitivo para um regime disciplinar. (FERREIRA, 2001). Em sua teoria a disciplina tornou-se, no final do século XVII e início do XVIII, uma “fórmula geral de dominação” que possibilitou a instauração de uma microfísica do poder.

Nesse regime disciplinar, o poder exerceria-se por meio de arranjos sutis, aparentemente inocentes, com grande poder de difusão e, principalmente, capazes de exercer a coerção de pequenas em pequenas escalas. (FOUCAULT, 2007). A classe operária, durante o governo Vargas passou a ser analisada a partir dessas técnicas “disciplinares” que teriam sido instituídas pelo Estado. Nesse sentido, a classe operária passou a ser minuciosamente controlada, por meio de operações sutis que começaram por dominar seus corpos e então suas forças, até chegar a suas consciências.

Com as guerras, novas formas de controle e de dominação política passaram a ser desenvolvidas. O Estado foi considerado um ente que buscava conhecer as camadas populares para controlá-las. Para tanto, fez-se uso de discursos científicos e técnicas modernas, era a mistificação das massas. A consolidação do sistema capitalista trouxe consigo o “círculo da manipulação”, a “racionalidade técnica” transfigurada na “racionalidade da dominação”, criou uma sociedade alienada de si mesma. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947).

Para Adorno e Horkheimer, principais expoentes da “Escola de Frankfurt”, a sociedade moderna fundamentou-se em uma espécie de razão científica e tecnológica, que tinha por objetivo tornar o mundo desencantado. “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. A sua meta foi dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p.5). Entretanto, o que ocorreu foi a razão instrumentalizando-se a serviço do capital, conduzindo o homem à novas mitificações, e, conseqüentemente, à alienação.

Na sociedade de mercadorias, em que tudo se objetificou, não haveria escapatória, até mesmo para a cultura, surgiu então a “indústria cultural”, e, com ela, a produção em série, não apenas de objetos, mas também de mentes. A “indústria cultural” foi amplamente utilizada pelas classes dominantes para a reprodução de seu poder, o que, por sua vez, alimentaria a engrenagem capitalista. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947).

O rádio e o cinema adquiriram centralidade nos estudos, uma vez que se tornaram poderosos instrumentos da “indústria cultural”, criando usuários passivos e submissos ao que a eles se impunham. Essa perspectiva passou a influenciar as análises sobre a propaganda doutrinária transmitida pelas estações de rádios e veiculadas pelos jornais ao longo do governo Vargas, tidas, como o próprio nome sugere, como mecanismos de manipulação e cooptação da classe trabalhadora.

Para Ferreira, nessa tendência, “o enfoque do controle operário surgiu como alternativa ao binômio repressão-propaganda, centrando a análise na eficácia do poder baseado no argumento da racionalidade e da técnica.” (FERREIRA, 2001, p.90). Entretanto, a alternativa não foi promissora, pois novamente considerou apenas a dimensão do controle das massas, desconsiderando a dimensão de satisfação dessas.

Os desagrados permaneceram, uma vez que, tanto a relação persuasão e repressão, quanto a análise alternativa, centrada no “controle operário” não forneceram respostas substanciais à compreensão da relação entre Vargas e a classe operária. O caminho encontrado por alguns pesquisadores foi a radicalização por meio da atribuição ao governo de ações características dos regimes totalitários. (FERREIRA, 2001).

Com isso, Vargas passou a ser associado à figura de líderes totalitários, ora comparado aos líderes nazifascistas, ora aos comunistas. Nessa tendência, aumentou enormemente a força das práticas de repressão e de persuasão que foram exercidas pelo Estado Novo.

Para Capelato (1988), não se pode negar a circulação de ideias entre práticas políticas de distintos Países. Frente a isso, certamente, tanto o governo Vargas como, por exemplo, o

de Peron na Argentina, sofreram influências das ideias do nazismo e do fascismo. A autora concorda que traços do totalitarismo são identificáveis em discursos e em práticas do Estado Novo, entretanto, estas não chegaram a ser práticas amplas e generalizadas em meios institucionais.

Além disso, houve de fato, no Estado Novo repressão e muitas liberdades suspensas, mas não ocorreu um monopólio do Estado, práticas democráticas continuaram existindo, assim como a presença no campo político de adversários do governo, ressalta a pesquisadora. Até mesmo a propaganda política, veiculada no período, esteve bem longe de tentativas de constituição de uma identidade e uma opinião única entre a população. (CAPELATO, 1988).

Fora o fato de que a análise totalitária tornou-se extremamente controversa, principalmente, porque o próprio conceito de “totalitarismo” passou a ser alvo de muitas polêmicas e revisões. Para Ferro, ocorreu uma banalização das atrocidades realizadas no nazismo, como os campos de extermínio, quando os regimes comunistas, após a Segunda Guerra Mundial, também passaram a ser denominados por esse conceito. Se essa comparação já era por si só um descalabro, o que dizer então de sua aplicação ao governo de Vargas. (FERRO, 1995, apud FERREIRA, 2001).

Novamente, as inovações prometidas pelas tendências alternativas à interpretação “populista” tornaram-se fracassadas. Em todas essas tendências – a da persuasão-repressão, a do “controle operário” e a perspectiva totalitária – persistiu a questão da imposição na relação entre “Estado e sociedade/classe trabalhadora” de uma política que se efetiva sempre em um mesmo movimento “de cima para baixo” sem qualquer tipo de diálogo entre as classes dirigentes e as camadas populares. A existência da propaganda política e da repressão policial que geravam o controle social de fato, não eram equívocos, mas precisavam, em grande medida, serem relativizados.

Como vimos acima, para Capelato (1988), a única tendência que de fato trouxe uma via alternativa às análises até então desenvolvidas, fundamentadas na repressão e na persuasão do Estado para com a classe trabalhadora, foi a proveniente de historiadores que faziam uso da metodologia da História Cultural. Ponto também ressaltado por Gomes (2001) e Ferreira (2001).

Os pesquisadores da História Cultural não discordaram da existência dos mecanismos de repressão e persuasão do Estado, mas a eficácia de estratégias desse gênero sempre foram limitadas pela existência socioeconômica, política e cultural das camadas populares. Nesse

sentido, a via para a implementação de políticas durante o período caracterizado pelas tendências anteriores como “populista”, nunca foi de mão única.

Entretanto, os avanços provenientes do método de pesquisa da História Cultural poderiam ter sido mais profundos, se a grande maioria desses estudos não tivesse centrado suas análises aos períodos anteriores a 1930, mais especificamente, nos movimentos populares existentes no Período Colonial, Imperial e na Primeira República. A entrada da nova metodologia no período pós 1930 tornou-se limitada. Com isso, sem uma contraposição que a ela se colocasse com igual força, a perspectiva do “populismo” continuou presente nas principais tendências. Novamente, continuou-se a ignorar a existência ativa das camadas populares.

Somado à perspectiva da História Cultural, ocorreram também contribuições de trabalhos inspirados na obra de Edward Palmer Thompson. Em suas análises, o pesquisador buscou compreender os trabalhadores ingleses dentro de sua perspectiva teórica de classe. Para Thompson (1978), compreender uma dada classe requer um entendimento desta a partir de sua formação social, cultural e histórica.

Nesse sentido, o pesquisador buscou compreender os trabalhadores ingleses a partir de si próprios, a partir da análise de como suas vivências e consciências interpretavam e atuavam no mundo. Em sua obra, trouxe grande contribuição ao mostrar e identificar como os trabalhadores foram atores ativos no processo de construção da cultura trabalhista inglesa. (FERREIRA, 2001).

Mas, assim como os trabalhos que se fundamentaram na perspectiva da História Cultural, dos estudos que se inspiraram na obra de Thompson, foram poucos os que ultrapassaram a data de 1930. O que contribuiu, mais uma vez, para que a perspectiva do “populismo” continuasse forte no meio acadêmico.

Entretanto, apesar de não ter se tornado forte o suficiente para contrapor-se às tendências interpretativas do “populismo”, essa perspectiva abriu fortes precedentes para que as críticas posteriores, além de nela se inspirarem, fossem bem recebidas. Nesse sentido, podemos afirmar que a História Cultural, juntamente com as análises que se inspiraram nas contribuições de Thompson acerca da classe trabalhadora, abriram terreno para a aceitação das críticas ao “populismo”.

1.4 Do “Populismo” ao “Trabalhismo”

Até então, vimos que a perspectiva do “populismo” se tornou uma interpretação predominante da política brasileira do período de 1930 a 1964, denominado inclusive, por alguns pesquisadores de “República Populista”. Esse fato ocorreu devido ao alcance das pesquisas fundamentadas no “populismo” e pelo reduzido número de versões alternativas a esta perspectiva. Cabe ainda ressaltar que além do número restrito de versões alternativas, estas pouco circulavam. Entretanto, como vimos na seção anterior, as insatisfações em relação à perspectiva eram crescentes. (FERREIRA, 2001).

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do País, novas indagações passaram a ocupar o campo de pesquisa das academias brasileiras, tendo em vista o fato e as consequências nefastas da “Ditadura Militar”. Dentre elas, destacam-se as dificuldades de consolidação da democracia no País, a relação entre Estado e sociedade e a participação política das distintas classes sociais. Para muitos pesquisadores, algumas das respostas poderiam estar contidas no período do “Estado Novo”. Consideravam esse período crucial para a compreensão da relação entre Estado e classe trabalhadora.

Nesse sentido, pesquisas passaram a revisitar esse período histórico para a ampliação da compreensão das relações sociais nele estabelecidas, principalmente a relação entre autoritarismo e democracia. Fundamentados na História Cultural, como já abordamos na seção anterior, essas pesquisas passaram a revisitar o “Estado Novo” por meio de fontes inéditas, tais como: discursos, livros escolares, panfletos, filmes, fotografias e até mesmo obras arquitetônicas. (FERREIRA, 2001).

Dentre os trabalhos mais significativos dessa tendência, abordaremos as contribuições de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, ambos já amplamente citados neste capítulo, pois, para apresentarem seus argumentos, além de desenvolver pesquisas empíricas, esses pesquisadores realizaram também um percurso revisionista das versões do “populismo”, usado em grande medida para a construção deste texto.

Ângela de Castro Gomes, em “A invenção do trabalhismo”, buscou investigar a constituição da classe trabalhadora no Brasil. Nas palavras da autora, a sua pesquisa se deu por meio de “interpretação histórica alternativa, fundada em pesquisa empírica mais demorada e iluminada pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora.” (GOMES, 2001, p.45).

A partir dos dados levantados, Gomes (2001) passou a recusar as tendências que atribuíam à classe trabalhadora um lugar passivo no campo político do País. Nesse sentido, a noção de “populismo” foi recusada, uma vez que remete à ideia de manipulação e submissão das classes trabalhadoras por uma classe dirigente específica ou por um líder político carismático.

Para a autora, a noção de “populismo” deveria ser substituída pela noção de um “pacto trabalhista” ou “trabalhismo”. A noção de pacto foi utilizada por remeter a ideia de relações entre atores desiguais, com acesso a meios de poder diferenciados, mas em constante diálogo e capazes, de ambos os lados, de “se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, assim como de retê-las.” (GOMES, 2001, p.46).

Em sua pesquisa, a autora mostrou que não houve via de mão única e sim um pacto, desencadeado, sem dúvida, pelo Estado, mas com a presença da classe trabalhadora, que, em nenhum momento, permaneceu alheia às práticas políticas. Gomes (2007) observou que, na verdade, o que ocorreu foi um processo de interpretação e ressignificação, tanto do Estado, como da classe trabalhadora, um em relação ao outro. Do Estado em relação ao discurso trabalhista e em relação aos benefícios implementados à classe trabalhadora, e da classe trabalhadora no que tange à forma como recebeu e também como reagiu a esses benefícios.

Gomes (2007) mostrou que ocorreram constantes trocas entre Estado e classe trabalhadora, mesmo que às vezes veladas, como no caso da formação do discurso trabalhista estatal que surgiu no âmbito do Estado na década de 1940. Nele, teria ocorrido a apropriação do discurso da classe operária que havia se formado no País desde a Primeira República. No entanto, cabe ressaltar que a apropriação foi ressignificada aos moldes do Estado, sem qualquer menção ao fato de que o discurso trabalhista estatal havia buscado inspiração e sustentação no discurso operário da “Primeira República”.

Ressignificações também ocorreram por parte da classe trabalhadora, os benefícios sociais recebidos também foram interpretados por ela a partir de suas vivências. Esses fatos demonstraram que, embora fosse uma relação assimétrica de poderes, em que o Estado detinha maior força e poder de desencadear as medidas, ocorreu um constante processo de trocas entre os atores envolvidos. (GOMES, 2007).

Para a pesquisadora, havia uma lógica material e simbólica necessária à construção do “pacto trabalhista”. A lógica material centrou-se no controle dos trabalhadores por meio dos sindicatos. Quando parte da classe trabalhadora reagia à proposta sindicalista governamental, que buscava controlar o movimento sindical, o Estado passou a atrelar o direito aos benefícios

sociais à condição de trabalhador sindicalizado, só “quem tem ofício tem benefício”. Com a condição de estar sindicalizado para o usufruto dos benefícios sociais e com a sindicalização sob as amarras do Estado, este instituiu as bases para o controle da classe trabalhadora.

Entretanto, diferentemente da perspectiva “populista”, Gomes (2007) observa que havia uma constante construção de posições dos atores envolvidos, como acima apontamos. Não tardaram as reações das lideranças independentes que, ao mesmo tempo em que reconheciam a importância dos benefícios e se sindicalizavam, também lutavam contra as amarras do Estado, em uma reação política que se processou dentro dos próprios sindicatos.

A lógica simbólica, por sua vez, estava no discurso trabalhista que ressignificou o discurso operário, construído ao longo da “Primeira República”, sem mencioná-lo. Através disso, apresentou os benefícios sociais à classe trabalhadora não como uma conquista dela ou uma reparação a ela, mas como um ato de generosidade do Estado. Construindo assim, no imaginário popular, a imagem não apenas do Estado, mas da própria classe trabalhadora. Este como ente beneficiador e esta como ente beneficiado.

Frente a isso, a classe trabalhadora obedecia, mas, somente se fossem reconhecidos os seus interesses e atendidas as suas necessidades. Não era um ato passivo de submissão ou inatividade política, mas um ato de trocas materiais e simbólicas. Criou-se, assim, uma relação de reciprocidade, o pacto social do “trabalhismo”. Nele não havia classe cooptada, destituída de atuação política, transformada em objeto, muito menos barganhas materiais por obediência política, mas um jogo de interesses, o Estado delegava, e a classe trabalhadora beneficiava-se, mas também reagia quando fosse preciso.

Gomes (2007) traz um exemplo de como se estabeleceu a comunicação entre Estado e classe trabalhadora, por meio do discurso trabalhista. A linguagem era simples e acessível, e feita pelo meio mais eficiente da época, o rádio, tendo em vista que a grande maioria da população era analfabeta. De posse do discurso operário construído anteriormente, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, falava em um programa semanal.

Era a primeira vez que um ministro se dirigia a um público tão amplo e popular. De 1942 a 1945, em todas as quintas-feiras, durante dez minutos, ia ao ar no programa a “Hora do Brasil”, o “Falando aos trabalhadores brasileiros”, título que resumia sua finalidade. O objetivo do programa era divulgar e esclarecer à classe trabalhadora as conquistas nos campos dos direitos trabalhistas. Uma vez que estes não haviam sido provenientes de lutas dos trabalhadores, era preciso divulgá-los a eles. (GOMES, 2007).

Em sua fala, o ministro explicava à população que havia dois processos distintos de estabelecimento dos direitos trabalhistas. O primeiro era um processo caracterizado pelas lutas populares para com o Estado, que, ao fim, faziam com que este crescesse em consciência e generosidade. O segundo era o processo em que o Estado, generoso, reconhecia a importância desses direitos, antes mesmo da classe trabalhadora, e a ela delega para fazê-la progredir em sua vida econômica e social. E não apenas ao povo, mas também aos sindicatos, a forma de organização política deste.

Nesse sentido, cabia ao Estado à tutela dessas associações, matando assim dois coelhos com uma só cajadada. O Estado, benevolente, fazia a classe trabalhadora progredir, e com ela, a sua forma de organização política, o sindicato. A eficácia de toda essa construção foi imensa, por meio dela formou-se um amplo e disseminado clima de adesão ao regime.

O Estado certamente visava controlar sindicatos e trabalhadores, mas não porque considerava a classe operária massa da manobra, ingênua ou inoperante politicamente, controlava, porque era regulador, autoritário. Como observa Santos (1994), o Estado brasileiro, de 1930 a 1945, buscou sua legitimidade na necessidade de “conter os conflitos nos limites da sobrevivência da comunidade”. Nas palavras do autor, era um Estado de “legitimidade hobbesiana”, em que as instituições sociais e econômicas se instituíram para se adequar às necessidades da classe política dirigente.

Apesar das práticas em direção ao controle da classe trabalhadora, a permanência de resistências e reações também existiram durante todo o período. Havia um histórico de grupos esquerdistas atuantes desde a primeira “Primeira República”. Durante toda a “Primeira República”, foram constantes as lutas da classe trabalhadora para a conquista de regulamentações do mercado de trabalho. Inúmeros movimentos, inclusive o anarquista, demandavam do Estado maior presença no mercado. (GOMES, 2017).

Entretanto, como ressalta Gomes (2007), também foram constantes as recusas a esses movimentos, a classe industrial considerava abusivos os custos implicados nas demandas dos trabalhadores e ainda acusava o Estado de intervir em assuntos que não eram de sua alçada. Mudanças ocorreram, apenas quando o poder descolou-se do âmbito legislativo para o executivo. Foi com a entrada de novos atores no cenário executivo que os industriais passaram a ser pressionados e que se iniciou o “surto de regulamentações”.

Como Santos (1994) observa, para o Estado manter-se no poder, precisa tentar controlar tudo e todos, juntamente com as legislações, aos trabalhadores foram implementados decretos a favor dos industriais que suspendiam a vigência de alguns dos

direitos instituídos anteriormente. Sob o “argumento do estado de guerra”, voltou-se a jornada de trabalho de dez horas e, nas empresas consideradas essenciais à segurança nacional ficou proibida férias aos funcionários. Aos retrocessos, os trabalhadores reagiam com operações tartaruga, sabotagens, e inclusive reclamações contra as condições de trabalho. (GOMES, 2007).

Para Gomes (2001), era necessário reatar as continuidades e as discontinuidades do movimento operário no Brasil, visto que as tendências “populistas”, ao realizarem comparações externas, cindiram o movimento operário do País. Nas interpretações “populistas”, passou-se a considerar um movimento operário anterior e outro posterior a 1930. O primeiro tido como politizado e qualificado, pois era formado por imigrantes europeus. Já o segundo, despolitizado e desqualificado, uma vez que era formado, em sua grande maioria, por migrantes rurais.

Para a autora, tornou-se necessário a compreensão de que não existem modelos prévios de percursos a serem seguidos ou um único resultado a ser alcançado. Mas é necessário compreender o processo de formação da classe trabalhadora brasileira como um movimento contínuo, por meio da análise da conjuntura nacional, sem comparações externas, era preciso compreender o movimento operário em “sua diversidade e em seu modo de agir.” (GOMES, 2001, p.49). Feito isso, seria possível restituir à classe trabalhadora a própria condição de classe, tantas vezes a ela renegada, por considerarem-na destituída de sua consciência.

O “trabalhismo”, nesse sentido, foi uma tentativa de contraposição ao “populismo”, entretanto, como ressalta a própria pesquisadora, “o estabelecimento deste debate está longe de ter abalado o trânsito do “populismo”, como veremos adiante. Para Ferreira, os trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos e de Luiz Werneck Vianna também caminharam nesse sentido e, juntamente com o de Ângela de Castro Gomes Gomes, trouxeram avanços à compreensão da participação política da classe operária no País. Na perspectiva do autor, Santos e Vianna também recusaram “as concepções que sugeriam “desvios ideológicos” da classe trabalhadora, categoria que implicitamente apontava para um caminho verdadeiro.” (FERREIRA, 2001, p.106).

Para Santos (1994), o Estado brasileiro desde a abolição da escravidão em 1888 até o ano de 1931, organizou a vida social e econômica do País por meio de princípios “*laissez-fairianos*”. Entretanto, a política brasileira de “*laissez-faire*” foi um fracasso, pois dela dependia a prosperidade econômica, circunstância que não aconteceu. Fundamentada apenas

no setor cafeeiro exportador, a economia nacional não pode sobreviver sem grandes sequelas após a crise internacional.

Somado ao declínio da economia agrário-exportadora, havia um tímido, porém emergente movimento urbano, com ele, o surgimento da classe operária, e, com esta, o movimento sindical, que crescia em número e em capacidade de mobilização. A classe dirigente não conseguiria mais se recostar na política do *“laissez-faire”*, pois a economia havia mudado e, atrelado a isso, ocorria o surgimento de novos atores sociais. Para Santos (1994), seria inevitável uma mudança na composição da elite dirigente, ou, pelo menos, em parte dela, fator que, por sua vez, implicou mudanças na estrutura política do País.

O pesquisador mostra que durante toda a “República Velha” ocorreram constantes tentativas de regulamentações de programas sociais, entretanto, nenhuma delas obteve êxito. O autor mostra ainda, ao recorrer a fontes de congressos operários, que eram também constantes as demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, assim como as greves, que se tornavam cada vez mais frequentes.

Segundo ele, esses movimentos não poderiam ser mais abafados por meio da política do *“laissez-faire”*, característica da “República Velha”. Na “República Nova”, com o governo “revolucionário”, mudou-se a prática política. Esta, logo em seu início, passou a instituir medidas para atender as demandas mais frequentes da classe operária. O Estado passou então do *“laissez-faire”* para a completa regulamentação da economia e dos programas sociais, surge então, para Santos (1994), a “cidadania regulada”.

Entende-se por “cidadania regulada” um processo de constituição da cidadania que não se fundamenta em valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, que, por sua vez, é legitimado pelo Estado. “São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis.” (SANTOS, 1994, p.68). Ocorreu, com isso, uma associação entre cidadania e ocupação. Tornou-se cidadão todo aquele que possuía ocupação reconhecida em lei, àqueles que desempenham ocupações desconhecidas pela lei, tornaram-se “pré-cidadãos”.

Com isso, os direitos dos cidadãos foram vinculados aos direitos das profissões, e estas, por sua vez, só existiam por meio da regulamentação estatal. A carteira de trabalho surgiu nesse cenário como comprovante jurídico do contrato entre Estado e “cidadania regulada”, mais do que um registro trabalhista, tornou-se uma certidão de nascimento cívico.

Além disso, promulgou-se uma nova lei de sindicalização, e o funcionamento desta passou a depender de seu registro no Ministério do Trabalho. Assim, passou-se a restringir a

participação nos sindicatos, não havia mais liberdade para definir quem pertenceria ou não à organização, como na lei anterior. Só havia sindicato para as ocupações reconhecidas pelo Estado e só podiam se sindicalizar os trabalhadores dessas ocupações. (SANTOS, 1994).

A partir de circunstâncias como estas, o autor mostrou que ocorreu, no período em questão, o nascimento cívico da população brasileira. Mesmo não destinado a todos e mesmo feito de forma regulada. Foi o modo como o processo se deu em nossa sociedade e assim precisa ser compreendido, sem que a ele se estabeleçam comparações externas. Para o autor, em um contexto de democracia relativa, surgiu a “cidadania regulada”.

Nesse sentido, para o autor, não foi a ausência de consciência política entre a classe trabalhadora, um fator significativo que implicou em 1964 no “Golpe Civil-Militar”, como vimos em Weffort. Pelo contrário, o rompimento da “democracia relativa” deu-se, além é claro de outros fatores, devido a reações de segmentos da classe trabalhadora que permaneciam insatisfeitos com a ordem estabelecida pela “cidadania regulada”. Existiam constantes e crescentes insatisfações quanto às diferenças prestadas pelos programas sociais, em especial, os serviços e os benefícios prestados pelos sistemas previdenciários.

Após pouco menos de 20 anos de prática democrática relativa, esta revelou-se incompatível com uma ordem de cidadania regulada. Por esta ou aquela razão, os diversos grupos sociais foram incapazes de controlar novas formas institucionais de administrar o processo de acumulação, por um lado, e os parâmetros de equidade, por outro. Dada a existência da ordem conservadora da cidadania regulada, o conflito revelou-se pelo rompimento da cidadania limitada. (SANTOS, 1994, p.75).

Também recusando a concepção de “desvio ideológico” da classe trabalhadora que devia caminhar para um único modelo possível e ideal, em Vianna (1978), a consciência de classe da classe trabalhadora foi algo que se definiu por meio de uma complexa relação com o Estado e a classe empresarial.

Para Vianna (1978), a “ortodoxia liberal” e as condições econômicas e políticas instituídas pelo Estado oligárquico agrário-exportador, geraram, em seu seio, as condições para a emergência e a expansão da burguesia industrial no País. Na década de 1920, teria ocorrido o esgotamento do projeto liberal e, posteriormente, o seu fim teria se concretizado com a incapacidade das novas classes dominantes emergentes de, posteriormente ao “movimento de 30”, se tornarem hegemônicas.

Em resposta a essa nova conjuntura, grande parte das tendências “populistas” consideravam o “Estado do compromisso” como a teoria capaz de explicar a nova forma de organização política do País, como vimos anteriormente. Para essas tendências, o Estado teria

realizado um movimento pendular, de modo que, a cada momento e dependendo deste, ele se inclinaria às demandas de uma dada classe. Nesse movimento, todas as classes, em alguma medida, ora seriam atendidas pelo Estado, ora ficariam descobertas de seu auxílio.

O autor critica a teoria do “Estado de compromisso”, para ele, o que teria ocorrido na verdade deveria ser compreendido por meio da noção de “Estado autonomizado no político”. Um Estado que teria realizado a absorção do indivíduo por meio de uma lógica corporativa. Havia nesse processo, para Vianna (1978), uma prática intencional de desmobilização da classe em direção à acumulação primitiva de capital.

É de se notar, como analisamos em nosso trabalho sobre o assunto, a dominância do seu caráter desmobilizador ao longo dos anos 30, cujo grau terminou por provocar uma baixa extraordinária no nível das sindicalizações. Tal fenômeno situou perigosamente a política oficial, dado que os sindicatos que controlava não exerciam controle sobre a massa dos assalariados. A criação do imposto sindical, nos inícios da década de 40, consistiu na tentativa de fortalecer materialmente os sindicatos, tornando-os de algum modo atraentes, a fim de lhes devolver um mínimo de capacidade integrativa, sem o que a própria dominação corporativa ameaçava falhar. Temia-se a emergência de uma organização paralela, possibilidade presente na medida em que os sindicatos oficiais não possuíssem representação expressiva (VIANNA, 1978 b, p. 68).

Em uma tentativa de estabelecer um convívio harmônico entre as classes sociais, ou, mais precisamente, a obediência da classe trabalhadora. O “Estado Novo” teria se colocado como um regime forte, capaz de promover a paz e a justiça social, possibilitando trabalho a todos os homens dignos que quisessem colaborar com a construção do País.

Para Vianna (1978), estabelecia-se por meio desse discurso uma “modernização pelo alto”, uma “revolução passiva”, fundamentado em um ideário de modernização que, por sua vez, se tornou campo fértil aos interesses industriais. Estes encontraram grande apoio na nova configuração do Estado. Nesse sentido, em sua perspectiva, a classe trabalhadora não havia caminhado pelos desvios de um único possível caminho de mobilização e atuação política, na sociedade brasileira, ela havia se tornado um objeto do poder regulatório do Estado.

Fora do eixo Rio-São Paulo, também surgiram uma série de estudos de grande envergadura contrários à tendência “populista”. Ferreira (2001) cita o trabalho de Flávio Henrique Albert Brayner em “Partido Comunista em Pernambuco”², um estudo inspirado na perspectiva gramsciana de Ernesto Laclau. Para Laclau (1978), o “populismo” se tornou um conceito tão vago quanto usual. Aplicado para classificar tantos governos e tantos fenômenos,

tornou-se um conceito indeterminado que mais obscurece do que clareia as conjunturas políticas a que se propõe analisar. Nas palavras do autor:

“Populismo” é um conceito ao mesmo tempo tão evasivo e recorrente. Poucos conceitos têm sido tão amplamente usados na análise política contemporânea, embora bem poucos tenham sido definidos com menor precisão. Sabemos, intuitivamente, a que nos referimos quando qualificamos de populista a um movimento ou a uma ideologia. Porém, enfrentamos as maiores dificuldades para traduzir essa intuição em conceitos. (LACLAU, 1978, p.149).

Usando as contribuições de Laclau, Brayner (apud Ferreira, 2001) desenvolveu uma análise crítica à tendência que considerava o então governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes, um “populista de esquerda”. Para o pesquisador, assim como para Laclau (1978), o uso indiscriminado do termo “populismo” levou à sua indefinição conceitual e a consequente incapacidade analítica.

Outra contribuição também apontada por Ferreira (2001) é a de Miguel Bodea em “Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul”, este questionou a obra de Weffort no que se refere à relação líder populista e massas. Em suas análises, mostra que Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, dentre outras figuras políticas consideradas “populistas”, antes de se projetarem em nível nacional, desenvolveram um extensivo trabalho de base em seus partidos e em suas regiões. Descaracterizando, com isso, a figura típica de um líder “populista” que surge sabe-se lá de onde e que conquista a massa por meio de características inatas e ele, como o carisma, por exemplo, sem que a isso se vincule qualquer tipo de trabalho anterior de base.

Se houve carisma, este não foi uma característica única, a ele se somou trabalho e dedicação política. E se houve a figura de um líder, este não se estabeleceu, como ressalta o autor, “*a posteriori*”, mas sim após uma longa e constante atuação política de base. (BODEA, apud FERREIRA, 2001).³

Para Ferreira (2001), foi o trabalho de Gomes que rompeu definitivamente com todas as premissas da noção de “populismo”. Entretanto, como ressalta o pesquisador, e como vimos na seção anterior, romper com a noção de “populismo” só foi possível após uma geração de historiadores influenciados pela História Cultural e pela teoria de Thompson. As contribuições de Gomes, como vimos no início dessa seção, se tornaram um marco por recusar a noção de “populismo” e atribuir à conjuntura em questão a noção de “trabalhismo”, colocando a classe trabalhadora como ator ativo de sua própria história.

³ Obra não encontrada.

Ferreira (2001) traz ainda as contribuições de Maria Helena Capelato e Lucília de Almeida Neves que seguem a mesma perspectiva de Gomes. Nas análises dessas pesquisadoras, os trabalhadores foram vistos como sujeitos ativos de sua história e do processo político do País.

Capelato (1988) relativizou o poder da propaganda política de massas instituída durante o “Estado Novo”. Esta visou reforçar a dominação por meio de mecanismos simbólicos que se impunham nas mensagens veiculadas. Apesar disso, Capelato (1988) considera que a eficácia das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação é relativa, pois depende dos códigos e dos valores de seus receptores.

A incorporação da dominação pelo receptor não exclui a possibilidade de desvios. A eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores. Por isso, o efeito não é unívoco, e mensagens similares podem ser interpretadas de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes. Essa constatação ajuda a explicar por que uma propaganda política brasileira organizada a partir do modelo europeu produziu resultados bem diversos. (CAPELATO, 1988, p. 202).

Para Neves (2001), a conjuntura que vai de 1940 até o início dos anos de 1960 foi marcada por uma ênfase nacionalista e distributivista, caracterizada pela crença de que a modernidade do País só seria alcançada, se fosse apoiada em um programa social sustentada pela industrialização, por políticas sociais distributivas e pela defesa do patrimônio econômico e cultural do País.

Dentre os partidos que desenvolveram projetos orientados para esse objetivo, autora a destaca o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Este sistematizou o projeto do “Trabalhismo brasileiro”, que alcançou enorme ressonância em diferentes entidades do movimento sindical organizado, e não só, além de penetrarem em instituições políticas parlamentares, encontrou eco nos programas governamentais do executivo. A expansão de suas propostas contribuiu para fortalecê-lo, inclusive perante segmentos da sociedade civil que, por sua vez, nas décadas de 1950 e 1960, demandavam do Estado reformas econômicas e sociais.

A autora mostrou que o “trabalhismo”, apesar de ter nascido no âmbito do Estado e de possuir, em seu início de existência, forte viés paternalista e getulista, com o tempo, passou a desenvolver, um consistente programa com reformas sociais, assim como desenvolveu uma doutrina de cidadania bastante específica, combinando elementos da socialdemocracia e do assistencialismo estatal.

Cabe mencionar que estes estudos são apenas alguns dentre uma gama de análises que se desenvolveram em meados das décadas de 1980, fundamentados na perspectiva do “trabalhismo”, críticos, ou simplesmente contrários à noção de “populismo”. Por último, destacaremos as contribuições de Jorge Ferreira, pesquisador que investigou a vivência política da classe operária no primeiro período Vargas. Em sua pesquisa encontrou vastas evidências de que os trabalhadores não estavam iludidos pelo governo ou sequer foram simplesmente manipulados pelo Estado.

Para Ferreira (2005), a democracia brasileira do período de 1945 a 1964 foi marcada pela ampla e ativa participação política, tanto de trabalhadores, como de populares, de um modo geral. Para o autor, um grande fator desencadeador desse processo foi a legislação trabalhista instituída durante o “Estado Novo”. Com ela veio a noção de cidadania, e, a partir de então, trabalhadores e populares viram-se, de fato, como sujeitos sociais. Daí para a luta aos direitos políticos foi um passo muito fácil de ser dado.

Ao contrário da perspectiva “populista” Ferreira (2005) mostrou que a política nacional foi discutida e realizada não apenas na cúpula do Estado, mas nas ruas e nos sindicatos. Grande mostra disso foi a capacidade de mobilização popular dos trabalhistas. Em Ferreira (2005), assim como em Neves (2001), vimos que o PTB superou sua fase “getulista”, focada apenas na garantia da legislação social conseguida na década de 1930. O partido adquiriu programa, ideologia e força para lutar por reformas econômicas e sociais favoráveis aos populares e aos operários.

Ao final, lutando pelas reformas, principalmente a agrária, os trabalhistas, sobretudo a sua ala mais radical, decidiram ir para o confronto. Perderam. Mas quem vai para o confronto pode perder ou ganhar. Como perderam surgiu uma literatura que definiu o processo de radicalização política e social vivido pela sociedade brasileira, os trabalhistas à frente, de “colapso do populismo”. (FERREIRA, 2005, p.377).

O fato central para a nossa pesquisa não é se o “trabalhismo” é adequado ou não para a substituição do “populismo”. Visto que a própria tendência revisionista sofreu críticas após a sua formulação. Uma das críticas feitas à tendência “trabalhista” seria a de que ela não daria conta de explicar fenômenos mais amplos como o “janguismo” e o “ademarismo”, por exemplo. Fora o fato de ter se centrado excessivamente na atuação do PTB. Não que a discussão não seja importante, pelo contrário, o problema é que, para nos adentrarmos nela, necessitaríamos de outras análises, que em princípio, nos poderiam levar a perda de foco de nossa pesquisa.

Apesar disso, cabe ressaltar que essas críticas desenvolveram-se, em grande medida, na Universidade de Campinas – UNICAMP, por um grupo de pesquisadores que encontram nos trabalhos de Hélio da Costa e Fernando Teixeira da Silva, seus principais representantes. Esse fato mostra não apenas a polêmica de um termo tão espinhoso, como também que o seu movimento revisionista é bem mais amplo do que a princípio poderíamos imaginar.

A contribuição da tendência revisionista do “trabalhismo” para a nossa pesquisa reside no fato de que, por meio dela, mais especificamente, por meios da contribuição de Ferreira (2005), podemos compreender como o “populismo”, no debate público atual, tornou-se um conceito usado para a “desqualificação do processo democrático”.

O pesquisador mostrou como o “populismo” passou a ser um termo político usado para a desqualificação do adversário. Na ditadura os discursos foram reconstruídos, a direita civil-militar passou a ser a redentora do País, salvando-o de um regime “demagógico” e “populista”. Vargas, trabalhismo e qualquer termo que a eles se aproximassem se tornaram sinônimos de corrupção. E não apenas a direita passou a desconsiderar o passado trabalhista, como também a esquerda revolucionária. Esta também reconstruiu o discurso, nele, o trabalhismo tornou-se sinônimo de “peleguismo” e “paternalismo”. Líderes trabalhistas passaram a ser considerados “pelegos”, traidores dos ideais e interesses da classe trabalhadora. O “peleguismo” tornou-se, inclusive, para muitas correntes de inspiração marxista, um dos fatores que explicavam o golpe. (FERREIRA, 2005).

Além da direita civil-militar e dos marxistas leninistas, a desqualificação do “trabalhismo” contou ainda com a participação de setores da intelectualidade brasileira, desqualificação vista, em parte, nas seções anteriores. Rapidamente, e sob a influência de correntes externas, acadêmicos e intelectuais formaram uma teotia científica para a explicação do período democrático anterior a 1964, qualificando-o de “regime populista”.

Ocorreu, com isso, um processo de desqualificação da democracia brasileira. Apesar desse processo ter se concentrado no pós-64, Ferreira (2005) deixa claro que o seu início data de muito antes do “Golpe Civil-Militar”. Liberais e conservadores, desde 1945 até 1964, construíram, constantemente, a imagem de um governo corrupto, de uma “democracia impura” e destituída de legitimidade.

Ao longo de 1945 e 1964, liberais e conservadores fabricaram e manipularam imagens e expressões desmerecedoras do adversário que se queria combater. Lideranças sindicais que participavam da política (...) logo eram desqualificadas como “pelegos”. As vitórias eleitoras da coligação PSD-PTB não eram reconhecidas como legítimas, porque fruto da manipulação e da demagogia. As políticas governamentais eram

duramente atacadas, porque se via corrupção e subversão na máquina estatal. (FERREIRA, 2005, p.378).

Nesse sentido, como observa Ferreira (2005), adversários dos trabalhistas, desde a direita civil-militar golpista, passando pelos marxistas leninistas e chegando a setores da intelectualidade brasileira, após o golpe de 1964, passaram a realizar algo em comum, a desqualificação do período democrático existente no País de 1945 a 1964, colocando-o sob o signo do “populismo”. “O período entre 1945 e 1964, deixou, assim, de ser uma experiência democrática, e o trabalhismo brasileiro mudou de nome, foi rebatizado de “regime populista”.” (FERREIRA, 2005, p. 378).

Em síntese, Ferreira (2005) traz ainda uma percepção nodal, já apresentada inclusive por outros pesquisadores, como ele próprio observa, como em José Murilo de Carvalho, por exemplo, a postura antiestatal e maniqueísta do pensamento liberal brasileiro, que concebe uma relação entre Estado e sociedade civil destituída de qualquer forma de interlocução. Esta é considerada incapaz de auto-organização, e aquele é autoritário, cooptador e manipulador.

Mas nem tudo são espinhos, o pesquisador mostrou também, como já vimos nas linhas anteriores, que a partir de movimentos iniciados, em grande medida, na década de 1980, a “lógica explicativa” do “populismo” entrou em colapso. Carecendo de conteúdo teórico consistente, a noção perdeu força na academia. Apesar disso, continuou presente no senso comum dos brasileiros, ao se referirem à política do próprio País, e, como veremos no próximo capítulo, fortemente veiculada pelos meios de comunicação, em especial pela imprensa. Embora tenha perdido força no campo acadêmico, continuou presente no debate público do País.

Nesse sentido, o “populismo” continuou presente, como uma espécie de “maldição na política brasileira”. Para o autor, apesar de seu enfraquecimento na academia, surgiu, na década de 1990, uma terceira versão, o “neopopulismo” para se referir a governos latino-americanos, após a queda das ditaduras militares.

Além disso, o seu uso pela mídia tornou-se indiscriminado. Fato que fez o pesquisador considerar a hipótese de que o “populismo” na política brasileira, na verdade, pode ser uma noção bem mais simples do que aparenta, embora não menos cruel e problemática. O “populismo” seria um termo político, possivelmente político-partidário, para se referir de forma pejorativa ao adversário.

O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto, O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o meu candidato, o meu

partido, a minha proposta política não são populistas, mas o teu candidato, o teu partido e a tua proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2001, p.124).

Em poucas palavras, pode-se afirmar que o “populismo” teria caracterizado a política brasileira dos anos de 1930 a 1945, por se direcionar às massas e por se fundamentar na manipulação do povo e na tutela estatal para com as classes trabalhadoras. O líder “populista” seria o responsável por tamanha distorção das instituições políticas e manipulação social das camadas populares.

Hoje, sabemos que, por trás desse discurso, processos sociais complexos foram encobertos. Para tanto, basta nos atermos ao contexto em que se deu o surgimento do conceito. Um período em que ocorreram processos como: a ampliação da integração econômica das classes populares, principalmente na área urbana; a ampliação da mobilização política desses setores; um Estado intervencionista e fortemente nacionalista que promovia uma estratégia de economia mista, que abriu espaço ao processo de industrialização, que, por sua vez, passou a empregar esses setores populares, retirando-os do campo e do poder de seus “senhores”.

Para Carlos Vilas (2004), o “populismo” foi um momento de desenvolvimento do capitalismo na América Latina com o predomínio de produção orientada ao consumo interno, industrialização por substituição de importação, mercados regulados, distribuição progressiva de empregos, com a distribuição de empregos ocorreu a diminuição das desigualdades sociais, gestão estratégica de variáveis macroeconômicas consideradas fundamentais. Em resumo, o período possibilitou produção, emprego e consumo, o pesquisador destaca que esse desenvolvimento não é mecânico, que depende de decisões adotadas por atores políticos, das relações de poder e do direcionamento de recursos.

Ocorreu, com isso, uma reorganização econômica, e, conseqüentemente, movimentos na estrutura social. O surgimento dos setores industriais e a integração progressiva da classe trabalhadora aceleraram a crise que pôs fim à ordem oligárquica, forçando esse segmento, tradicionalmente dominante, a adaptações de uma sociedade não mais controlada por eles.

Tudo isso implicou transformações no “sujeito popular”, esse, de uma situação de massa passou à condição de classe. A relação individualizada com o patrão fundamentada em troca de favores e dependência, foi substituída pelo direito à organização e ao salário. O mundo do trabalho por meio de organizações como os sindicatos, as associações camponesas e os partidos políticos, permitiu ao trabalhador o poder de se organizar, com isso, foi adquirida não apenas a identidade social, mas também a política.

Essas transformações impactaram as relações de poder e levaram ao rompimento de dimensões simbólicas anteriormente estabelecidas. Padrões de prestígio foram quebrados, e uma sociedade fortemente estratificada rapidamente passou a experimentar processos de popularização. Espaços tradicionalmente reservados à classe média e às elites passaram a ser compartilhados por outros segmentos sociais.

O que evidencia que, por traz do emprego do conceito “populismo”, há uma oposição basilar, a existente entre ricos e pobres, e o conseqüente incômodo dos primeiros quando sentem que a distância para os segundos, pode, mesmo que seja minimamente, ser encurtada. Quando se sentem ameaçados em relação à manutenção de seus privilégios materiais e simbólicos, a saída encontrada foi o ataque desqualificador do que os incomodava.

No próximo capítulo, daremos continuidade à delimitação da noção de “populismo”, abordaremos o uso do termo ao longo da década de 1990 até o início dos anos 2000. Em especial, mostraremos como o termo foi utilizado pela imprensa para desqualificar a imagem de Lula e as políticas sociais implementadas por seu governo.

2. O “POPULISMO” E A DESQUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Como vimos no final do capítulo anterior, o “populismo”, na política brasileira, tornou-se um termo pejorativo para se referir ao adversário político. Esse ponto foi defendido por Jorge Ferreira (2005), que mostrou em seu livro “O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964”, como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB passou, sob o signo do “populismo”, por um constante e crescente processo de desqualificação por parte de seus adversários políticos.

Ao contrário do que as tendências “populistas” apontaram, os estudos revisionistas, como vimos no final do capítulo anterior, mostraram que o período democrático de 1945 a 1964 teve seu processo político marcado pela participação ativa de trabalhadores e populares. Fato que se deu, em grande medida, pela atuação do PTB, partido saído do “Estado Novo” e, inicialmente fraco, mas que, ao longo do período democrático, adquiriu atuação expressiva na representação e sistematização dos interesses dos operários e dos populares.

Apesar disso, trabalhadores, estudantes, oficiais subalternos das Forças Armadas, todos os apoiadores e simpatizantes do programa e dos movimentos trabalhistas passaram para a história como iludidos, ignorantes, massa de manobra, amorfa e irracional. “Tratados como uma peça da engrenagem do Estado, vitimados pela cooptação dos “populistas” e dominados pela ideologia burguesa, eles foram tidos como incapazes de se expressarem como classe” (FERREIRA, 2005, p.380).

Os movimentos sindicais, operários e populares passaram a ser desmerecidos, e seus líderes, desqualificados, por meio de associações à figura “peleguista”. Ao contrário da irracionalidade do “povo”, havia um Estado desqualificado, devido ao excesso de racionalidade, que fazia daquele mera marionete, para a finalidade única dos interesses dirigentes. O “populismo” estava presente, usado pelos adversários políticos – civis e militares de direita, esquerda leninista – e por intelectuais para não apenas desmerecer, mas para desqualificar as conquistas democráticas do período anterior ao “Golpe Civil-Militar”.

A direita civil-militar queria justificar o golpe e, mais do que isso, em seu discurso, era preciso fazer o País retornar aos trilhos, visto que a “República Populista” o havia feito desviar de seu caminho, chegando ao extremo, no início da década de 1960, com monstruosas ameaças à ordem social e econômica do País. Queriam limitar a atuação dos sindicatos, diminuir os custos trabalhistas e retomar a ordem dos antigos e reais postos sociais, classe dirigente à classe dirigente e classes subalternas às classes subalternas. Era o projeto liberal-

conservador, defensor da atuação do mercado, contra o assistencialismo do Estado e a política nacionalista, queriam abrir o País ao capital estrangeiro.

Para a esquerda revolucionária, o período de 1945 a 1964 também não foi considerado como democrático, este foi taxado de “peleguista”, “paternalista” e assim por diante. Isso porque a atuação das camadas populares, segundo eles, se deu por meio de trabalhadores sem consciência de classe. Aos seus olhos, o que ocorreu no período foi um processo político nacional desviado do modelo democrático eurocêntrico, centrado principalmente na Inglaterra e na França. Com isso, fortaleceram a “teoria do desvio” que, por sua vez, contribuiu sobremaneira para a construção de uma relação nada dialógica entre Estado e sociedade civil.

Intelectuais, por sua vez, queriam explicar o “Golpe Civil-Militar”, queriam compreender como o grupo facilmente destituiu um governo e se apoderou do poder. Assim, segundo Ferreira (2005), “forjaram uma vontade coletiva para desmerecer o movimento sindical e suas lutas, os partidos de esquerda e suas estratégias, as organizações populares e suas mobilizações.” (FERREIRA, 2005, p. 380). Como em uma relação infantil, sentiam-se prejudicados e, para o prejuízo, era necessário achar um culpado: a política “populista” de manipuladores e manipulados, caiu como uma luva.

Dessa forma, a experiência democrática, vivenciada pelo País entre os anos de 1945 e 1964, foi transfigurada em “populismo”. Para Ferreira (2005), tivemos com isso a “desqualificação do processo democrático”. Os líderes sindicais, de atuantes, tornaram-se pelegos; o Estado, de nacionalista, tornou-se corrupto; as camadas populares, de participantes, tornaram-se amorfas.

Com isso, tornou-se necessário dar cabo dessa democracia que expandiu a integração econômica das classes populares, principalmente na área urbana; que ampliou a mobilização política desses setores; de um Estado intervencionista e fortemente nacionalista que promovia a estratégia de economia mista, que abriu espaço ao processo de industrialização, e que, por sua vez, passou a empregar esses setores populares, retirando-os do campo e do poderio de seus “senhores”. Para o bem ou para o mal, a ditadura teria acabado, de uma vez por todas, com o “populismo” na política brasileira.

Entretanto, isso não é o que veremos nas próximas seções. Antes de nos atermos ao uso desse conceito na sociedade brasileira contemporânea, faremos uma breve abordagem das formas assumidas por ele na década de 1990 para explicar processos políticos da América Latina. Isso porque essas formas influenciaram diretamente o modo como o conceito passou a ser usado no contexto brasileiro dos anos 2000.

Como veremos a seguir, à palavra “populismo” somou-se o prefixo “neo” para a caracterização dos novos governos, tendo em vista a expansão do regime capitalista na região, associado às políticas de caráter neoliberal. Na nova conjuntura, o “populismo” migrou para o campo da direita, para se referir não mais às práticas de nacionalismo econômico, mas as de livre comércio.

Para a problematização do uso do conceito, usaremos à perspectiva de Carlos Vilas (2004). Conforme esse autor, o “neopopulismo” é um alargamento conceitual proveniente de uma má compreensão do “populismo”. Essa má compreensão ocorreu, na medida em que, para a reativação do conceito, considerou-se apenas uma de suas características, o personalismo dos líderes políticos. Esse processo é caracterizado pelo pesquisador de “reducionismo personalista”. Em outras palavras, o “neopopulismo” é um alargamento conceitual proveniente do “reducionismo personalista”.

Usaremos a perspectiva desse autor, pois nela é possível perceber como o “neopopulismo” foi compreendido como uma estratégia política de líderes personalistas que executavam reformas macroeconômicas e sociais de caráter neoliberal. A hipótese foi a de que, por meio das práticas “neopopulistas”, viabilizou-se a implementação de políticas neoliberais sem maiores discordâncias por parte da população, pois a tais políticas vinculavam-se benefícios a todos os setores sociais, em especial aos populares. Como estratégia política, construiu-se então uma retórica direcionada aos setores populares, e os líderes “neopopulistas” foram os protagonistas dessa retórica. O que gerou a afinidade entre “populismo” e “neoliberalismo”.

2.1 O “Neopopulismo” das décadas de 1980 e 1990

Na América Latina, no início dos anos 1980, intelectuais progressistas acreditavam que, após a queda dos regimes militares e o reestabelecimento do processo eleitoral, juntamente com o pluripartidarismo, surgiria uma democracia de base sólida e estável. Essa perspectiva teve uma curta duração. Já no início dos anos de 1990, esses mesmos intelectuais haviam constatado que o processo não ocorreu exatamente como pressupunham, ao contrário, o caminho para uma democracia sólida e estável seria bem mais longo do que a princípio imaginaram. (SAES, 1994).

Na segunda metade dos anos de 1980, ocorriam na América Central guerrilhas civis, na América do Sul, ainda persistiam regimes ditatoriais como no Chile, no Paraguai e no

Brasil. Somado a isso, ocorreram ainda retrocessos no Peru, após o Golpe de Alberto Fujimori.

Foi em meio a esse cenário que reemergiu o “populismo” em nova feição. Em sua nova versão, o conceito foi rebatizado como “neopopulismo” ou “populismo neoliberal”. Isso porque não mais se desenvolvia em contextos de nacionalismo econômico, mas em meio à economia de livre mercado. Para alguns, a associação entre “populismo” e sistema econômico neoliberal inviabilizaria qualquer forma explicativa, visto que “populismo” seria um conceito conciliável apenas com o nacionalismo econômico. Apesar disso, o “neopopulismo” adquiriu força como uma variante do “populismo” e passou a ser usado para se referir aos governos que passaram a implementar políticas submetidas à ordem do “Consenso de Washington”. (VILAS, 2004).

O conceito “neopopulista” surgiu pela primeira vez em análises que buscavam compreender os processos de libertação nacional ocorridos na África e na Ásia nas décadas de 1950 e 1960. Para a corrente analítica dos *development studies*, ocorria, nessas regiões, um tipo de “populismo” ou algo semelhante a ele, devido ao fato de que, na grande maioria desses Países, se concretizavam processos de modernização social e econômica por meio do exercício autoritário e, muitas vezes, ditatorial do poder político. (VILAS, 2004).

Vilas (2004) aponta que, posteriormente, um grupo de economistas vinculados ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional – FMI – passaram a fazer uso do conceito, embora com acepção totalmente diferente dos *development studies*. O uso do conceito, por esses economistas, fez surgir uma espécie de “neopopulismo” econômico.

Nessa corrente que tem em Sachs, Dornbusch, Edwards, Kaufman e Stallings os seus principais representantes, o “populismo” econômico contemporâneo passou a ser usado para se referir estritamente a agendas de políticas econômicas. Seria a expressão da indisciplina fiscal, ocasionada por gastos exagerados com políticas redistributivas e com investimentos em infraestrutura. Essas medidas seriam “populistas” porque, do ponto de vista dos autores, eram irresponsáveis, pois mesmo cientes de que tais “gastos” poderiam comprometer a estabilidade macroeconômica do País, eram implementadas por determinadas lideranças. (VILAS, 2004).

Além disso, o caráter “populista” confirmar-se-ia no fato de que os gastos com o setor social teriam por finalidade fazer garantir os votos e a aceitação dos setores populares. Somado a isso, os altos investimentos em infraestrutura aceleravam, pelo menos aparentemente, o crescimento do País, o que traria a esses governos o apoio e os votos também da classe média.

O pensamento do “populismo” econômico contemporâneo deixou de lado muitos fatores macroestruturais do campo político. Na visão de Carlos Vilas (2004), isso foi um reflexo da clássica separação da teoria neoliberal entre política e economia. Para o autor, essas análises incorreram em um equívoco muito grande ao desconhecer o fato de que a política de flexibilização fiscal não é exclusiva dos governos caracterizados pelo conceito de “populismo econômico” e nem foi implementada por todos os regimes caracterizados como tais.

Várias críticas estabeleceram-se a essas análises, principalmente pelo fato de submeter governos muito distintos, tais como o conservador José Sarney e o socialista Salvador Allende, a uma mesma lógica, a da irresponsabilidade fiscal. Além disso, não estabeleciam com clareza a natureza das “irresponsabilidades” econômicas – se eram frutos da incompetência administrativa na arrecadação fiscal, se eram provenientes de discordâncias governamentais ou de estratégias políticas de governo. (WEYLAND, 2001).

As críticas a essas análises levaram ao surgimento do “neopopulismo político” vinculado, como o próprio conceito esclarece, ao campo político. Para autores como Roberts, Weyland, Knight e Connif, era preciso voltar atenções às estratégias de governo, para o personalismo e o carisma dos líderes, para o tipo de discurso político desenvolvido por estes, bem como para a forma de mobilização dos amplos setores sociais.

Conforme Vilas (2004), Dresser foi provavelmente a primeira pesquisadora da corrente do “neopopulismo político”. Ela passou a denominar de “neopopulista” as reformas neoliberais no México, durante a presidência de Carlos Salinas. Em seu governo, foram implementadas um conjunto de medidas de contenção de gastos, ao mesmo tempo em que uma série de políticas de promoção social aos grupos mais vulneráveis da população eram igualmente promovidas.

Tais medidas foram fortemente associadas à figura de Salinas, em uma tentativa de melhorar sua governabilidade frente às denúncias de fraude eleitoral e também para a implementação das reformas neoliberais. Dresser (1991) considerou as práticas de Salinas uma reconfiguração das práticas “populistas”.

Posteriormente, o conceito foi usado para explicar a inesperada vitória de Alberto Fujimori no Peru. A vitória de Fujimori tornou-se um desafio à compreensão dos pesquisadores, pois apesar de promover uma drástica reforma neoliberal, sua figura tornou-se aceita por todos os setores sociais do País. As explicações para tanto passaram a se vincular à personalidade do dirigente. Ocorreu, então, para Vilas (2004), um novo “alargamento conceitual” para dar conta de um fenômeno até então inesperado. No mesmo período, Carlos

Menen, na Argentina adotou, assim como Salinas e Fujimori, políticas semelhantes nos campos econômico e social, prato cheio para alimentar as hipóteses “neopopulistas”.

Vilas (2004) considera que foi o elemento personalista desses presidentes e a relação que direta ou indiretamente estabeleceram com as massas que serviram para reativar o “populismo”, associando-o ao neoliberalismo. Esse processo correspondeu ao que ele denominou de “reducionismo personalista”. O reducionismo ocorre quando o “populismo” é caracterizado apenas por meio de uma única de suas características, o personalismo da liderança política, negligenciando-se uma série de outras características que, para o autor, compõem o conceito. Para ele, foi essa simplificação do conceito que fez com que o “populismo” se tornasse uma via de explicação permanente dos processos políticos da América Latina.

Para Kurt Weyland (2001), um dos pesquisadores da corrente do “neopopulismo político”, este seria um subtipo do “populismo”, pois preservaria as características políticas do “populismo clássico” em um novo contexto econômico, o do neoliberalismo. A tese defendida por Weyland é a de que no início da abertura dos mercados nos Países da América Latina, a figura do líder “populista” seria fundamental, pois saberia, como nenhum outro, associar o neoliberalismo a políticas favoráveis às camadas populares.

Além disso, o autor defendia que o “neopopulismo” da América Latina, contrariamente ao “populismo” clássico, foi benéfico, pois trouxe melhorias a segmentos da população que sempre permaneceram indiferentes ao jogo político, em especial, os segmentos pobres, o que teria contribuído para o avanço da democratização social dos Países atingidos por ele. (WEYLAND, 2001).

Para Weyland (1996), existiriam três fatores centrais que implicariam no surgimento do “neopopulismo”. O primeiro seria a figura de um líder personalista. O segundo seria a existência de uma massa heterogênea de seguidores, muitos deles excluídos do desenvolvimento e, por isso, de fácil mobilização. Por último, a construção, pelo líder, de novas organizações semelhantes às organizações “populistas” anteriores, com baixo nível de autonomia dos associados.

Como retórica às classes populares, a política “neopopulista” passou a desenvolver um discurso salvacionista e antipolítico. Passava-se a ideia de que era preciso salvar o País, reconduzindo-o aos trilhos do desenvolvimento. Para tanto, a figura da eficiência surge como estratégia central, somente um líder eficiente seria capaz de tamanha proeza. Dessa forma, a

construção da personalidade desses líderes passou a ser carregada de características como a eficiência, a tecnicidade, a especialização. (VILAS, 2004).

Essas características eram colocadas em campos distintos do político, o que caracterizou o outro ponto da retórica, o discurso antipolítico. Nele, polarizou-se o “eu” e “os outros”. A figura do “eu” era representada pelo líder “neopopulista”, a personificação da eficiência e da acuidade; “os outros” seriam os políticos tradicionais, tidos como corruptos e traidores do povo. O discurso antipolítico, em sua polarização, colocava o próprio candidato “neopopulista” como ente fora do sistema político e partidário.

O personalismo do líder político contrapor-se-ia ao sistema partidário. Onde existissem instituições fracas, mais concretamente o “neopopulismo” encontraria chances de se manifestar. Condição que mostrava que os partidos continuavam incapazes de recrutar a preferência política dos eleitores. O reaparecimento de líderes políticos fortemente atuantes das décadas de 1950 e 1960, como Leonel Brizola no Brasil, ou a vitória eleitoral de Carlos Menem na Argentina, político egresso da ala ortodoxa do movimento peronista, assim como o personalismo de Salinas, presidente do México, seriam exemplos desse processo. (SAES, 1994).

Dessa forma, nas novas democracias, embora existissem novas organizações partidárias, estas permaneceram em campo secundário, foram os meios de comunicação que passaram a atuar intensamente no meio político e a estabelecer uma relação quase que direta entre as lideranças “neopopulistas” e os eleitores. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas de opinião pública trouxe às candidaturas informações mais precisas sobre as preferências do eleitorado. (MENEGUELLO, 1998).

Na retórica “neopopulista” havia também crítica aos líderes carismáticos de antes. Por meio da política nacionalista, estes haviam sustentado capitalistas parasitários, situação que trouxe profundas desigualdades à sociedade e uma ineficácia e paralisia ao Estado. Para não dar espaço novamente a essas mazelas, tonou-se necessário liquidar o Estado e abrir o País ao mercado. Somente assim, haveria o aumento da produtividade, da riqueza e a sua consequente distribuição. Como esclarece Saes (1994), válida ou não, essa passou a ser a retórica do “neopopulismo”.

Essa retórica populista neoliberal reivindica a restauração do mercado e a liquidação do Estado intervencionista, cartorial e parasitário, que, ao resultarem na liquidação dos maus capitalistas antes protegidos pelo Estado, e no aumento da produtividade econômica global, acabarão tendo efeitos redistributivos. (SAES, 1994, p. 47).

Com isso, construiu-se não apenas a figura do líder “neopopulista”, mas também a de seu adversário político. Para Weyland (2001), os inimigos eram quase sempre a classe política e as elites. Nesse caso, como classe política compreende-se o legislativo, o judiciário e a burocracia. O abuso do público pelo privado cometido por eles deveria ser controlador pelo executivo ou, mais especificamente, por um líder específico, capaz de controlar as mazelas até então existentes. As elites, por sua vez, possuíam nessa estratégia política um papel fluído. Eram apenas um rótulo genérico para se referir a um inimigo que variava de acordo com o desenrolar da conjuntura política.

Essa foi, para Weyland (2001), a engenharia de mobilização “neopopulista” em que o adversário é sempre convertido em inimigo, em ser maligno do qual o povo precisa ser defendido. Para o autor, foi, no contexto da primeira metade do século XX que surgiu essa relação entre o ator social inimigo, no caso as oligarquias rurais, e o ator social que salvaria o povo: as lideranças “populistas”. Por meio dessas estratégias, desenvolveu-se uma forte retórica dirigida às camadas populares para justificar perante esses setores a implementação de políticas de “cima para baixo”. Para Vilas (2004), esse discurso vai contra as instituições políticas e sociais que dão sustentação a democracia representativa, como os partidos, os sindicatos e organizações da sociedade civil.

No Brasil, Fernando Collor de Mello foi o representante congênito desse discurso. Desde o início de sua campanha eleitoral, fez intenso uso dos meios de comunicação para a construção de sua imagem sempre vinculada à eficiência, capaz de resolver todo e qualquer problema que a ele se impusesse. Ribeiro (1994) mostra como Collor fez uso dos recursos publicitário e do esporte para atrelar à sua imagem noções de força, vontade e ação.

O ex-presidente, desde a campanha, fez farto uso dos recursos publicitários. Lembre-se a construção de sua imagem como esportista, no início do mandato, quando a cada domingo ele se exibia em um novo esporte – transmitindo uma imagem de eficiência, força e juventude, dando à opinião pública a noção de que pela força do corpo e da vontade o presidente venceria os problemas do Brasil, da inflação ao subdesenvolvimento. (RIBEIRO, 1994, p. 34).

Ribeiro (1994) corrobora o fato de que a reemergência do “populismo” na política brasileira esteve vinculada à retomada da personalização no processo político, juntamente com a sua espetacularização. Em sua reemergência, traços das tendências do passado permaneceram, como, por exemplo, o modo como Fernando Collor de Melo se referia ao povo, eram os descamisados, os pés descalços, ele, o herói, que iria acabar com a farra dos

“marajás” do País. Para tanto, uma de suas promessas era baixar o teto salarial de alguns setores do funcionalismo público. Uma medida, por sua vez, de caráter neoliberal.

O personalismo desses governos, para Paes (1994), deu-se por uma lógica capitalista fundamentada em duas condições. A primeira referir-se-ia ao modo de produção, o isolamento do produtor em relação ao produto por ele produzido. A segunda, em âmbito jurídico, se referiria à conversão dos homens em sujeitos individuais de direitos. Essa última condição, em especial, pressupõe o reconhecimento da autonomia e da personalidade individual do Estado.

Conforme o pesquisador, foi o funcionamento dessas condições, a individualização dos agentes da produção e o incentivo à expressão autônoma da personalidade individual que geraram um dos traços centrais do regime capitalista, o individualismo, a predominância da vida privada sobre a vida pública, que, por sua vez, induziu, no campo político, à “personalização da política”. Sendo esta fortalecida pela difusão da mídia eletrônica. (SAES, 1994).

Para Saes (1994), a questão do “neopopulismo” trouxe ainda outro ponto: como compreender a aceitação popular desse discurso de caráter neoliberal? Quando na verdade, apenas o velho “populismo” parecia ser um real apelo às camadas populares. O pesquisador apontou um fato significativo para isso. A sua hipótese seria a de que o crescimento do intervencionismo estatal implicou concentração de renda nacional, em benefício exclusivo de uma burguesia privada e também presente no Estado, sem se converter em benefícios amplos à população. Nas palavras do pesquisador “não se fez acompanhar da implementação de um *Welfare State* na América Latina.” Os setores populares passaram a apoiar, então, políticas não estatais. (SAES, 1994, p.48).

Os governos, na corrente “neopopulista”, passaram a ser compreendidos meramente por um certo tipo de condução política centralizada no personalismo. Foi, então, abarcado pelo conceito um diverso número de experiências que possuem, na verdade, muito pouco em comum. Esse é um dos pontos centrais atacados por seus críticos. Autores como Vilas, Nun, Navaro, Quijano, Lynch, embora com perspectivas variadas e enfatizando questões distintas, questionaram a hipótese “neopopulista”.

Para Vilas (2001), os governos sob o “neopopulismo” são muito mais que um estilo de condução política personalista. Tentar abarcar um número de experiências que tem muito pouco de substantivo em comum nada mais é do que um grande equívoco analítico. Nesse sentido, o grande problema do “neopopulismo” ou de outras tendências interpretativas do

“populismo” é a redução da complexidade deste a apenas algumas de suas características, mais precisamente a personalização do líder.

Para o autor, o “neopopulismo” reduziu o “populismo” a uma mera associação com a liderança carismática de Weber, gerando uma compreensão rasteira tanto do “populismo” quanto do conceito do autor clássico. Segundo ele, não se pode negar a existência das lideranças personalistas que se sobrepuseram aos sistemas partidários, nem as tentativas de anulação das organizações políticas da classe trabalhadora. Entretanto, uma análise minimamente adequada sobre a nova conjuntura que se estabelecia no continente, não deveria compreender todos esses fenômenos por um único viés que, inclusive, resgatou um conceito de um contexto totalmente dispare do que então se tinha.

É nesse sentido que, para ele, a perspectiva revela um simplismo conceitual que fez com que o “populismo” se tornasse sempre uma opção permanente de análise na política da América Latina, independente da conjuntura histórica e particular de cada País, pois adjetivava, sob um mesmo conceito, lideranças políticas e governos completamente distintos entre si. Fazendo uso de apenas uma das características do “populismo”, a personalização do líder, tornou-se possível aplicar o conceito a qualquer tipo de cenário, pouco importando se os governos realizavam políticas diferenciadas ou até mesmo opostas a dos governos “populistas”.

Vilas (2001) defende o uso do termo “populismo” para se referir a governos populares que possibilitam a redistribuição de renda e formas de organização políticas das camadas populares. Para ele, o conceito “populismo” deve ser usado para a caracterização dos avanços democráticos ocorridos na América Latina, na primeira metade do século XX. Não concordamos com o uso desse conceito, pois, como vimos em nosso primeiro capítulo, o termo passou a ser usado mais para macular o período do que para mostrar os seus avanços sociais e políticos. Mas concordamos com suas perspectivas em relação aos avanços ocorridos no então período e em relação à sua crítica ao conceito “neopopulismo”.

Nesse sentido, para Vilas (2004), o “neopopulismo” seria uma distorção do “populismo”, pois o que é denominado de “neopopulismo” em nada se assemelha com o contexto denominado pelo “populismo”. Os governos denominados de “populistas” possibilitaram aos setores populares empregos e participação política, contrariamente aos “neopopulistas”, que trouxeram grandes índices de desemprego, além de possuírem forte caráter autoritário e de desmobilização dos setores populares.

É nesse sentido que, para Vilas (2001), o “neopopulismo” encerrou uma elasticidade conceitual, produto de uma má compreensão do “populismo”, carente de rigor metodológico e de discernimento analítico. Para ele, a elasticidade do conceito se deu por uma dificuldade dos pesquisadores de compreender adequadamente os novos dirigentes políticos. Foram analisados com um mescla de surpresa, preocupação e desconfiança que dificultou a compreensão de suas atuações políticas.

Ao fato de que os “neopopulistas” teriam viabilizado o processo inicial de implementação das políticas neoliberais, o pesquisador ressalta que, na verdade, tais políticas iniciaram-se nos regimes ditatoriais. Muitos dos regimes democráticos latino-americanos anteriores aos ditatoriais foram derrotados exatamente por isso, para a implementação do neoliberalismo em grande parte do continente. Nesse sentido, não foram os “neopopulistas” os responsáveis pela viabilização de tais medidas.

Além disso, em seu argumento, ressalta que não existiram estudos que avaliassem que tais políticas neoliberais tenham sido instituídas por apoio dos cidadãos que acreditavam em seus benefícios e em suas vantagens. Pelo contrário, foram implementadas no contexto autoritário das ditaduras e à revelia da sociedade.

Para Ferreira (2001), foram características como a personalização, a autonomia do poder executivo, a tentativa de harmonizar classe social, capital e trabalho em torno de um compêndio comum como o de nação, como havia ocorrido nas décadas anteriores, que deram vazão ao ressurgimento do conceito na década de 1990.

Entretanto, para ele, o “neopopulismo” representou mais do que um alargamento conceitual. O uso do conceito para a caracterização até mesmo do governo de Fernando Henrique Cardoso não significou apenas mutações ou deformações de sua forma originária. Para Ferreira (2001), o “neopopulismo” tornou-se uma dentre as várias consequências do uso indiscriminado do conceito “populismo”. Usado em larga medida, principalmente pelos meios de comunicação, para macular a imagem, as propostas e as políticas dos adversários políticos.

2.2 O “Neopopulismo” nos anos 2000

Como vimos na seção anterior, o “populismo”, em sua versão “neopopulista”, passou a ser usado para denominar a personalidade de líderes políticos, sem que fossem considerados os campos social, político e econômico dos contextos em questão. Para Mitre (2008), a

entrada do prefixo “neo” no jogo de denominações representou a completa descaracterização do conceito “populismo”.

Conforme o autor, foram as práticas personalistas e políticas assistencialistas de alcance restrito, implementadas com o intuito de amenizar os drásticos efeitos das reformas neoliberais implementadas nas décadas anteriores que reativaram o conceito. Este passou a funcionar como uma espécie de parâmetro para diferenciar “à maneira aristotélica, a boa democracia de sua forma corrompida, ou a modernidade anacrônica do verdadeiro caminho das pedras.” (MITRE, 2008, p. 12).

No final da década de 1990 começa a crescer na América-Latina o número de governos com tendências esquerdistas, desde a esquerda radical até a centro-esquerda, por meio de vitórias presidenciais como a de Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia e assim por diante. A emergência dessas esquerdas por todo o continente possibilitou a permanência do conceito “populismo” – ora com, ora sem o prefixo “neo”, a depender do gosto do usuário – nos campos de discussões políticas.

A sua aplicação passou a se referir a fenômenos muito díspares como a vitória de Hugo Chávez à presidência da Venezuela e ao segundo mandato de Álvaro Uribe na Colômbia, devido a apenas algumas características em comum como o personalismo de forte apelo às massas. Com isso, o conceito passou a ser empregado para se referir a governos tanto de direita, quanto de esquerda, em suas mais distintas gradações, sem se fundamentar nas conjunturas particulares em questão.

Foi nas interpretações de Jorge Castañeda (2006) que o uso do conceito adquiriu maior vigor. Para ele, os governos de esquerda da América Latina, que surgem com força no novo século, se dividem em duas frentes: a “esquerda populista” e a “esquerda socialdemocrata”. A “esquerda populista” seria fechada e quase nada carregaria do real ideário da esquerda. Representaria a volta do velho “populismo” retrógrado, autoritário, conservador, para Castañeda, seria a “má esquerda” representada nas figuras de Hugo Chávez, Evo Morales e Néstor Kirchner. A “boa esquerda” seria representada por Lula e Michelle Bachelet, por exemplo. Esta esquerda teria raízes radicais, mas teria passado por um processo de modernização e abertura de ideias e práticas.

A interpretação de Castañeda foi amplamente usada pela mídia e por estudiosos que tentavam explicar as transformações pelas quais passavam os Países latino-americanos. Foi também amplamente criticada, tendo em vista não apenas o uso do conceito, mas, acima de

tudo, pelo fato de tentar enquadrar governos muito distintos entre si em duas categorias muito superficiais.

Para Mitre (2008), crítico do uso do conceito, o seu emprego passou mais a encobrir as conjunturas a ele associadas do que as revelar. Mitre (2008) defende que as experiências políticas da América Latina passaram a ser condensadas em três categorias, sob o signo do “populismo”. Em uma espécie de quadrante à direita estariam os regimes alinhados às diretrizes estadunidenses, que dão continuidade às reformas neoliberais implementadas nas décadas anteriores. No centro-esquerda estariam os governos de orientação socialdemocrata, que sem romper com o passado neoliberal, procuram suavizar as desigualdades produzidas pelo modelo econômico vigente até então por meio de amplas políticas sociais direcionadas à população de baixa renda. No terceiro quadrante estaria à esquerda, para os adeptos, revolucionária, para os críticos, “populista” e retardatária, contrárias às diretrizes neoliberais e estadunidenses. Esses governos se caracterizariam ainda pela:

implementação de políticas nacionalistas e estatizantes na esfera econômica, por um acentuado personalismo e centralismo na condução política, assim como pela ênfase unilateral no princípio majoritário da democracia e, concomitantemente, nos mecanismos de participação popular à margem, ou por cima, do sistema partidário. (MITRE, 2008, p. 12).

Para o historiador, embora o signo do “populismo” seja negado pelos três grupos, ele funciona como uma espécie de divisor de águas para identificar a esquerda progressista da reacionária; onde está a democracia e onde está a demagogia, todos “encobertos sob o largo manto daquela palavra”. Ainda conforme o pesquisador, “o que está em jogo é o sentido da história que cada uma dessas posições julga representar em oposição às outras, consideradas retrógradas, antiquadas e, no limite, reacionárias por andarem na contramão.” (MITRE, 2008, p.05).

Esses usos do “populismo”, para o pesquisador, assentaram-se sobre três princípios tácitos: o primeiro seria o populismo considerado como um desvio tanto do liberalismo, quanto do socialismo; o segundo seria a condição de que o “populismo” e o “neopopulismo” seriam irmãos gêmeos; e, por fim, o terceiro, seria o fato de que o neoliberalismo do final do século XX prolongaria a linhagem do liberalismo clássico. Para o pesquisador, esses princípios implícitos revelam a lógica e o uso do conceito que representaria, na verdade, distintas formas de ofuscar a compreensão dos sistemas sociais da conjuntura latino-americana.

O caso da Venezuela seria, para Mitre (2008), o exemplo mais claro de como esses ofuscamentos acontecem. O “acompanhamento” do governo de Chávez por parte da mídia e de alguns segmentos acadêmicos seria feito com enorme ignorância acerca dos alicerces sociais que sustentam o governo. Haveria uma superficialidade ao tratar a esfera político-institucional do País, assim como o que tem sido realizado por meio da atuação política de Chávez.

As análises do governo de Chávez restringem-se a medir o distanciamento do chavismo em relação à verdadeira revolução ou em relação à verdadeira democracia ou, mais ainda, em relação à sua aproximação ou ao seu distanciamento do “populismo”. Esquece-se, na grande totalidade das análises, de se considerar a estrutura da sociedade venezuelana, as suas clivagens étnicas e regionais, a cultura política das camadas populares e de suas classes média e alta.

Para Mitre (2008), a difusão do uso do conceito seja no senso comum, seja nas ciências sociais, tem sido proporcional à sua imprecisão conceitual. As análises “populistas” são fruto de tentativas de estudar fenômenos, sem que os estudos se atentem às matrizes socioeconômicas em questão. As instituições e as ações políticas passaram a ser deslocadas de seus contextos socioeconômicos e analisadas em separado.

A persistência no uso do conceito “populismo” para macular a imagem do adversário político ocorre de forma ainda mais alargada, pois o líder político ora é denominado de “populista”, ora de “neopopulista”, a depender da posição política de quem faz uso do conceito. Há ainda gradações entre “populismo” e “neopopulismo”, tais como “velho populismo”, “novo populismo” ou “populismo conservador”.

As tendências da teoria do “populismo” vistas até então nos trouxeram a impressão de que, pelo menos no Brasil, no processo de democratização, ocorreu o surgimento e o desenvolvimento da “democracia populista”. Passado o regime militar, no processo de redemocratização, o País passou a viver, por meio das versões do “populismo”, uma espécie de amadurecimento da “democracia populista”.

Em sua primeira geração, na tendência de Germani e Di Tella, análises que se debruçaram sobre o contexto da América Latina, e, no Brasil, por meio do Grupo de Itatiaia. Nessas primeiras tendências, o líder político demagógico aparecia em segundo plano. O problema centrava-se nas massas camponesas recém-chegadas à cidade, imaturas devido aos valores do campo que ainda faziam-se presentes em suas condutas de vida, tornaram-se, nas

idades, irracionais. Foram responsáveis, então, pelo surgimento de um campo aberto à entrada de líderes políticos corruptos, prontos a manipulação.

Posteriormente, na segunda tendência, tendo como maior expoente o trabalho de Weffort, começou a surgir um amadurecimento do conceito de “democracia populista”. Isso porque a classe dirigente começou a se especializar em um fazer político manipulatório das massas. Grande expressão desse pensamento foi o “Estado de compromisso”, caracterizado pela obra de Weffort, autoritário e apaziguador dos interesses das massas. Estas haviam entrado para o jogo político, mas continuavam ingênuas, irracionais, manipuladas, eram massa e não classe.

A “democracia populista” amadurecia em sua face mais cruel, pois as camadas populares continuaram a configurar como massa, uma vez que não haviam se desenvolvido em consciência política. Com isso, estavam sempre prontas à cooptação de uma figura política carismática, de um líder populista. Este, por sua vez, bastasse aparecer, que é claro, seria fortemente abraçado pelo povo, visto sua irracionalidade ao mesmo tempo inata, como também cultural.

A “democracia populista” passou então do seu desenvolvimento ao seu amadurecimento, pois, se, por um lado, as camadas populares continuavam como massas – elemento basilar a existência do “populismo” –, os líderes políticos adquiriam cada vez mais experiência no jogo político “populista”. Tornavam-se experientes na manipulação das massas, nas articulações políticas para chegar ao poder, e, uma vez neste, eram experientes em sua forma “populista” de articulação no e do governo. O “Estado de compromisso” havia feito escola e proporcionado à política brasileira bons especialistas.

Se por um lado reemergia, na década de 1990, a noção de “populismo”, que continuava a insistir na existência de uma massa amorfa, por outro lado, no mesmo período, ganhava força um novo ator, também emergido do processo de redemocratização, os movimentos sociais. À época foi visto como uma novidade que, inclusive, era facilmente questionada. Conforme Ribeiro (1994), a sua entrada no campo político implicou uma revisão de várias relações, tais como: cultura e política, público e privado, Estado e sociedade. Mais a frente, em novo capítulo, veremos as consequências desse processo para o campo social e político brasileiro.

Na década de 1990, com o aprofundamento das reformas liberais, o apoio das massas começou a entrar em crise, visto o aumento da inflação e as crescentes taxas de desemprego. Somado a isso, já instituído o sistema neoliberal, os “populistas” e suas políticas já não

interessavam mais aos neoliberais, pois já não eram necessárias maiores justificativas frente às possíveis reservas. O próximo passo dos neoliberais já não era mais a aceitação e sim a conquista de instabilidade institucional, nesse sentido, deixam de apoiar as lideranças “neopopulistas” e se juntam às novas elites.

Entretanto, as massas continuavam insatisfeitas, o que dava vazão ao surgimento de novos líderes “populistas” de esquerda. Se estes começassem a despontar no cenário, havia para eles dois planos, o Plano A e o Plano B. O Plano A constituía-se em uma forte campanha midiática de desqualificação. A eles eram associadas imagens da subversão, a uma cruel lógica comunista, a um socialismo que implicava a retirada de todo e qualquer bem material, seja do mais abastado ao mais pobre, e, não apenas isso, seriam também violadas a sua dignidade individual e a de sua família.

Caso o Plano A não funcionasse e o candidato continuasse a crescer, o Plano B entrava em ação. Altos investimentos passaram a ser feitos nas campanhas de líderes políticos de esquerda, pelos neoliberais. Tais investimentos ocasionaram alterações nos programas que antes representavam os interesses apenas da esquerda, na medida em que passam a atender também aos interesses da direita. É como aquela velha frase que afirma que, afinal, para o poder, todo homem teria o seu preço.

2.3 O “Populismo” no governo Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo passaram a ser caracterizados pelo signo do “populismo”. Isso não significa que antes de chegar à presidência Lula não tenha sido adjetivado de “populista”, entretanto não entraremos nessa discussão, pois o foco de nosso estudo se refere ao período presidencial, devido à implementação das políticas de seu governo, e, em especial, a de cotas para ingresso no ensino superior, objeto de nossa análise. Embora sempre tenha sido caracterizado de “populista” em todo o seu histórico político, as acusações a Lula geralmente eram provenientes de indivíduos ou setores da direita. Quadro que se estendeu após a sua chegada à presidência, uma vez que as adjetivações “populistas” passaram a ser feitas também por segmentos da esquerda.

Os setores da direita passaram a vincular Lula ao velho e tradicional “populismo” por meio de frequentes associações de sua figura e das políticas de seu governo às figuras e às políticas de outros líderes também associados ao “populismo”, como Vargas. Ou, até mesmo, associando-o a figuras de presidentes da América Latina, também pejorativamente vinculados

ao conceito, como Hugo Chávez. Os fatores centrais para essas associações foram a política de assistência desenvolvida pelo governo aos mais pobres, como o “Programa Bolsa Família” e também medidas destinadas aos pobres e à classe média baixa como a expansão do ensino superior, por meio dos programas Reuni, Prouni e Fies.

Por outro lado, os setores da esquerda passaram a caracterizar Lula de “neopopulista”. Com isso deram continuidade ao uso do conceito veiculado durante a década de 1990. Além desse termo, passaram a usar outros a ele associados como “populismo conservador” ou “novo populismo”. O fator central para justificar tais adjetivações foi o fato de o governo Lula ter dado continuidade às políticas neoliberais, estruturadas ao longo dos oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, contrariando com isso os princípios da esquerda, os antigos programas do Partido dos Trabalhadores – PT – e também ao seu histórico de vida pública.

Pela mídia, o uso do conceito continuou a ser feito de forma indiscriminada, de acordo com as conveniências, e, principalmente, com a posição de classe e de poder dos donos dos meios de comunicação, pertencentes à elite econômica e política do País. Localizados no polo tradicional e conservador do jogo político, oposto aos ideais de esquerda historicamente definidores da identidade política de Lula e do PT, o que gerou uma oposição sistemática ao governo.

Conforme Fagnani (2011), o início do primeiro mandato de Lula foi marcado por uma constante instabilidade no campo econômico, em parte pela herança do governo anterior, em parte pela desconfiança de investidores em relação a uma possível guinada do País à esquerda a ser promovida pelo Partido dos Trabalhadores, com a liderança de um presidente ex-metalúrgico. Para mostrar o problema, o pesquisador apresenta os seguintes dados referentes ao contexto em questão:

A inflação bateu 12,5%; a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O risco Brasil (EMBI) saltou de 861 pontos (2001) para 1445 pontos (2002). As reservas internacionais atingiram seu maior nível desde 1994. O salto de transações correntes era negativo. A relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos (42%). O crescimento da economia continuou pífio (2,7%). A dívida líquida do setor público atingiu o topo desde o início dos anos 1990 (57% do PIB). As despesas com juros eram elevadas (9% do PIB). (FAGNANI, 2011, p. 05).

Devido a essa situação, era compreensível, de acordo com Fagnani (2011), que no primeiro período de mandato, o governo optasse por manter a política econômica do governo anterior com o intuito de acalmar o mercado e evitar que o País entrasse em crise. Todavia,

não foi isso o que aconteceu. O que era imaginado pelos apoiadores do governo como um curto prolongamento de políticas neoliberais, devido ao processo de transição, permaneceu por todo o governo em seu primeiro e segundo mandatos, contradizendo, com isso, a tradição do partido e o histórico de vida pública de seu líder.

Para Fagnani (2011), o governo Lula começou em meio a contradições, a continuidade da ortodoxia econômica implicou limitações ao crescimento, e, em especial, nas políticas sociais. Até o ano de 2005, foi mantida a orientação econômica do governo de FHC, controle inflacionário por meio da elevada taxa de juros, superávit primário e restrições aos gastos públicos. Fatores como esses, conforme o pesquisador, geraram um ambiente econômico recessivo, que, por sua vez, gerou limites ao desenvolvimento social do País.

A taxa de desemprego aberto atingiu o pico de 13,4%; permaneceu em níveis elevados em 2014 (11,5%) e recuou para 9,5% em 2005. O crescimento anual dos rendimentos médios reais declinou (-5,1%) em 2003; estabilizou-se em 2004; e subiu ligeiramente em 2005 (2,4%). (FAGNANI, 2011, p.06).

Conforme Fagnani (2011), foram feitas tentativas de viabilizar reformas liberalizantes ameaçando direitos sociais conquistados em 1988 nos campos sindical, trabalhista, tributário e previdenciário. A proposta de reforma agrária elaborada durante a campanha foi esvaziada. Na área da saúde e da educação os problemas só não se tornaram maiores porque havia mecanismos institucionais que resguardavam os direitos sociais conquistados.

O Programa “Fome Zero”, que pretendia somar uma série de iniciativas além do cartão alimentação, como a instituição de medidas referentes à reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, a desoneração tributária dos alimentos básicos, a mudanças na merenda escolar e assim por diante, transformou-se em uma única estratégia de transferência de renda, o “Bolsa Família”. (FAGNANI, 2011).

As estratégias de desenvolvimento social focalizaram apenas os mais pobres, estes definidos de acordo com critério do Banco Mundial. Os demais programas sociais em que o valor ultrapassasse cento e vinte reais de benefício não foram focalizados. Medidas como essas traziam as contradições de um governo que anteriormente ao pleito sempre se opôs ferrenhamente à política neoliberal. Foi para criticar a postura do governo frente a direcionamentos como esses que o conceito “populismo” foi reabilitado no governo Lula.

No poder, Lula e o PT – que, por sinal, havia expulsado a sua frente mais esquerdista, que passou a compor o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – revelava-se constantemente em contradições, os ideais, princípios e antigos programas do partido e de seu líder haviam sido abandonados em detrimento do poder. Ou, em um posicionamento maquiavélico, teria se

concretizado o plano para a chegada ao governo de Lula e da cúpula do partido. Críticas como essas deram linha para tecer o “populismo” – “neopopulismo”, “populismo conservador”, “novo populismo” “lulismo” e por aí vai – de Lula e de seu governo.

No ano de 2006, ocorreram mudanças significativas em relação ao cenário até então estabelecido, devido ao fato do governo passar a contar com crescimento econômico. A partir desse período, ocorreram melhorias no mundo do trabalho, nas contas públicas e nos gastos sociais. Ações focalizadas e universais passaram a ser vistas como complementares. No ano de 2007, o governo lançou o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC – para impulsionar investimentos público e privado na área de infraestrutura. A partir de então, articularam-se de forma positiva políticas econômicas e sociais. (FAGNANI, 2011).

Tais medidas fizeram com que, no ano de 2008, em meio à crise financeira internacional que enfraqueceu, em certa medida, as políticas globais neoliberais, o País mantivesse as taxas de crescimento. Conforme Fagnani (2011), com a crise, tanto o BIRD, como o FMI reconheceram o fracasso de políticas inspiradas no consenso de Washington. Com isso, abriu-se caminho para a ampliação do papel do Estado em medidas de proteção social, em uma série de Países da América Latina:

Entre 1990 e 2005 o PIB cresceu a taxas medias anuais de 2,5%. Entre 2006 e 2008 saltou para 5%, em 2009 devido a crise global retrocedeu em -2%, mas avançou para 7% em 2010. As contas públicas melhoraram, a arrecadação cresceu e a relação dívida líquida do setor público/PIB declinou de 60% em 2002 para 40% em 2010. (FAGNANI, 2011, p. 17).

O crescimento que se iniciou em 2006 impactou o mercado de trabalho, aqueceu o mercado interno e promoveu um ciclo virtuoso de produção e consumo. As políticas sociais e o mundo do trabalho foram beneficiados. Conjugou-se com êxito estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda e inclusão social. Durante esse período, também ocorreu a valorização do salário mínimo, o que gerou impacto também nos beneficiários da Seguridade Social. Esses fatores, associados ao fortalecimento do sistema de crédito que praticamente dobrou entre 2003 e 2010, fortaleceram a economia e promoveram o seu crescimento em meio à crise internacional. (FAGNANI, 2011). No campo da habitação, foi lançado o programa “Minha casa, Minha vida” com mecanismos flexíveis de beneficiamento, favorecendo o acesso à habitação a estratos de baixa renda.

Medidas como essas também serviram para caracterizar o governo como “populista”, entretanto, tal adjetivação não era mais pelo fato de o governo dar continuidade a política neoliberal estruturada na era FHC, o que ocorria, nesse momento, era a ressurreição do

clássico e velho “populismo” que retomava posto na esfera de discussão e de crítica ao governo. A seguir, traremos as duas formas de abordagem pejorativas, uma feita por críticos da direita – a que se segue – e outra, por críticos da esquerda.

2.3.1 O uso do conceito pela imprensa

Para elucidar esse ponto, abordaremos dois estudos realizados por pesquisadores – Ariel Goldstein (2015), que investigou o jornal “O Estado de S. Paulo” e Teresinha Pires e Maria Céres Castro (2014), que investigaram o periódico “Folha de S. Paulo” – que se detiveram na análise do modo como a grande imprensa se relacionou com o governo Lula.

Ariel Goldstein (2015) investigou arquivos do jornal “O Estado de S. Paulo” para averiguar a posição do jornal durante o primeiro mandato de Lula, assim como em relação ao período correspondente à campanha à reeleição no ano de 2006. O seu interesse era saber como a imprensa brasileira se relacionou com o governo Lula, sabendo que, ideologicamente tal governo se situava à esquerda, posto que é sabido que os meios de comunicação brasileiros, em especial a grande imprensa, possuem uma relação íntima com, ou mesmo pertencem às elites políticas e econômicas do País e se encontram no polo oposto aos ideais da esquerda. Caracterizam-se, em grande medida, pelo tradicionalismo e pela lógica neoliberal. Os achados do autor mostraram que o jornal realizou uma oposição sistemática ao governo, evidenciando sua posição editorial tradicional e conservadora.

Para Goldstein (2015), houve um divisor de águas no modo como a grande imprensa portou-se perante o governo em questão. Inicialmente foi adotada uma postura crítica em que os ataques à figura de Lula, que tinham se intensificado desde o período eleitoral, passaram para um segundo plano. A imprensa aguardava as direções a serem tomadas pelo novo governo. Posteriormente, com o “escândalo do mensalão”, o posicionamento de “O Estado de S. Paulo” e também da grande imprensa conservadora em relação ao governo de Lula, passou da crítica ao ataque. Instaurou-se, com isso, um segundo momento em que a imprensa passou a desempenhar forte oposição ao governo. Esse movimento, conforme o pesquisador, ocorreu não apenas na grande imprensa, mas também entre os partidos da oposição. (GOLDSTEIN, 2015).

Cabe ressaltar que, embora os ataques mais severos à figura de Lula tivessem sido suspensos, constantemente, eram veiculados fatos negativamente associados à sua ausência de formação universitária e a sua suposta predileção por bebidas alcólicas. Buscava-se, com isso, vinculá-lo a uma suposta incapacidade para governar, devido à sua “indigência cultural”

fruto de sua origem social. Condição que se agravava devido à incidência alcóolica, a falta de caráter e assim por diante. (GOLDSTEIN, 2015).

Com o “escândalo do mensalão” os meios de comunicação passaram a praticamente antecipar o fim do primeiro mandato de Lula. Não apenas por meio de pedidos de *impeachment* – que se fundamentavam na suposta incapacidade de governar do presidente e de seu partido, devido ao assalto que teriam feito ao Estado – mas, dando a entender que o governo petista nada havia feito para o País, além de ter aumentado estrondosamente o “populismo” e a corrupção em nossa política. (GOLDSTEIN, 2015).

Com isso, a cobertura midiática centrou-se no “escândalo” e na constante busca de novos fatos, para que ele não saísse de cena. Se o impedimento do presidente não seria possível, certamente estavam minando todas as possibilidades de reeleição de Lula no pleito que se seguiria, era a tática de “fazer sangrar” o candidato oficial. Para o autor, queriam o fim de um governo que sempre foi estranho às elites do País.

Veiculou-se também, ainda em relação à ausência de formação de Lula a noção de que este fazia apologia à desnecessidade da formação superior, na medida em que enfatizava a sua capacidade de governar o País sem que, para tanto, tivesse feito um curso superior. Conforme o autor, ocorria dessa forma, uma inversão do que enfatizava Lula, ao colocar-se como presidente popular que realizava políticas direcionadas também aos populares. Ao fazer essa inversão, o jornal desqualificava não apenas o presidente, mas as políticas populares desenvolvidas por seu governo também popular. O popular em todos os seus aspectos era visto de forma negativa. Para o pesquisador, tais ataques trataram-se de uma desqualificação elitista à origem popular e ao histórico de vida do presidente, assim como às políticas implementadas por ele.

O jornal fazia, então, a desqualificação do discurso de Lula associando-o à manipulação demagógica destinada aos setores mais pobres da população. O constante recurso à sua origem humilde e à sua ausência de formação universitária não tinha o tornado incapaz para governar o País, pelo contrário, tornaram-no um presidente sensível aos interesses do povo. Para “O Estado de S. Paulo”, conforme Goldstein (2015), tratava-se de um discurso para ganhar o apoio e o voto dos setores populares, era a demagogia de um líder “populista”, posto que Lula teria tido tempo e recurso suficientes para concluir uma formação universitária quando desempenhava a função de deputado.

El periódico criticaba las apelaciones populares y emotivas de Lula como parte de su utilización “demagógica” del carisma para generar un electorado cómplice con la

corrupción, permisivo con las violaciones éticas que expresarían su partido y candidatura. *O ESP*, en este sentido, pretendía enlazar la supuesta promoción de Lula de la ignorancia y la falta de estudio con la tolerancia hacia la corrupción y el desprecio por las formas institucionales. De este modo, señalaba que Lula tenía un atrevimiento particular para dirigirse a las masas e interpelarlas que utilizaba en su provecho, superando a quien fuera denominado como el “padre de los pobres”, Getulio Vargas. (GOLDSTEIN, 2015, p.97).

Antes da veiculação do “escândalo do mensalão”, esses dois fatores, a ausência de formação universitária e o suposto alcoolismo do presidente, foram frequentemente usados pela mídia com o intuito de macular a imagem de Lula. A Folha de São Paulo e o New York Times, por meio de seus correspondentes do Brasil, foram protagonistas na veiculação de casos associados a esses dois fatores. (GOLDSTEIN, 2015).

Os ataques procuravam evidenciar uma imagem autoritária e messiânica de Lula. O autoritarismo seria usado por ele para ocultar a sua incapacidade para governar, o messianismo era um mecanismo de sua forma “populista” de fazer política. Ao colocar-se como salvador da nação, atraía o apoio das massas beneficiadas por seus programas populares. Desse modo, o governo teria colocado em vulnerabilidade as instituições democráticas do País. O seu modo de se dirigir ao povo carregado de afetividade, fazia com que estes o percebessem com lentes de afetividade e de identificação pessoal. Assim, Lula passou a ser acusado pelo jornal de ser também “populista”, na medida em que fazia uso de seu carisma e das políticas populares, como o “Bolsa Família”, como uma moeda de troca eleitoral.

Para o jornal, havia uma grande diferença entre o discurso e os fatos concretos do governo, uma espécie de governo real e de governo virtual. Este, evidenciado por Lula, o governo e seu partido, ao longo de todo o seu mandato, em uma constante campanha à reeleição. Salientavam o caráter “laborfóbico” do presidente que, ao invés de dirigir o País, fazia uma constante campanha à reeleição.

El periódico definiría, a partir de estos encuadramientos, la siguiente interpretación: el carisma de Lula y su capacidad de comunicación servirían para el engaño, como una cortina que oculta la auténtica realidad de un gobierno ineficiente. La distancia existente entre la realidad y las declamaciones discursivas del gobierno brasileño, sería saldada desde esta interpretación a partir del carisma de Lula y su capacidad de comunicación. (GOLDSTEIN, 2015, p.106).

Desse modo, com a divulgação do “escândalo do mensalão”, o jornal assumiu uma postura de confrontação política. A imagem de Lula passou a ser marcadamente associada à corrupção. Mais do que lucrar com o mercado de vendas e audiências por meio do

“escândalo”, a grande imprensa passou a desempenhar efetivamente o papel de “quarto poder”, como ator político atuando na formando da opinião pública. Esses conflitos levaram uma fração de militantes petistas a levantar a tese de que ocorreu uma “partidarização da imprensa”. Frente à debilidade dos partidos opositores, esta teria desempenhado o papel de oposição ao governo, lugar que, teoricamente, deveria ter sido ocupado pelos partidos da oposição. (GOLDSTEIN, 2015).

O “mensalão” instaurou um cerco-midiático por parte da grande imprensa, por meio de uma acusação permanente e da busca de novos fatos relacionados ao “escândalo”, para que ele pudesse permanecer na mídia durante um bom tempo. O caso de corrupção mudou o clima político do País. A intenção era destruir o capital político do presidente com vistas às eleições de 2006. Desse modo, com o “escândalo do mensalão”, o governo, o presidente e o seu partido passaram a contar com uma situação amplamente desfavorável entre a grande imprensa, contando apenas com exceções como, por exemplo, a “Revista Carta Capital”. A desfavorável representação do governo petista permaneceu constante até os dias atuais. (GOLDSTEIN, 2015).

Como estratégia para amenizar e sair da crise o governo passou a apelar para o apoio que possuía entre os movimentos sociais, com a intenção de diminuir as consequências dos ataques à sua credibilidade. Para os jornais, conforme Goldstein (2015), essa foi uma saída “populista” do presidente e seus apoiadores, os líderes dos movimentos não passavam de representantes pelegos. Era o “populismo” do presidente Lula, este buscava encobrir o lamaçal de corrupção no qual se encontrava o governo por meio de apoio de líderes pelegos.

Para o pesquisador, “O Estado de S. Paulo”, juntamente com outros jornais e meios de comunicação da grande imprensa contribuíram para uma interpretação do resultado eleitoral de 2006, marcada por uma divisão de classes. Nessa divisão, Geraldo Alckmin teria vencido nas regiões do País mais desenvolvidas economicamente, as regiões que “sustentavam” o governo federal, enquanto Lula teria vencido nas regiões mais “atrasadas”, as que eram sustentadas pelo governo, era esta a perspectiva predominante.

O jornal atribuía aos eleitores do presidente uma mesma hierarquia que ao presidente era atribuída. A origem social e a suposta ausência de formação tornavam-nos incompetentes, os primeiros para eleger, o segundo para governar. Ocorria com isso uma desqualificação hierárquica e elitista dos votantes de Lula. Esses, devido à sua inserção social, seriam ignorantes e incapazes de qualquer compreensão cultural e política da sociedade. A corrupção

presidencial, dessa forma, foi abafada pelo carisma do presidente e de sua capacidade de manipulação das massas populares.

Com isso, o jornal salientava ainda que o mandato de Lula contribuiu para alimentar a cultura de corrupção no País, posto que este, de forma “populista”, manipulou as massas, de modo com que estas aprovassem a gestão de Lula, tornando-se assim cúmplices da corrupção no País.

Según la caracterización de este editorial, Lula parecería haber utilizado su carisma para cegar a los brasileños de la apropiación del aparato estatal por un grupo de poder que pretende quedarse 20 años y que destruyó las instituciones del País resquebrajando su moralidad. Las críticas fundamentales del editorial serían dirigidas contra la corrupción estatal y la demagogia popular de Lula, que ocultaría la corrupción a los ojos de los electores mediante su carisma y el asistencialismo del Bolsa Familia. Frente a esta situación que identificaba como de desmoralización de todas las instituciones públicas, el periódico llamaría a resistir a los brasileños el día de la votación en las urnas. (GOLDSTEIN, 2015, p.99).

Para o pesquisador, “O Estado de S. Paulo” desempenhou um papel semelhante ao desempenhado por outros jornais elitistas e conservadores latino-americanos, em defesa dos interesses das classes dominantes de seus Países. Em um movimento também sempre semelhante, quando se efetivaram o surgimento de governos historicamente de esquerda, com intensões reformistas que certamente afetaram a distribuição material e simbólica das classes dominantes, essas classes se colocaram contrárias a esses governos.

Pires e Castro (2014) realizaram sua pesquisa no jornal “Folha de S. Paulo” devido ao fato de ser o jornal de maior circulação no País, e, portanto, influenciar sobremaneira a formação da opinião pública nacional. Foi realizada uma pesquisa por meio do mecanismo de busca das palavras-chave “lulismo”, “petismo” e “populismo”, separadas e/ou associadas, na biblioteca virtual do próprio jornal, no período correspondente de primeiro de julho a quatro de outubro, o que corresponde ao período inicial da campanha eleitoral até o dia posterior à eleição do primeiro turno, nas eleições de 2006 e 2010.

Para esses pesquisadores, não se deve questionar o fato de Lula fazer uso de traços carismáticos como forma de comunicação, entretanto, o que não se sustenta seria o fato de o governo Lula se resumir a um estilo carismático de dominação política. Lula faria uso de um estilo de comunicação sustentado na noção de popular que representaria uma estratégia racional de gestão e não uma mera estratégia “populista”, como se veicula pelos meios de comunicação. Estes, para os pesquisadores, seriam responsáveis por ressignificar o discurso de Lula do popular para o “populismo”.

De acordo com Pires e Castro (2014), a atuação da mídia, no ano eleitoral de 2006, teria se expressado por meio de um “anti-lulismo” generalizado, fundamentado em uma campanha anticorrupção que, por sua vez, teria suas raízes no cenário anterior do “escândalo do mensalão”, veiculado pelos mesmos meios de comunicação. Diante da posição da mídia, Lula, em ato estratégico, desvinculou sua imagem da imagem de seu partido.

Em resposta, a mídia passou a dar ênfase à categoria “lulismo”, uma espécie de fenômeno político personificado no presidente e que relegaria a um segundo plano partidos, Congresso e demais instituições políticas. A partir de então, as alusões ao carisma do presidente tornaram-se ainda mais frequentes como elemento central de seu “populismo”. Somado ao carisma, as políticas de transferência de renda, consideradas moedas de troca eleitoral, tornaram-se o alvo central dos ataques.

Pires e Castro (2014) salientam que os editorialistas, colunistas e jornalistas do jornal como feito pela “Folha de S. Paulo”, ao tratarem as políticas redistributivas propostas e implementadas pelo governo Lula como “populistas” não auxiliaram no entendimento de uma dimensão mais complexa da política em que setores populares apareceram na cena pública como novos sujeitos de direitos.

Portanto, para os pesquisadores, Lula, ao se fundamentar em um discurso popular, teria feito ressurgir nas narrativas midiáticas brasileiras o conceito “populista”, em sua velha e tradicional forma. O seu discurso carismático e popular teria sido reconfigurado como instrumento de dominação afetiva e emocional. O popular passou a ser confundido com “populismo”.

No caso da grande imprensa, os fatores centrais para a adjetivação de Lula como “populista” foram o seu carisma enquanto líder popular e os programas destinados a setores de renda baixa e média da população, em especial o “Bolsa Família”. O conceito passou a ser empregado no seu sentido tradicional, seguindo a mesma lógica usada para macular a imagem de Vargas, por exemplo, quando o termo “populismo” surge no País.

Como veremos adiante, essa lógica permanece presente entre as críticas do meio intelectual, em análises que se situam à direita no campo político. Somada a essas críticas, tem-se as críticas de intelectuais que se posicionam à esquerda, entretanto, para esses, o “populismo” de Lula assemelha-se ao “neopopulismo”, emergido dos anos de 1990, em grande parte da América Latina, como vimos nesse mesmo capítulo.

2.3.2 O uso do conceito por intelectuais

Fatos como a campanha eleitoral de Lula no ano de 2002 – marcada por fortes mudanças em que as bandeiras vermelhas saíram de cena e um Lula feroz e aguerrido cedeu lugar ao “Lulinha paz e amor”, orquestrado por Duda Mendonça – e as mudanças ideológicas do partido – que tiveram seu ápice com a “Carta ao povo brasileiro”, também veiculada no mesmo ano, representaram, para muitos, uma guinada que denotava o “populismo” do líder e de seu partido em busca do poder. Intelectuais, jornalistas e até mesmo militantes do partido passaram a se atentar para as frequentes contradições que surgiam na figura de Lula e no PT.

No governo, o conservadorismo adotado na política econômica trouxe ao presidente e ao partido muitas críticas por parte de antigos apoiadores e/ou simpatizantes. Lula passou, então, a ser considerado, em graus e medidas variadas, a depender da interpretação, continuísta em relação à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Esse foi o fator central que fez com que suas práticas, medidas e políticas passassem a ser associadas ao “neopopulismo”, ao “populismo conservador” e/ou a uma espécie de “novo populismo”, por parte dos críticos da esquerda.

Armando Boito Junior é um exemplo de crítico à esquerda que faz uso do conceito de forma pejorativa para se referir ao governo Lula. Para ele, o governo praticou um “populismo conservador” sinônimo do “neopopulismo”. A característica central desse “populismo” centram-se na prática de políticas compensatórias que exploram eleitoralmente a população pobre. Além disso, na difusão de um discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais, colocando-os na dimensão de privilégios e na continuidade dada à política neoliberal estruturada no País pelo governo FHC.

Para o pesquisador, não se trata de afirmar que o governo Lula é uma continuidade do governo FHC, entretanto, tal como este, Lula desprezou as políticas nos campos do emprego, do salário, da moradia, da educação e da saúde, consideradas as áreas prioritárias de um governo dito social e progressista. Ao contrário, centrou-se apenas em uma assistência social paliativa, apresentada como obra pessoal do presidente e que serviu, acima de tudo, como moeda eleitoral. (BOITO JUNIOR, 2006).

Para o pesquisador, as políticas desenvolvidas pelo governo Lula reforçaram a hegemonia do capitalismo neoliberal no Brasil, uma vez que continuou priorizando em primeiro plano os interesses do capital financeiro, e, em segundo plano, a burguesia industrial e agrária, mais até que os governos anteriores conseguiram desenvolver.

Para atender aos interesses dos diferentes setores da burguesia, direitos e serviços no campo da saúde e educação, em especial, passaram por um processo de “mercadorização”. Com isso, formou-se uma nova burguesia prestadora desses serviços, beneficiada pelo recuo do Estado. Além disso, o recuo do Estado possibilitou a redução dos gastos tradicionais, possibilitando maior superávit primário, o que atendeu aos interesses do grande capital. (BOITO JUNIOR, 2006).

O autor ressalta ainda que o governo realizou o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais em favor do neoliberalismo e dos privilégios da classe burguesa, realizou uma nova contra-reforma da Previdência, que retirou direitos dos trabalhadores, aprovou a Lei de Falência que, a partir de um dado valor, obriga a empresa em processo falimentar a priorizar as dívidas bancárias em detrimento das dívidas com os trabalhadores. Ressalta ainda que, no campo da educação, foram aprovadas políticas de reforma universitária que beneficiaram a rede privada por meio de vantagens financeiras e legais. Destaca a continuidade de concessões privadas realizadas no governo FHC, assim como a ausência de investigações sobre os casos de corrupção que envolveram a política de privatização.

Para Áquilas Mendes e Rosa Maria Marques (2006), o governo Lula trouxe para o Brasil o tempo de um “novo populismo”. Uma das hipóteses defendidas pelos pesquisadores seria a de que, para manter-se no poder, Lula precisaria dar continuidade à agenda neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como construir uma sólida base de sustentação, o que poderia ser feito junto às populações mais pobres, devido à sua alta vulnerabilidade e baixa experiência organizativa.

Nesse sentido, tais pesquisadores defendem que as políticas do governo Lula desenvolveram uma nova base de apoio ao governo e ao partido, muito diferente daquela que apoiou a formação e a construção do PT. Como exemplo, quando se decidiu pela criação do partido no início da década de 1980 a base do movimento que havia se formado era constituída por trabalhadores organizados em torno dos sindicatos. Esses movimentos construíram o que na época foi denominado de “novo sindicalismo”. Este, por sua vez, visava romper com a estrutura sindical tradicional, proveniente da era Vargas e com a repressão da Ditadura Militar. (MENDES e MARQUES, 2006).

Para Mendes e Marques (2006), o movimento sindical do qual surgiu o PT foi aniquilado pela própria política do partido, principalmente depois de assumir o governo, quando passou a contar com o aparelho estatal. Líderes dos mais diversos sindicatos, assim como as lideranças da Central Única dos Trabalhadores – CUT, vinculados ao poder central,

passaram a desenvolver um trabalho focado na contenção dos movimentos reivindicatórios. Para os autores, tensões e contradições de um governo saído dos sindicatos, mas que passou a cumprir as diretrizes e as recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em suas próprias palavras, “o “papel” dos sindicatos amigos do PT e de Lula é o de conter os movimentos, impedindo que as lutas dos trabalhadores coloquem em questão as metas e os “prazos” dos atuais burocratas do Planalto.” (MENDES e MARQUES, 2006, p. 59).

Paralelamente a esse movimento, o “Bolsa Família”, como um programa de transferência de renda, trouxe ao presidente e ao partido, as bases de um novo apoio social, fundamentado nos segmentos de baixa renda da população. A importância do programa não é discutível, como salientam os próprios pesquisadores. Entretanto, o que eles apontam é o fato de que programas como esses não constituírem um direito dos cidadãos, mas sim uma mera benesse do governo que pode ser alterada ou suspensa ao bel prazer de interesses governamentais, criando com isso vínculos de dependência dos mais pobres para com os governos. Para Mendes e Marques (2006), as políticas assistencialistas não solucionam o problema da pobreza no País, pelo contrário, são um caminho aberto ao surgimento de políticas *a la* clientelismo.

Com isso, o governo passou a formar uma nova base de apoio, diluída por todo o País, que, por ser vulnerável e sem organização não constitui qualquer ameaça no jogo político, desde que o fluxo assistencialista não seja interrompido. Lula será para estes visto como aquele que a eles um bem enorme foi feito, o presidente pobre e que foi capaz de mudar a vida dos pobres para melhor. (MENDES e MARQUES, 2006).

Além disso, os pesquisadores fazem um alerta em relação às mudanças na postura política do Partido dos Trabalhadores e sobre a gravidade que tais mudanças promovem no imaginário dos populares e dos trabalhadores não organizados, visto que o PT não seria mais um partido que os representaria.

Apontam alterações na base programática do partido logo após o início do governo e medidas assumidas no mandato contrárias as que anteriormente eram defendidas e apoiadas pelo PT. Algumas dessas medidas, acentuadas diretamente sobre os trabalhadores, passaram a afastar o apoio dos que antes o declaravam. Entretanto, isso ocorreu apenas entre setores organizados, não acontecendo, em grande medida, com os demais trabalhadores. Com esses, aconteceu um processo inverso: passaram a estabelecer uma relação direta, sem qualquer forma de mediação com o presidente.

Os pesquisadores destacam ainda a facilidade com que o governo Lula e os principais dirigentes do PT assumiram a agenda do FMI e do Banco Mundial, que não havia ainda sido aprovada nos governos anteriores, em parte pela oposição do próprio partido na Câmara de Deputados e no Senado. Tal fato, para eles, confirma que a vitória de Lula não significou nem a decadência do imperialismo, nem a vitória da força popular. Destacam ainda outros pontos, como:

o conteúdo que as massas deram à vitória de Lula não se concretizou, pois nenhuma política foi implementada no sentido de alterar de relações de poder, de riqueza e de propriedade existentes no País. De um lado, nada foi feito em relação à reforma agrária, de outro, a reforma tributária promovida teve como único reflexo o aumento da carga tributária, deixando de implementar propostas como a do imposto sobre a fortuna e a redistribuição da renda. Isso sem falar no salário mínimo, cujo aumento foi irrisório em seu primeiro ano de governo! (MENDES e MARQUES, 2006, p. 69).

Além de fatos como esses, outro ponto levantado pelos autores refere-se ao fato de que indivíduos de diferentes classes e sem qualquer vínculo com os interesses dos trabalhadores passaram a se filiar ao partido logo que este chegou à presidência. Transformações como essas poderiam implicar, conforme ressaltam, o fato de que o PT tenha deixado de ser um partido de referência para os trabalhadores.

Os autores comparam ainda o “populismo” de Lula ou o “novo populismo” com o antigo “populismo” de Vargas. No “populismo” de Vargas, o Estado voltava-se para o crescimento da indústria brasileira, tinha o objetivo de industrializar o País, embora com isso descontentassem interesses internacionais. O “novo populismo” não contemplaria nenhuma proposta econômica nacional, se voltaria aos ditames do FMI e do Banco Mundial. Para os autores, é como se os interesses da nação se confundissem com os interesses do capital internacional financeiro. Desse modo, ao invés de desenvolverem políticas para a indústria e para a tecnologia nacionais, possuem como única preocupação a geração de “superávits fiscais de magnitude até então impensáveis”.

Para eles, outra grande diferença entre o “populismo” de Vargas e o “novo populismo” de Lula centrar-se-ia na relação estabelecida com as massas. O primeiro apoiava-se nos trabalhadores, para que a legislação trabalhista pudesse avançar; o segundo utiliza a estrutura sindical e suas direções como forma de impedir que movimentos reivindicatórios paralisessem ou impedissem seus projetos de contra-reforma (trabalhista, sindical, e mesmo previdenciária, novamente em pauta).” (MENDES e MARQUES, 2006, p. 71).

2.3.3 Nem tudo foram espinhos

É importante ressaltarmos também que nem todo “populismo”, direcionado à figura de Lula ou até mesmo o “lulismo” foi usado pejorativamente. Dessa forma, cabe apontarmos aqui, mesmo que brevemente, exemplos de duas análises em que os termos não foram usados negativamente, as interpretações de Brasília Sallum Junior e de André Singer.

De acordo com Brasília Sallum Junior (2008), ocorreu no governo Lula uma “generalização/ampliação” da proteção social. Essa apareceu sob o formato de democratização do acesso a recursos para estratos situados em posições acima daquelas situados abaixo da linha de pobreza, tal como as alterações nos mecanismos de crédito bancário que beneficiaram assalariados e aposentados.

No âmbito educacional a proteção generalizou-se por meio de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior para populações com renda baixa e média. Tais políticas foram o Prouni, que consiste em bolsas de estudo integrais ou parciais a estudantes que tenham sido aprovados em universidades particulares, que, por sua vez, tenham aderido ao programa em troca de isenções de impostos; o Fies, um financiamento a longo prazo também para estudantes de universidades particulares; o Reuni, programa de reforma de universidades públicas, centrado na ampliação das vagas e os programas de cotas nas Instituições de Ensino Superior destinados a estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas. (SALLUM JUNIOR, 2008, p. 10). Destaca-se também o SISU, Sistema de Seleção Unificado, um sistema informatizado do Ministério da Educação em que as instituições públicas de ensino superior distribuem as vagas aos candidatos participantes do ENEM.

Tais políticas de proteção social beneficiaram não apenas setores de baixa renda, como também a classe média baixa, possibilitando a esses segmentos condições socioeconômicas e culturais de competição social, diminuindo com isso, mesmo que em pequena escala, o enorme fosso entre as classes. Esse processo, conforme Sallum Junior (2008), fez com que a hegemonia liberal se aprofunde no País, pois, ao gerar a incorporação sociocultural de camadas intermediárias que, antes encontravam grandes obstáculos, suscitou, nesses agentes beneficiados, maior adesão, tanto ao sistema capitalista, quanto ao Estado, autor das políticas que os beneficiaram.

Esse processo que passou a ser denominado pelo pesquisador de “aprofundamento social da hegemonia liberal” produziu uma base socioeconômica favorável para que Lula desenvolvesse uma estratégia “populista”. Os segmentos beneficiados por tais políticas teriam

se tornado uma espécie de mecanismo adicional de controle frente aos adversários e também aos aliados políticos do governo.

O aprofundamento social da hegemonia liberal no período Lula tem produzido uma base socioeconômica favorável para que, em ambiente democrático, o presidente da República desenvolva uma estratégia populista de relação com as massas populares, fazendo dela um mecanismo adicional de controle dos adversários e principalmente dos aliados. (SALLUM JUNIOR, 2008, p. 10).

Somada a essas condições sociais, econômicas e culturais de aprofundamento da hegemonia liberal, tem-se, para o pesquisador, a condição política da composição da coalizão que sustentou o governo. Não se tratando apenas da quantidade de partidos, mas da diversidade ideológica desses, formada por partidos desde a ala conservadora até a ala esquerdista. Essa coalizão que se tornou ainda maior no segundo mandato com a entrada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – foi muito mais heterogênea do que a existente no governo FHC. (SALLUM JUNIOR, 2008).

A amplitude político-ideológica da coalizão tonou-se positiva para que medidas e leis pudessem ser aprovadas com mais facilidade pelo Congresso, mas, por outro lado, trouxe dificuldades de coordenação, uma vez que era necessário atender a muitos e a distintos interesses. Para Sallum Junior (2008), é esse jogo político que traz aos líderes a necessidade de fortalecimento, tanto frente aos adversários, quanto frente aos aliados e que proporciona o estilo “populista” de se fazer política. Portanto, para o pesquisador, o termo “populismo” não é ofensivo nem desqualificador, mas sim uma estratégia de reforço do poder. Segundo ele, uma prática considerada normal em qualquer sistema democrático.

Além disso, serve como indicador para averiguar a qualidade da democracia e das relações sociais estabelecidas no País. As sociedades em que o “populismo” se prolifera são geralmente muito desiguais, pois seriam, em grande medida, os afetados pela desigualdade que se apegariam às lideranças “populistas” como uma espécie de resposta à ausência de perspectivas de transformação social que a eles se impõe. Em relação ao indicativo democrático, o “populismo” mostraria o desequilíbrio entre os poderes do líder e o sistema partidário.

A capacidade de Lula de se colocar dentro e fora do governo e de se direcionar às massas gerou, para o autor, um apaziguamento das fronteiras entre os partidos, relegando-os a um segundo plano no campo das forças políticas. Somada à capacidade de comunicação do líder, pode-se incluir o aparato de comunicação de que dispunha enquanto presidente como elementos que contribuíram para o fortalecimento de seu “populismo”.

Para Sallum Junior (2008), o “populismo” de Lula tratou-se de uma estratégia que garantiu a aprovação popular do governo, e, com isso, garantiu a sua blindagem contra os adversários e a grande capacidade de atuação dentro do próprio governo. Para ele, o “populismo” de Lula seria definido por meio de dois traços específicos, a constante identificação de si e de seu governo com os pobres e os trabalhadores e a associação de seu governo com o desenvolvimento social e econômico do País.

Em relação ao primeiro ponto foram frequentes as menções à sua história de vida. Em relação ao segundo, fez uso recorrente de uma frase que se tornou fortemente vinculada à sua figura, “nunca antes na história desse País”. Esses dois elementos centrais tornaram-se, para o pesquisador, uma campanha permanente do presidente em qualquer espaço público em que estivesse e que se somou a uma grandiosa publicidade oficial do governo.

Portanto, para Sallum Junior (2008), “populismo” é uma estratégia política coerente com o jogo político e não um estilo corrupto de se fazer política. Para defender o seu posicionamento, o pesquisador destaca ainda pontos positivos desenvolvidos pelo governo Lula, como a elaboração de uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico, que, por sua vez, gerou emprego e renda; a valorização do salário mínimo; o aumento do gasto social; o incentivo às políticas universais; e o avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, com destaque para o Bolsa Família. Para ele, o governo Lula trouxe grande contribuição, ao unir políticas focalizadas, característica do Estado Mínimo, à políticas universais, característica do Estado de bem-estar, contribuindo, desse modo, para que tais políticas passassem a ser vistas como complementares e não mais excludentes, como até então se pensava.

Já para André Singer, no governo Lula não houve “populismo” e o “lulismo” não representa um modo de fazer política “populista”. Assim como Mendes e Marques (2006), Singer (2012) defende que as políticas do governo Lula implicaram a formação de uma nova base de apoio ao presidente e ao Partido dos Trabalhadores, mas, diferentemente dos demais, Singer não acredita que tais medidas, instituídas pelo governo, sejam fruto de uma estratégia “populista”, mas sim de uma política que teve por centralidade a diminuição da pobreza no País.

Nesse sentido, o “lulismo” tornou-se um termo usado e defendido por Singer (2012) para explicar o processo político brasileiro que se iniciou com o mandato de Lula, e que, segundo o pesquisador, pode se arrastar por um longo período. Para desenvolver o seu argumento, Singer faz uso da categoria “classe”. Segundo ele, o governo Lula, ao promover

políticas voltadas aos segmentos de baixa renda, em especial o programa de assistência “Bolsa Família”, trouxe para o presidente e para o seu partido o voto dessa fração de classe que possui grande peso eleitoral.

Seria exatamente esse apoio das camadas populares ao presidente, aos candidatos apoiados por ele e ao seu partido que configuraria o “lulismo”. Diferentemente da maioria das explicações que tendem a enxergar despolarização e despolitização no período de mandatos de Lula, como as correntes do “populismo”, Singer vê um realinhamento gerador de uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária no País. O “lulismo” teria provocado uma rearticulação ideológica que teria retirado a centralidade do conflito entre direita e esquerda, direcionando tal polaridade para a relação entre ricos e pobres.

Entretanto, como afirma Bresser-Pereira (2007), o “lulismo” de Singer não representa a definição de uma política “populista”, mas sim de uma política que teve como foco a diminuição da pobreza no País. Nesse sentido, não estamos tratando aqui de uma nova configuração do “populismo”, como muitos a princípio imaginam, mas de um termo cunhado para se referir a um processo político que surgiu no País com as políticas adotadas pelo governo Lula.

Singer (2012) acentua o equívoco dos que afirmam que esse governo, em termos de política econômica, apenas seguiu a linha ortodoxa neoliberal do governo anterior. O pesquisador destaca que, de fato, no primeiro mandato, predominou a ortodoxia do sistema, com medidas de contenção de despesas públicas e de elevação dos juros. Entretanto, quase ao mesmo tempo em que foram implementadas tais políticas, ocorreram também a implementação de um conjunto de medidas contrárias à lógica neoliberal, como o aumento da transferência de renda, a expansão do crédito popular e a valorização do salário mínimo. Medidas que, em certo ponto, recuperaram a economia do País por meio do fortalecimento do mercado interno.

O governo Lula, embora não tenha eliminado a pobreza no País, possibilitou a redução da pobreza monetária. Tal condição trouxe mudanças significativas na vida das parcelas mais pobres do Brasil e gerou o fator central que provocou o realinhamento eleitoral, pois apesar das mudanças estruturais terem sido diminutas em razão das expectativas dos setores da esquerda e também em função do nível de miséria e de desigualdades do País, os efeitos foram significativos para os beneficiados. Para Singer (2012), as camadas populares, ao ver um Estado capaz de estender a mão a elas, passou a apoiá-lo incondicionalmente.

Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real do Lula” veio acompanhado de mensagem que faz sentido para os mais pobres: a de que pela primeira vez o Estado brasileiro olha para eles, os deserdados, e, portanto, se popularizou. Eis o motivo de o ex-presidente insistir que “nunca na história deste País...”. Irritados, os supostos “formadores de opinião” não percebem que Lula não está se dirigindo a eles e martelam a tecla de que a história não começou com Lula, o que é verdade. Contudo, ouvido vários degraus abaixo, o bordão adquire sentido distinto: Nunca na história dos mais humildes o Estado olhou tanto para eles. (SINGER, 2012, p. 46).

O governo passou então a representar uma fração de classe que, embora fosse composta pela maioria da população brasileira, não possuía formas de organização e de representação. Foi exatamente esse movimento de políticas destinadas aos mais pobres que fez surgir, para Singer (2012), a polarização entre ricos e pobres, ocupando os espaços polarizados que antes pertenciam à polarização esquerda e direita.

O pesquisador traz alguns indicadores para comprovar a sua tese – de que o “lulismo” diluiu a polarização esquerda/direita e fortaleceu a polarização entre ricos e pobres – são dados que mostram que depois do ano de 2002, o partido perdeu força entre a classe média, no eleitorado de alta escolaridade, no Sul e no Sudeste e nas capitais das regiões mais ricas do País, antigos apoiadores de suas propostas e de seus programas desde o seu surgimento. Em contrapartida, aumentou o apoio entre os eleitores de baixa renda, no Norte e no Nordeste e nas metrópoles periféricas, regiões atingidas substancialmente pelo “Bolsa Família”.

Outro fato colocado por Singer (2012), para confirmar a sua tese, foi a boa aprovação de Lula ao terminar o segundo mandato. Conforme o pesquisador, uma aprovação inédita desde o período da redemocratização do País. A explicação para isso seria que, após um prolongado período de estagnação econômica que se estendeu por mais de duas décadas o País passou por um quadriênio de crescimento e o que é mais significativo para a defesa de seu argumento, por um período de redução da pobreza.

Para o pesquisador, o “lulismo” além de expressar um pertencimento de classe específico, é também a representação de contradições, uma vez que nele se embutem lógicas e práticas de conservação e mudança, assim como de decepção e de esperança no governo petista. Para Singer (2012), foram essas contradições que tornaram a interpretação do fenômeno extremamente ambígua e de difícil compreensão por parte dos que se propuseram a tal tarefa, além disso, somada a contradição, as avaliações simplistas teriam levado às acusações do governo de ser ao mesmo tempo neoliberal e “populista”.

2.3.4 Crítica a crítica

Para Goldstein (2015), a mídia criou uma espécie de profecia autocumprida elitista e hierárquica por meio dos editoriais dos jornais que não deram margem a ideia de uma evolução de ações do governo, ao contrário, enfatizaram apenas as crises existentes em função da suposta incapacidade de governança do presidente, tendo em vista as limitações provenientes de sua origem social somada à sua ausência de formação universitária.

O pesquisador destacou também a função simbólica que cumpriu o conceito “populista”, operando como uma desqualificação da política popular, desenvolvida pelo presidente na medida em que o popular passou a ser sinônimo de “populismo”. Os benefícios concedidos aos setores mais pobres da população, que ainda permaneciam afastados de condições mínimas de sobrevivência, transfiguraram-se em mera manipulação política. Uma lógica perversa que transformou direitos em simples moeda de troca eleitoral.

Outro discurso realizado pela imprensa refere-se à naturalização das desigualdades sociais, frequentemente negou-se as relações de força, as assimetrias e as arbitrariedades históricas existentes entre os atores sociais, construindo assim uma aparência de uma falsa relação de forças desiguais para, com isso, desqualificar as lutas e os reconhecimentos das diferenças. (GOLDSTEIN, 2015).

Predominou ainda o discurso de que Lula quebraria a ordem estabelecida, assim como as instituições democráticas do País por meio de determinadas reformas sociais. Quando, na verdade, o que ocorreu foi a expansão de determinados direitos sociais que antes permaneciam restritos a apenas alguns segmentos da população. O que estava por trás de tais acusações era o temor de que determinados privilégios materiais e simbólicos fossem atingidos por meio de medidas adotadas pelo governo. (GOLDSTEIN, 2015).

Para Daniel Aarão Reis (2007), o “populismo” representa uma crítica hostil das elites dominantes a uma determinada maneira de se fazer política em que ocorre a aproximação e o diálogo entre o Estado e as camadas populares. Para o pesquisador, esse modo de fazer política, em que as camadas populares, mesmo que minimamente passam a ser ouvidas, ofende a cultura política das elites dirigentes do País. O diálogo entre o Estado ou o poder político para com as camadas populares é tido como algo intolerável por elas.

Mesmo nos dias de hoje, no cerco político a Lula, essa coisa aparece de modo muito claro, e constantemente, uma coisa que não é bem racional, uma coisa epidérmica, um desgosto. As pessoas de elite têm desgosto de ver essa gente que estava ali embaixo, e que deveria ali permanecer, surgindo em postos de relevância, em cima. É um

fenômeno que dá desgosto e uma náusea muito grandes, uma vontade de ir pra Miami, ou Paris, abandonar o País, entregá-lo a esta gente que, decididamente, não sabe votar (este é um mote recorrente nos discursos das elites - de direita e de esquerda). (REIS, 2007, p. 99).

Reis (2007) defende que tanto a direita quanto às esquerdas mais radicais lamentam esse modo de fazer política, denominado por eles de “populismo”. A direita, devido ao “ódio de classe” que está além de qualquer explicação racional. As esquerdas porque acreditavam que, desse modo, o proletariado fugiria ao seu controle perdendo-o assim para as amarras do Estado.

Para o pesquisador, após o neoliberalismo de Fernando Collor e as privatizações de FHC, a participação política do PT, ao longo da década de 1990, trouxe ao País uma série de discussões vinculadas à tradição sindicalista nacional-estatista, esse fato teria sido positivo, pois teria recuperado a proposta das reformas debatidas ao longo dos anos de 1960. Entretanto, à medida que o PT foi se enraizando na sociedade, ele foi abandonando as propostas revolucionárias. Nesse sentido, o partido teria gradativamente se popularizado, e, com isso, adotado posições reformistas moderadas. (REIS, 2007).

Foi a metamorfose do partido até a presidência e depois nesta, o diálogo com os populares ao longo de todo o governo e o “escândalo do mensalão” que, apesar da forte veiculação, não impossibilitou a reeleição do candidato ao segundo mandato, que propiciaram aos adversários, e, mais que isso, aos contrários ao governo, cunhá-lo de “populista”. (REIS, 2007).

O uso do conceito para o pesquisador, seja no contexto varguista, seja no governo de Lula é um grosso equívoco que impede a compreensão da real história do Brasil, de suas esquerdas e das lutas sociais travadas no campo político e social. O conceito, para ele, “só contribuiu no melhor dos casos para a perpetuação da ignorância, ou, no pior, para a articulação das forças mais obscuras e reacionárias que esse País já conheceu.” (REIS, 2007, p.108).

Quando o governo foi contraditório aos seus antigos ideias de esquerda, ele foi “neopopulista”, “populista conservador” ou “novo populista”. Quando instituiu medidas e políticas compatíveis a esse ideal, também foi “populista”, no sentido tradicional do termo. Em todo o histórico de uso do conceito, percebemos que sua aplicação sempre foi feita para se referir aos governos em que se estabeleceu um diálogo com setores populares e também com o que hoje caracterizam-se por movimentos sociais. Esses governos que assim o fizeram

foram caracterizados de “populistas”, considerando aqui o sentido tradicional e clássico do termo.

O discurso do “populismo” procura encobrir os fatos, ignorando que na grande maioria das vezes, as políticas instituídas, sob o seu signo, não são concessões eleitorais ou governamentais em troca de apoio das “massas”, mas sim que tais políticas são consequência de demandas históricas provenientes de setores fragilizados socialmente.

Ao encobrir os fatos, tentou-se, em lógica ainda mais perversa, não apenas tornar invisível a atuação política dos segmentos populares e/ou fragilizados da sociedade, como acima de tudo, tornar invisível as suas necessidades, as suas demandas e as suas reivindicações. Como se estas fossem frivolidades concedidas pelo governo em processo de barganha eleitoral, desconsiderando, com isso, que tais segmentos sociais realmente muito necessitavam de tais medidas e muito lutaram para que fossem concretizadas.

O “populismo” é uma estratégia política de desqualificação do adversário político, mas em dimensão mais profunda, é uma estratégia para tornar invisível não apenas atores sociais, mas junto com eles suas demandas e reivindicações. Por meio da estratégia “populista” o diálogo foi encoberto, para que se pudesse calar a atuação e as reivindicações das camadas populares, negando o processo de luta anteriormente existente. E como não se podia encobrir as políticas implementadas a alternativa foi desqualificá-las, juntamente com o governo que foi capaz de instituí-las.

Para que pudéssemos averiguar o diálogo existente para a implementação da Lei de Cotas decidimos pesquisar o processo que precedeu a Lei. Os fatos centrais desse processo serão descritos no próximo capítulo. O objetivo foi averiguar até que ponto houve luta dos movimentos para que tal política fosse implementada ou se de fato não houve luta, o que poderia caracterizar a política de cotas como uma medida “populista” do governo.

3. O DISCURSO CRÍTICO AS COTAS RACIAIS

Este capítulo tem por objetivo analisar o discurso crítico às cotas raciais. Para que, posteriormente, possamos averiguar a hipótese de que os intelectuais contrários às cotas raciais fazem uso da perspectiva “populista” para criticar a medida, embora o termo “populismo” permaneça oculto em seus discursos.

Para tanto, será feita uma análise de três obras que adquiriram destaque no debate público que ocorreu no período que antecedeu a implementação da Lei, datada de agosto de 2012: “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor” publicado no ano de 2006 por Ali Kamel; “Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo” coletânea de artigos publicada no ano de 2007, organizada por Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos; “Uma gota de sangue: história do pensamento racial” publicado no ano de 2009 por Demétrio Magnoli.

É vasto o campo de críticas à política de cotas raciais, nesse sentido, o nosso objetivo foi reunir aqui alguns dos autores que adquiriram maior destaque no cenário do debate público que se estabeleceu no País. Destaque esse propiciado em grande medida pela influência da mídia, posto que quatro dos autores que se destacaram nessa discussão, Peter Fry, Yvonne Maggie, Demétrio Magnoli e Ali Kamel possuem espaços específicos em meios de comunicação.

Peter Fry e Yvonne Maggie são professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Demétrio Magnoli da Universidade de São Paulo (USP). Emprestam a legitimidade acadêmica que possuem a grande imprensa. Peter Fry tem presença cativa na Rede Globo de Telecomunicações por meio de artigos e entrevistas divulgadas e publicadas pela empresa. Yvonne Maggie é autora do blog “A vida como ela parece ser”, do site G1, da mesma rede. Assim como Fry frequentemente possui artigos publicados no Jornal “O Globo”. Demétrio Magnoli foi colunista da “Folha de S. Paulo” entre 2004 e 2006 e atualmente é colunista do “Estado S. Paulo” e do “O Globo”. (MAGNOLI, 2009).

Destoando do cenário acadêmico está Ali Kamel, entretanto, o peso do jornalista não se confunde com o da maioria de sua classe, Kamel é diretor de jornalismo da Rede Globo e também ocupa espaço de colunista no jornal impresso da empresa de telecomunicações. (KAMEL, 2006). O livro de Kamel foi escolhido porque foi extremamente divulgado, recebeu um arsenal de críticas tanto pelo meio acadêmico, quanto pelo meio jornalístico. E é em seu

argumento que encontramos de forma mais aberta a perspectiva “populista”, obviamente com o ocultamento do termo.

A seleção do livro de Magnoli foi feita especificamente pela figura pública do autor que se coloca criticamente contrário à política de cotas em amplo espaço midiático. Nesse sentido, a obra escrita por ele delimita toda a sua perspectiva já publicada em outros meios de informação e comunicação.

A coletânea “Divisões perigosas” foi escolhida por trazer a perspectiva de vários intelectuais, em grande parte professores universitário ou pesquisadores pertencentes a órgão de pesquisa do País, conta também com a colaboração de alguns jornalistas. Além da obra representar a perspectiva desse segmento de intelectuais, aborda marcadamente a perspectiva de Peter Fry e Yvonne Maggie, os dois principais destaques entre os organizadores da edição e que assim como Magnoli, possuem amplo material publicado e divulgado na grande imprensa de caráter contrário à perspectiva de cotas raciais.

Por meio da seleção dessas obras acreditamos abordar um espectro de argumentos de vários intelectuais, assim como os principais pontos argumentativos de quatro intelectuais centrais no debate contrário as cotas raciais no País.

O livro de Kamel, “Não somos racistas”, tem como base os artigos sobre cotas que foram publicados na coluna do jornalista no Jornal “O Globo”, entre os anos de 2003 e 2006. O livro é extremamente raso, como a grande totalidade das críticas apontaram. Além de raso, há infundados recortes de fatos, uma irresponsável análise de estatísticas, assim como das relações vinculadas às estatísticas problematizadas pelo autor.

O livro de Magnoli, “Uma gota de sangue: história do pensamento racial” apresenta contextos marcados pela problemática racial em distintos cenários mundiais de diversos períodos históricos, o que faz jus ao título do intelectual de doutor em geografia humana. Devido a amplitude de cenários retratados o percurso argumentativo do livro tonar-se bem interessante. Mas ao optar pela amplitude pecou na superficialidade com que descreve os mecanismos desencadeadores dos fatos abordados na realidade brasileira.

Ao longo de todo o livro, como o próprio nome sugere, são apresentados contextos nacionais em que existiram segregações institucionalizadas, tais como nos Estados Unidos, na África do Sul e na Alemanha, os mais enfatizados pelo autor. As histórias são apresentadas com o intuito de mostrar, por meio de exemplo à população brasileira, possíveis caminhos que podem se abrir ao futuro do País caso políticas de caráter racial venham a ser implementadas legalmente na nação.

De acordo com as informações contidas no prefácio do livro “Divisões perigosas” foram dois projetos de lei em tramitação do Congresso Nacional que suscitaram os artigos que deram origem ao livro, as cotas raciais para ingresso no ensino superior e o “Estatuto da Igualdade Racial”. Na data de lançamento do livro, correspondente ao ano de 2007, ambos os projetos ainda estavam em fase de tramitação no Congresso, eram as PL 73/99 – “Projeto de Lei das Cotas Raciais” – e a PL 3.198/2000 – “Estatuto da Igualdade Racial”. O que mostra que mesmo sem a aprovação, somente pelo fato de terem adquirido voz e força perante a agenda nacional, as políticas de caráter racial provocaram grande indignação em determinados segmentos da sociedade, representados, em grande medida, por esses intelectuais.

Cabe ressaltar aqui um dado curioso do livro, a grande totalidade dos artigos se refere apenas ao projeto de cotas raciais para ingresso de estudantes negros no ensino superior, embora o livro destaque também a então PL 3.198/2000. Um elemento decisivo para isso é o fato de que as cotas raciais para ingresso no ensino superior afetam o *status* de privilégio de classe da universidade pública brasileira. Privilégio compartilhado obviamente por esses intelectuais.

Assim, sobre o signo da divisão, o livro consta de uma coletânea de artigos que foram publicados em sua grande maioria em jornais e revistas dirigidas ao grande público, veiculados entre os anos de 2002 e 2006, há ainda alguns artigos que foram preparados especialmente para o livro.

Apesar de várias críticas que poderiam se abater sobre essas obras, em especial a de Ali Kamel, nos furtaremos a elas com o intuito de privilegiar o foco da nossa pesquisa, a análise da perspectiva “populista” no argumento desses intelectuais. Além desse ponto, um segundo aspecto que gostaríamos de observar é que há um diálogo entre esses intelectuais que pode ser percebido nos agradecimentos, prefácios e apresentações dos livros analisados. Entre eles são feitos elogios nominais nos agradecimentos e também prefácios são trocados em marcante tom de elogios.

Apesar dos muitos pontos de contato entre os argumentos, como veremos. Cabe ressaltar que um crítico das cotas raciais não necessariamente concorda com todos os argumentos contrários à política. Obviamente, como qualquer espécie de discussão há divergências entre os que fazem oposição, assim como entre os defensores.

Exemplo disso é o fato de que muitos dos que se posicionam contrários às cotas raciais, não se colocam contra medidas de cotas como um todo. Muitos críticos defendem, por

outro lado, as cotas sociais como alternativa viável para diminuir as desigualdades entre ricos e pobres. Por outro lado, existem os que defendem a adoção de políticas universalistas, pois o caráter geral dessas políticas faria com que todos os capacitados, independente da raça ou da classe, fossem atendidos por elas.

Para os defensores, as cotas raciais representam um caminho possível para enfrentar as desigualdades entre negros e brancos no País. Dentre os argumentos centrais utilizados por eles está a necessidade de reparação aos negros que ainda hoje sofreriam as consequências de mais de três séculos de escravidão no País. Nesse sentido, os programas de ações afirmativas para negros seriam políticas de correção das desigualdades raciais e sociais, pois, por meio do tratamento diferenciado ocorreria a correção das desvantagens criadas e reproduzidas em uma estrutura social excludente e discriminatória para os negros. (PEREIRA, 2013).

Os contrários as cotas raciais defendem a precedência da classe sobre a cor no que tange as desigualdades existentes no País. Nesse sentido, as cotas raciais representariam uma medida ineficiente, pois não resolveriam os problemas de desigualdade, e mais do que isso, trariam efeitos perversos às relações sociais da nação, na medida em que dividiriam racialmente a sociedade. Tal divisão implicaria no aumento do preconceito e da discriminação, pois promover a raça seria sinônimo de promover o racismo.

Ao longo do capítulo serão expostos em maiores detalhes os argumentos desenvolvidos e utilizados pelos intelectuais contrários à política de cotas raciais. Em um segundo momento analisaremos a presença da perspectiva “populista” nos argumentos.

3.1. O argumento científico

A ciência como argumento de autoridade é um ponto central usado pelos intelectuais contrários à política de cotas raciais. Prática comum na cultura contemporânea, seja no meio acadêmico, seja no senso comum é a fundamentação em bases científicas, com o intuito de validar o que é posto em discussão. Além disso, a ciência em referência é específica, pertence ao campo biológico, físico, químico ou matemático, no caso em específico o biológico. O que atesta ainda a hierarquia de valores entre elas e o quanto as ciências humanas são relegadas a planos secundários.

César Benjamin⁴ (2007), em artigo do livro “Divisões perigosas” denominado “Tortuosos caminhos”⁵, faz uso da ciência como argumento de autoridade. Em sua crítica enfatiza que a construção do conceito de “raças humanas” foi o empreendimento mais vultoso alcançado pela ciência europeia do século XIX. Uma ciência que se encaixa no paradigma evolucionista e que esteve a serviço da expansão colonial europeia, como bem critica o autor.

A coerência da crítica termina por aí, visto que o autor cai nas armadilhas da mesma falácia criticada anteriormente por ele, o paradigma científico da biologização do homem. Para Benjamin (2007), o desenvolvimento da genética e da biologia molecular ao longo do século XX deitaram por terra toda e qualquer forma de divisão racial existente entre seres humanos.

É ressaltado pelo autor que, do ponto de vista genético ou bioquímico não existem variantes que dividam as pessoas. Como aponta, “dois nigerianos, por exemplo, não divergem estatisticamente, em termos genéticos, das diferenças existentes entre duas pessoas de grupos distintos, um nigeriano e um sueco, por exemplo.” (BENJAMIN, 2007, p.30). Desse modo, conclui que entre os homens haveria apenas uma raça, a humana.

A persistência da falácia científica encontra-se no uso da mesma lógica organicista e biológica do homem, como elemento único de sua constituição enquanto ser, desconsiderando nele a existência incorporada dos aspectos culturais. Ou seja, a determinação em seu modo de ser e de viver de todo e qualquer fator social, econômico e político. Ocorre aqui um reducionismo científico à área estritamente biológica, aspecto central nesse argumento.

Sérgio Pena (2007)⁶, em artigo denominado “Receita para uma humanidade desracializada” publicado no mesmo livro, também defende que do ponto de vista científico e aí entenda-se geneticamente falando, a divisão racial já teria sido superada. Também verifica-se a perspectiva de que os estudos da genética e da biologia molecular são considerados um divisor de águas para desmistificar a noção de raça. As descobertas dessa ciência teriam demolido o conceito de raças humanas, pois teriam propiciado um estudo do corpo humano para além dos aspectos aparentemente visíveis, como a cor da pele.

Conforme Magnoli (2009), as cotas raciais estariam fazendo reacender a divisão racial na sociedade e com isso colocam-se contra o projeto de igualdade da modernidade. O autor

⁴ Economista, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (PETER, et al, 2007).

⁵ Os nomes dos artigos serão aqui colocados para que o leitor possa acompanhar as sugestões colocadas pelos autores por meio dos intitulamentos.

⁶ Geneticista e médico; professor titular de Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

critica o que define como “argumento dos multiculturalistas”. Para ele, esses, ao estabelecerem que as raças são entidades sociais e culturais faz reviver as divisões raciais que deveriam ter sido exterminadas juntamente com os campos de concentração nazista. Enfatiza que, quando a ciência teria desmoralizado a crença de que os homens seriam biologicamente distintos, o multiculturalismo teria resgatado a noção para o campo da cultura.

O "racismo científico" plantou as raças no solo da natureza, definindo-as como famílias humanas separadas pelas suas essências biológicas. Quando a ciência desmoralizou essa crença anacrônica, o multiculturalismo replantou as raças no solo da cultura. O argumento dos multiculturalistas, expresso sob formas diversas mas bastante similares, é que as raças são entidades sociais e culturais. Com base nisso, a política das raças, que parecia condenada a desaparecer na hora da abertura dos campos de extermínio nazistas, ressurgiu triunfante nos mais diferentes pontos do planeta. (MAGNOLI, 2009, p. 10).

Esse argumento também é frequente em Kamel (2006). Para ele, o desenvolvimento da biogenética nas últimas décadas mostrou-nos que todos os homens são iguais, ou como destaca por meio das conclusões do geneticista Lewontin, são igualmente diferentes. Este aponta, pelos estudos da biogenética, que os indivíduos de um mesmo grupo podem apresentar mais diferenças genéticas entre si do que entre dois grupos diferentes. Para explicar a perspectiva traz o exemplo.

No grupo de negros haverá indivíduos altos, baixos, inteligentes, menos inteligentes, destros, canhotos, com propensão a doenças cardíacas, com proteção genética contra o câncer, com propensão genética ao câncer etc. No grupo de brancos, igualmente, haverá indivíduos altos, baixos, inteligentes, menos inteligentes, destros, canhotos, com propensão a doenças cardíacas, com proteção genética contra o câncer, com propensão genética ao câncer etc. Ou seja, no interior de cada grupo, a diversidade de indivíduos é grande, mas ela se repete nos dois conjuntos. (KAMEL, 2006, p. 46).

Para Magnoli (2009), a biogenética declarou “a morte da raça”, apesar disso, essa “crença anacrônica” teria persistido na esfera política, “desafiando a crença na igualdade.” (MAGNOLI, 2009, p.11). Ao desconsiderar o paradigma social das raças a questão racial, no que tange ao campo biológico, torna-se realmente factível. Entretanto, cremos que sem a devida problematização da questão, não é ela que se torna enfraquecida, mas, ao contrário, os seus próprios críticos, tendo em vista a falta de sustentabilidade de seus argumentos em função de recortes e de formulações inadequadas do problema em debate.

Para sustentar o argumento genético se apoiam na perspectiva da mestiçagem do povo brasileiro, consequência do processo de colonização do País, o que tornaria inviável a distinção entre negros e brancos. Somada a mestiçagem biológica carregávamos também a mestiçagem cultural. Nesse sentido, qualquer tentativa de delimitação racial deveria ser duramente combatida e encarada como um ato conspiratório contra a cultura miscigenada do País. (BENJAMIN, 2007).

As cotas seriam, portanto, um atraso, pois fariam reacender em nosso País divisões raciais que foram estabelecidas no século passado quando o homem desconhecia os saberes propiciados pelo avanço da genética e da biologia molecular. Na era do desenvolvimento genético seria inadmissível uma medida de cunho racial, enfatizam.

Esse argumento serve para blindá-los das críticas, pois dificilmente um cidadão “bem” informado seria contrário as últimas descobertas da ciência biogenética. Ora, não se atentar para este fato é uma ignorância, é ir de encontro ao que há de mais moderno no que tange as descobertas sobre o homem, sugere a perspectiva. A frase do autor Carlos Lessa⁷ em seu artigo “O Brasil não é bicolor” publicado no livro “Divisões perigosas” mostra perfeitamente essa perspectiva. “Falar em raça – no singular ou no plural – é anticientífico, social e ideologicamente muito perigoso.” (LESSA, 2007, p.123).

O seguinte trecho de Magnoli (2009) mostra-nos nitidamente essa perspectiva de raça na sociedade contemporânea. “A ideia de “raça” é uma das mais abusivamente empregadas entre nós. [...] O número de raças puras é limitadíssimo, sendo poucos, em nossos dias, os exemplares de verdadeiros espécimes de raças, virgens de mescla. [...] O homem moderno resulta, muito mais diretamente, do meio que habita e, principalmente, da sociedade que o cerca, que dos impulsos congênitos de sua estirpe.” (MAGNOLI, 2009. p.135).

Certamente, em termos biológicos, nada deve ser pronunciado em relação à existência de raças humanas, além de sua negação. O que não pode ser renegado, entretanto, é que o meio que o homem habita, a sociedade que o cerca, marca fortemente a sua perspectiva de vida como uma espécie de “memória coletiva” que se enraíza nas percepções e no modo de compreender e de classificar o mundo.

É curioso notar que a grande totalidade das críticas se inicia com o argumento científico. A ciência a legitimar o posicionamento que defendem. Feito uso da perspectiva da biogenética logo passam para o argumento da “racialização” da sociedade miscigenada, como veremos a seguir. Esse é o mais debatido em todas as obras. Nesse ponto sim fazem uso das

⁷ Economista; Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ciências humanas no que tange a perspectiva do mito da “democracia racial”, e, principalmente a contribuição de Gilberto Freyre no que toca a questão. O uso de perspectivas das ciências humanas, mais propriamente uma perspectiva histórica e sociológica, faz com que o argumento se torne mais trabalhado, embora incoerente.

3.2. “Racialização” da sociedade

Para os intelectuais críticos das cotas raciais a medida gera uma política social de alto risco para o País, por meio de um projeto radicalmente novo de nação, ou seja, a institucionalização de identidades raciais. Isso porque, conforme destacam, a lei estabelece o negro como figura jurídica em todo o âmbito federal. O que representaria uma mudança radical no estatuto jurídico brasileiro, que ignora raça e pune o racismo como crime inafiançável. Desse modo, sancionada a lei, os cidadãos brasileiros se tornariam divididos entre duas raças, com direitos distintos para cada uma delas. Para fundamentar esse argumento trazem exemplos de outros contextos em que ações afirmativas de cunho racial foram implementadas. (FRY, 2007).

Começamos pelo livro, em seu título, “Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo”, pois este em si já diz tudo. No prefácio da obra encontramos a explicação de seus organizadores sobre sua escolha. De acordo com eles, a aprovação dos projetos de cotas raciais para ingresso de negros no ensino superior e do “Estatuto da Igualdade Racial” representariam um caminho “inócuo ou contraproducente no que se refere às desigualdades e terá efeitos colaterais sumamente indesejáveis no que toca a sociabilidade e à concepção política da nação brasileira.” (LAMOUNIER, 2007, p.09,).

Ainda no mesmo trecho, referem-se a esses dois projetos como políticas que conduziriam o País a um “abrangente processo de racialização”. Em seguida delimitam um campo divisório entre os apoiadores e os contrários a política, estabelecendo eles próprios o que afirmam que seria ocasionado apenas pela política, a divisão da nação.

Contrariando a intenção de seus autores, o trecho permite evidenciar nitidamente que a tão temida divisão não existirá ou se acentuará, mas que existe e persiste, mas de forma invisível, “inculcada”, presente em suas próprias percepções. E sua força está justamente no fato de que é invisível para muitos, principalmente para os que a reforçam. O trecho abaixo é extremamente significativo para ilustrar tal fato.

Estamos, pois, falando de dois campos nitidamente configurados. O campo favorável aos mencionados projetos de lei aposta na “racialização” – vale dizer, na regulamentação “racial” da cidadania – como remédio para desigualdades e antídoto para o preconceito e a discriminação. O lado contrário – aqui me incluo – toma posição diametralmente oposta. (LAMOUNIER, 2007, p.09).

Ainda no mesmo prefácio podemos contar com a seguinte frase de efeito “por que ressaltar apenas o que divide e nunca o que aproxima os cidadãos – no limite, a própria igualdade da condição humana?”. (LAMOUNIER, 2007, p.11). Faz-se presente aqui, e infelizmente também e, com frequência nos demais autores, como vimos anteriormente, um argumento quase que biológico da condição humana.

Os que fazem uso desse argumento justificam que as cotas raciais dividiriam a sociedade em duas metades, uma seria composta por negros e a outra composta por brancos, iniciando assim um processo de “racialização” da sociedade que aumentaria o preconceito e o racismo já existem nas relações sociais do País. No mesmo livro citado acima, agora em seu preâmbulo, encontramos “Os projetos pretendem, em suma, transformar a nação brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos, e a outra de negros.” (SORJ, MIRANDA, MAGGIE, 2007, p. 14).

No livro de Kamel (2006), podemos dizer que esse é o argumento central trabalhado pelo autor. Para ele, “as cotas dividiriam o Brasil em duas cores, eliminando todas as nuances características de nossa miscigenação social.” (KAMEL, 2006, p.02).

A política de cotas introduziria uma divisão legal e cultural no País. É como se o País estivesse trocando a valorização da mestiçagem pela divisão racial da sociedade. Nesse sentido, promover a raça implicaria na promoção do racismo. Ainda no mesmo parágrafo, em que se encontra presente o trecho citado acima, encontramos a seguinte afirmação, “uma proposta de engenharia social que torna a racialização da sociedade legal e obrigatória.” (SORJ, MIRANDA, MAGGIE, 2007, p. 14).

Assim, estaria se instituindo no País um “racialismo” contemporâneo, contrário a miscigenação existente, a começar pela desvalorização do princípio da igualdade racial entre os cidadãos. Princípio que seria quebrado pela institucionalização das leis e que encontraria o seu término na atribuição de identidades raciais aos cidadãos. (FRY, et al, 2007, p. 21).

Com a perspectiva da miscigenação defendem que há um gradiente de cor no País, em contraposição a divisão racial. Desse modo, as cotas raciais ou o “Estatuto da Igualdade Racial” é que se tornariam instâncias propulsoras de divisão. Essa perspectiva é utilizada em

afirmações que por si só se contradizem, como podemos observar a seguir, ainda no mesmo preâmbulo.

Todavia, basta olhar ao redor, no metrô lotado na hora do rush, nas turmas das escolas públicas e nas favelas, para ver que brasileiros de todos os tons de pele, negros retintos a loiros de olhos azuis, se misturam. Na periferia, negros e brancos pobres tomam cerveja juntos trabalham juntos, batem uma bola juntos, “brigam” juntos, brincam juntos, vivem juntos em famílias em que há brancos, negros e toda a sorte de mistura. (SORJ; MIRANDA e MAGGIE, 2007, p. 15).

Curiosamente é uma miscigenação que tem locais, lazeres e esportes muito bem delimitados, encontrada nos guetos, nas favelas, nas periferias e não mais que isso. A miscigenação está presente e é aceita nos lugares destinados as classes populares. O mesmo parece não acontecer com os demais espaços, tais como as universidades públicas do País, até então exclusivas as classes médias e altas.

Não ignoram a existência de preconceitos, discriminações e racismos, entretanto, estes fazem parte de um processo natural devido as esparsas heranças do passado, que com o tempo serão esquecidas. Desse modo, para a sustentação do argumento afirmam a necessidade de se ignorar as divisões históricas anteriores com o intuito de que elas vaguem no esquecimento. Assim, a memória coletiva deve se esquecer das divisões raciais e não revivê-la. O processo de escravidão deve ser relegado ao esquecimento, uma vez que a miscigenação desencadeada em sua sequência teria apagado a racialização instituída por ele.

Conforme Fry e Maggie (2007), em artigo do livro “Divisões perigosas” intitulado “Política social de alto risco”, o que está em jogo com as políticas de cotas raciais são dois projetos para o País. Um anti-racista, que visa diminuir as diferenças de classe e as representações negativas atribuídas aos negros. Outro que visa fortalecer as identidades raciais e, desse modo, reforçar as divisões já existentes no País. Nesse projeto, que tem sua centralidade nas cotas raciais, seria reforçado no País, justamente o foco que o projeto visa combater, as discriminações e desigualdades raciais.

O que está em pauta são dois projetos de combate ao racismo: um pela via do fortalecimento das identidades “raciais” e, em ultima análise, do genocídio dos “pardos”, “caboclos”, “morenos” etc.; outro pela via do anti-racismo, que procura concentrar esforços na diminuição das diferenças de classe e em luta contínua contra as representações negativas atribuídas as pessoas mais escuras. (FRY e MAGGIE, 2007, p.281).

Enfatizam que não se pode acabar com o racismo com uma política que entroniza a raça. Quando o Estado entroniza a raça ele na verdade funda o que a política, em princípio, visa destruir. Nesse sentido, as cotas raciais retomariam um drama histórico, por meio da reparação proposta por elas, seria apresentado as novas gerações a divisão entre grupos humanos, em princípio a ser esquecida. As cotas fariam reavivar, então, preconceitos e discriminações. Contrariamente ao que defendem os movimentos sociais negros, estes querem impor sua história de exploração, humilhação e luta, ignorada e calada pela indiferença dos que nessa história não foram subjugados. (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Em artigo “Ministério da Classificação Racial” publicado no livro “Divisões perigosas” Magnoli (2007) afirma que o “Estatuto da Igualdade Racial” e as cotas raciais estavam servindo para apresentar a sua filha uma sociedade dividida em raças, para dar a ela e aos seus colegas de escola uma identidade racial. O que ele se esquece é de que esta sociedade já apresenta, a muito, divisões em raças, com a única diferença de que, antes de qualquer medida mínima de reparação, o ônus dessa divisão sempre recaía ao negro.

Talvez no fundo o que preocupa Magnoli (2007) não é que sua filha viverá em uma sociedade de cidadãos identificados racialmente, mas que ele e sua classe precisarão de mais criatividade para pensar e elaborar novos códigos de privilégios que possibilitem a seus filhos uma posição de classe que a diferencie das demais, posto que com a democratização o ensino superior não cumprirá mais essa tarefa.

Além das cotas raciais serem descabidas por configurarem a regulamentação racial da cidadania no País, ocasionariam sérios efeitos colaterais à convivência pacífica e miscigenada entre negros e brancos, salientam. Pois aumentaria o preconceito por meio de ressentimentos e desconfianças.

Ressentimento dos jovens devido à disputa pela vaga universitária, mais especificamente dos brancos, por terem suas vagas “meritocráticas” ocupadas por outras pessoas supostamente não merecedoras. Desconfiança no mercado de trabalho, devido à crença de que um cotista seria incapaz de se tornar um bom profissional devido ao acúmulo do déficit de formação. O que prejudicaria inclusive os negros que obtiverem sua formação superior sem contar com o apoio da reserva de vagas.

Defendem que as cotas raciais provocariam ainda mais injustiça perante os brancos pobres, visto que nenhuma medida seria direcionada a eles. Utilizam-se dessa perspectiva para afirmar que o problema brasileiro é apenas a desigualdade entre ricos e pobres, esquivando-se de que nessa questão embute-se problema racial. Somada a esse mote afirmam

que a possibilidade de reparação seria insustentável, pois não se saberia a quem seria preciso reparar, posto que nem todo negro seria descendente de escravo e os brancos, embora pobres nada poderiam receber desse processo de reparação.

Nesse aspecto destacam que aumentaria também o ressentimento entre as classes populares, no que tange aos pobres brancos que se sentiriam injustiçados pelas oportunidades se estenderem apenas aos pobres negros. Kamel (2006) é quem mais reforça esse argumento.

Quando pobres brancos, que sempre viveram ao lado de negros pobres, experimentando os mesmos dissabores, virem-se preteridos apenas porque não têm a pele escura, estará dada a cisão racial da pobreza, com consequências que a experiência internacional dá conta de serem terríveis. A nação que sempre se orgulhou de sua miscigenação não merece isto. (KAMEL, 2006, p.40).

Significativo é o termo usado por Francisco Martinho⁸ (2007), “racismo acanhado”, em artigo contido no livro “Divisões perigosas”, “O pomo da discórdia: sobre as cotas raciais e o debate na Uerj”. De acordo com o autor, racismo existe e em todas as sociedades, a diferença seria o fato de que na nossa o racismo seria “acanhado”, educado”. E com o tempo esse racismo “tímido” seria esquecido, tendo em vista principalmente a miscigenação biológica e cultural do País, defendem. “Lentamente, de fato, vamos tornando iguais os diferentes. Cafuzos, mulatos e caboclos deixam de existir.” (MARTINHO, 2007, 181).

Nesse sentido, as cotas seriam negativas por que reavivariam o que por hora está ganhando o esquecimento. Para enfatizar seu argumento afirma “De minha parte, já não acredito mais em uma sociedade perfeita, conduzida pelo “homem novo”, prefiro o racismo acanhado, cada vez mais acanhado.” (MARTINHO, 2007, p.181).

Nessa perspectiva, o racismo tornou-se amenizado, quase que homeopático. Como intenção, tem-se a ideia de que se deixarmos o tempo passar o racismo, que ainda resta em nossa sociedade, se esvanecerá. Mas como fica essa questão para os jovens negros que vivem o hoje? Esse é um ponto fundamental levantado pelos movimentos sociais negros, que inclusive, muito infimamente são mencionados nos discurso desses intelectuais. (BACELAR e CAROSO, 2007).

José Roberto Pinto de Góes⁹ (2007) em seu artigo “O racismo vira lei” publicado na mesma coletânea a que nos referimos deixa evidente a sua dificuldade em compreender a “proposição entre preconceito e mérito”. É o próprio autor quem nos diz detalhadamente sobre suas dúvidas.

⁸ Historiador; professor adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Historiador; professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Faz-se aqui uma grosseira confusão. Não é o sistema de mérito que gera injustas desigualdades, mas a precariedade da rede escolar pública. O sistema de méritos não está baseado em preconceitos. É até difícil compreender essa proposição. Em que preconceitos estaria baseado o sistema de méritos? No de avaliar o domínio de um certo conteúdo em matemática, biologia, português? O sistema também não está baseado na manutenção de privilégios. Ao contrário, a alternativa ao mérito é justamente o privilégio, seja ele fundado na ideia de raça, na de pureza de sangue, no que quiser inventar. (GOÉS, 2007, p. 198).

Constantemente indagam se a cor da pele poderia ser um critério para a correção das desigualdades. Nesse sentido, as injustiças estariam mudando de lado, agora os prejudicados não seriam mais os negros pobres, mas os brancos pobres. Além disso, criticam o fato dos indígenas serem relegados a um segundo plano nas discussões, principalmente no que tange ao “Estatuto da Igualdade Racial”, que segundo destacam, em momento algum se refere aos autóctones.

Raras menções são feitas aos movimentos sociais negros por Magnoli (2009) e Kamel (2006). Tais movimentos são abordados por eles como vilões. Seriam eles, juntamente com o governo que estariam revivendo o conceito de raça na nação, mesmo após as constatações da biogenética.

No Brasil dos últimos anos, o Movimento Negro parece ter se esquecido disso e tem revivido esse conceito com o propósito de melhorar as condições de vida de grupos populacionais. A estratégia está fadada a nos levar a uma situação que nunca vivemos: o ódio racial. Onde quer que o conceito de raça tenha prevalecido, antagonismos insuperáveis surgiram entre os grupos, e deram origem muitas vezes a tragédias. Por que aqui seria diferente? (KAMEL, 2006, p.47).

Teriam como propósito melhorar as condições de vida de apenas alguns segmentos populacionais, por meio de uma estratégia de “racialização” que nos levaria ao ódio racial. Ou seja, temos aí o reavivamento da “democracia racial”, posto que os antagonismos entre negros e brancos em nossa sociedade existiriam, mas de forma amena. E seriam os negros, tendo em vista a busca de privilégios particulares, que estariam alimentando as delimitações raciais.

Desse modo, a política de cotas raciais acabaria com o ideal de sociedade miscigenada, assim como com a perspectiva da “democracia racial” que, segundo os críticos da medida, ainda imperam em nossa sociedade. Em síntese, a perspectiva que possuem e defendem é a de que seria a medida que instituiria a divisão racial na nação. Desconhecem ou ignoram a condição defendida pelos favoráveis a política, a de que as divisões raciais sempre existiram, e que a política, em alguma medida, a amenizaria. (BACELAR e CAROSO, 2007).

3.3. A influência de políticas públicas exteriores

Os intelectuais críticos da política de cotas raciais defendem que a implementação da medida no País é proveniente da importação da política de outros contextos nacionais, em especial os Estados Unidos e a África do Sul.

De acordo com as críticas, essa espécie de importação da política seria um equívoco, pois os contextos em que medidas de ações afirmativas e/ou cotas raciais foram implementadas seriam muito distintos do contexto nacional. Defendem que o contexto brasileiro seria marcado pelo processo de miscigenação, proveniente da “democracia racial” existente no País. Muito diferente dos Países em que as ações afirmativas foram implementadas, marcados por regimes institucionalizados de segregação étnica e racial.

Além de criticarem a política sugerindo a sua importação, ressaltam que o País estaria sofrendo também a influência de orientações internacionais, provenientes de agências multilaterais, de redes transnacionais de movimentos sociais que nada saberiam do País, principalmente no que tange as raças, uma condição extremamente peculiar da sociedade brasileira.

Sugerem, desse modo, uma espécie de submissão do governo aos organismos internacionais, e, somado a isso, a irresponsabilidade de trazer para a sociedade brasileira uma política que não seria condizente com suas reais necessidades. Além disso, não seria apenas a política que estaria sendo importada para o contexto nacional, mas também as segregações existentes nesses Países em que elas se originaram. Esse argumento é frequente, principalmente em Magnoli, que traz em seu livro vários contextos nacionais em que foram implementadas políticas de ações afirmativas (MAGNOLI, 2009).

A todo momento percebemos no argumento de Magnoli (2009) a ênfase de que as ações afirmativas implementadas em outros contextos nacionais se apoiariam em estruturas raciais definidas institucionalmente, o que não acontece no Brasil. Para o desenvolvimento desse argumento também fazem uso recorrente da questão da miscigenação. Posto que as diferenças de cor no Brasil não se assemelhariam ao ódio racial existente nesses Países, ao contrário, seriam fruto da mistura das raças que imperou no contexto brasileiro.

Além da irresponsabilidade do governo e de uma certa submissão aos organismos internacionais, o custo zero aos cofres públicos é uma medida recorrente nesse argumento, conforme salientam os seus defensores, Kamel, em especial. A importação das medidas

raciais permitem ao governo implementar soluções sem planejamento interno, a custo zero, como se estivessem poupando trabalho e o dinheiro dos cofres públicos, é claro que, para fazer um outro uso desse recurso. (KAMEL, 2006).

Nesse argumento a questão da miscigenação é fartamente utilizada. Enfatizam que nos Países em que sistemas de ações afirmativas foram instituídos a sua necessidade se explica devido à segregação enfrentada pelos negros, o que, conforme eles, não existe no País, posto que nenhuma lei segregacionista teria sido instituída no Brasil. Este é também um ponto recorrente no argumento, o fato de que no Brasil não haveria racismo, por não ter sido implementada na nação nenhuma lei de racialização.

Em relação a esse aspecto Magnoli (2009) destaca que nos EUA não existe a palavra miscigenação ou qualquer outra que se remeta a condição. Quando querem se referir a circunstâncias semelhantes usam os termos “*half-bredd*” ou “*half-blood*”, o que produz a noção de divisão sanguínea, mas não de fusão. Remetendo-nos a ideia de que por lá não se concebe a condição miscigenada, mas sim a divisão entre brancos e negros, diferentemente do contexto brasileiro, é o que busca enfatizar.

Esse fato, segundo ele, é um elementos que mostraria o quanto as culturas são distintas no que concerne a questão racial e o quanto “importar” políticas raciais dos EUA seria um equívoco muito danoso à sociedade brasileira. (2009). Ao contrário do Brasil que, conforme salienta o autor, possui “poderosa narrativa identitária da mestiçagem, que borrou as fronteiras da raça.” (MAGNOLI, 2009, p.11).

Ao contrário da nação bicolor dos EUA, no Brasil, teríamos: "Morena", "acastanhada", "branca melada", "bronzead", "canela", "chocolate", "sará", "cobre", "queimada de sol", "encerada", "marrom", "meio preta", "melada", "paraíba", "rosa queimada", "sapecada", "tostada", "trigueira"... (MAGNOLI, 2009, p.131). E o branco, que não precisa de nomenclatura nenhuma, posto que é o original.

Desse modo, ao importar a política de cotas para Brasil o governo estaria incorrendo em dois equívocos, o primeiro seria trazer para solo nacional uma política pública que não seria condizente com as reais necessidades da nação. O segundo equívoco seria o fato de que, com a importação da política seriam importados também a divisão da sociedade em classes, e, conseqüentemente, de todas as formas de racismo que dessa divisão poderiam emergir. (MAGNOLI, 2009).

Nesse sentido, os contrários a política de cotas raciais defendem que os contextos entre os Países que implementaram as políticas, apesar do exemplo frequente ser mesmo os EUA,

são fundamentalmente diferentes no contexto brasileiro. Kamel defende que no Brasil não há racismo como nos EUA, mas sim “classismo”. Ninguém melhor que o autor pode nos explicar essa relação, acompanhe na citação.

A face mais feia da sociedade brasileira, mas que frequentemente se manifesta de maneira inconsciente é o que chamo de "classismo": o preconceito contra os pobres. Estou cada vez mais seguro de que o racismo decorre essencialmente do "classismo". O negro que dirige um carro de luxo e é confundido com um motorista, e, por isso, maltratado, é mais vítima de "classismo" do que de racismo. Uma vez desfeito o mal-entendido, um tapete vermelho se estende para a vítima. Em outros Países, o negro, mesmo rico, continuaria a ser discriminado, dirigindo um fusca ou um Mercedes. (KAMEL, 2006, p.100).

Para concluir, faz uma importante ressalva, “Isso não torna o "classismo" menos odioso que o racismo. São sentimentos igualmente repulsivos, como toda forma de preconceito.” (KAMEL, 2006, p.100). Conforme ele, o racismo existe em nossa sociedade, como em qualquer outra, mas não faz parte de nossa identidade cultural, o que justifica o título de seu livro. A miscigenação sim seria um elemento fundador da nacionalidade brasileira.

E mesmo que o racismo exista, ele muito pouco se manifesta, o que de fato existe por traz das manifestações ditas dessa ordem, são, na verdade, de cunho “classista”. “Analisando bem de perto, é o "classismo" a razão oculta por trás da maior parte de manifestações aparentemente racistas.” Para arrematar seu argumento salienta que, como os negros são a maioria entre os pobres, automaticamente se desenvolve uma relação inconsciente entre pobreza e negritude. (KAMEL, 2006, p. 102).

3.4. A Meritocracia e a defesa de políticas universalistas

No discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais encontramos com forte veemência a recorrência ao argumento da meritocracia, e, vinculado a ele, a defesa de que as políticas universalistas são o único caminho adequado na condução das políticas governamentais.

No argumento meritocrático sempre é feita a recorrência a algum caso real de algum estudante, seja ele branco ou preto, revoltado por “sua vaga” ter sido “retirada” em função da nova distribuição. Casos que geralmente ganharam grande notoriedade e estardalhaço na

grande mídia. Nesses casos, os estudantes revoltosos são geralmente tratados como vítimas, ao passo que o Estado ganha a condição de algoz.

Fry (2007), em artigo denominado “Introduzindo o racismo” no livro “Divisões perigosas”, traz o caso de um rapaz negro que não concordava com a reserva de vagas raciais e por isso não se autodeclarou como tal e em função do ocorrido teve sua vaga “retirada”, mesmo tendo feito pontuação muito acima que outros candidatos aprovados em função da reserva. Como ressalta Frey, “as cotas representam um golpe fatal na ideologia do mérito individual como guia para a admissão à universidade pública.” (FRY, 2007).

Para a construção do argumento enfatizam que as cotas raciais ao ensino superior privilegiariam pobres negros e relegariam a um segundo plano pobres brancos. Devido a isso, defendem a implementação de políticas universalistas para atacar as desigualdades socioeconômicas do País. Somente as políticas de caráter universalistas teriam a capacidade de fazer chegar a todos independente de sua raça boas condições de saúde, educação, moradia, saneamento e assim por diante. Ou seja, somente as políticas universalistas seriam capazes de atingir as reais minorias, visto que a falta de oportunidades não ocorre apenas para os negros, mas para os pobres em geral.

Relacionado ao argumento da meritocracia, com frequência temos também o argumento de que as cotas raciais, além de criarem sérios problemas sociais, como até então estamos demonstrando por meio de seus argumentos, além de baixar o nível do ensino superior do País, por meio da entrada de alunos ainda não preparados para tal, também adiaria o problema da educação básica brasileira. De acordo com eles esse seria o único grande empecilho à entrada dos negros nas universidades públicas, a falta de qualidade da educação básica. Argumento que reduz brutalmente os sérios problemas enfrentados pela população negra no País.

Como contraponto a política de cotas, defendem a melhoria da qualidade da educação básica no País e o aumento do número de vagas nas instituições públicas. O aumento inclusive de cursos noturnos, acompanhado da ampliação de cursos pré-vestibulares para alunos carentes e da abertura de instituições de ensino superior em regiões mais pobres. Medidas que intervenham nas desigualdades apenas, sem tocar nas questões raciais. (FRY, 2007).

Chamam a atenção para o fato das consequências dessa medida irem muito além das portas das universidades. Como a redução da qualidade do ensino e da pesquisa nas

universidades federais. As cotas seriam, então, uma política de curto prazo que traria sérias consequências de longo prazo para a nação. (FRY, 2007).

3.5. O “Populismo” das cotas raciais

É possível verificar o uso do termo “populismo” pela grande imprensa em explícito ataque ao governo e suas políticas governamentais. Geralmente esse uso é visto de forma mais frequente ainda por *blogueiros*, tendenciosamente à direita, que fazem uso do espaço virtual para expor suas opiniões pessoais a respeito dos rumos políticos do País.

Apesar de estar veiculado de forma frequente pelo grande imprensa, ao analisarmos o discurso de intelectuais críticos a política de cotas raciais observamos que o uso do termo não aparece explicitamente em seus argumentos, embora, a princípio, a perspectiva “populista”, pareça estar presente a todo momento em meio as suas considerações, como veremos no próximo capítulo. Entretanto, há uma exceção, Simon Schwartzman¹⁰.

Em Schwartzman há o predomínio da mesma perspectiva que observamos nos capítulos anteriores, a desqualificação de processos democráticos de governos que instituíram políticas de caráter social. É possível perceber no discurso desse autor a teoria de um “desvio” do processo social, o que marcadamente acentua a perspectiva “populista”. Assim como de alguns aspectos que retomaremos abaixo.

Anteriormente, o problema desse desvio estava principalmente nas massas camponesas recém-chegadas à cidade, imaturas devido aos valores do campo que ainda faziam-se presentes em suas condutas de vida, com isso, tornaram-se, nas cidades, irracionais. Foram responsáveis, então, pela formação de um campo aberto a entrada de líderes políticos corruptos, prontos a manipularem-na – processo visto no primeiro capítulo, por meio da primeira tendência da primeira geração do “populismo”.

Com o passar do tempo, a lógica foi se convertendo em não mais desqualificar o processo político em si, mas o líder político desse processo. Percebemos, por meio da delimitação da segunda tendência, ainda da primeira geração que ocorreu uma espécie de desenvolvimento da “democracia populista”, que por sua vez caminharia, posteriormente, para o seu amadurecimento.

Na segunda tendência, que teve seu maior expoente Francisco Weffort, começamos a perceber essa espécie de desenvolvimento/amadurecimento da “democracia populista”. Isso

¹⁰ Sociólogo, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

porque a classe dirigente começou a se especializar em um fazer político manipulatório das massas. Grande expressão desse pensamento foi o “Estado de compromisso” caracterizado pela obra de Weffort como autoritário e apaziguador dos interesses das massas. Estas haviam entrado para o jogo político, mas continuavam ingênuas, irracionais, manipuladas, eram massa e não classe.

A “democracia populista” desenvolvia-se, em sua face mais cruel, pois as camadas populares continuaram a configurar como massa, uma vez que, não haviam se desenvolvido em consciência política. Com isso, estavam sempre prontas a cooptação de uma figura política carismática, de um líder “populista”. Este, por sua vez, bastasse aparecer, que é claro, seria fortemente abraçado pelo povo, visto sua irracionalidade, inata e incorporada social e culturalmente.

De seu desenvolvimento, a “democracia populista” passou para o seu amadurecimento, pois, se por um lado, as camadas populares continuavam como massas – elemento basilar a existência do “populismo” – os líderes políticos, por outro lado, adquiriam cada vez mais experiência no jogo político do “populismo”. Tornavam-se experientes na manipulação das massas, nas articulações políticas para chegar ao poder, e, uma vez neste, experientes em sua forma “populista” de articulação no/do governar. O “Estado de compromisso” havia feito escola e proporcionado à política bons especialistas.

Após a década de 1980 o termo foi ressignificado pelo discurso de seus opositores, ao longo do regime militar, o que corrobora a tese de Jorge Ferreira, de que tornou-se um conceito usado para a desqualificação do adversário. Desqualificação que persistirá ao longo das décadas de 1980 e 1990, em que o conceito assume a feição de “neopopulismo”. A lógica englobante do regime capitalista, que nada poupa e que nada deixa escapar também ressignificou o “populismo”.

Na ressignificação do conceito feita pela mídia, a “democracia populista” estava apenas amadurecendo. Como é fácil de se imaginar, o ápice da seu amadurecimento ocorreu com a chegada ao governo do ex-metalúrgico do ABC paulista e líder do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. O “populismo”, então, passou a ser usado indiscriminadamente pela mídia para a desqualificação do governo petista.

Apesar disso, entre o meio acadêmico e intelectual as correntes revisionistas mostraram o quanto infundada era a perspectiva social que se fundamentava no “populismo”. De interpretação predominante para a compreensão da política brasileira entre os anos 1930 a

1964, a perspectiva “populista”, a partir das críticas e abalos, caiu no descrédito em meio ao campo acadêmico.

Contribuíram para isso a perspectiva da História Cultural, com seu foco em revisitar a história em seus aspectos tradicionais, voltando-se as relações esquecidas e a atores tidos anteriormente como simples figurantes dos grandes cenários históricos. A tradição marxista, em especial a teoria de Gramsci e posteriormente a “Escola de Frankfurt”, centradas nas agruras do capitalismo e da condição de classe. E também Foucault no que tange a difusão da coerção em pequenas escalas, como vimos ao longo do primeiro capítulo.

Por meio dessas perspectivas as classes operárias passaram a ser revistas em vários aspectos. Somada a essas perspectivas, o cenário político interno do “Estado Novo” a “Ditadura Militar”, trazia aos pesquisadores suas próprias indagações que puderam ser expostas em pesquisas no processo de redemocratização do País.

Recusada por atribuir aos trabalhadores lugar passivo, a perspectiva “populista” passou ao descrédito. Como vimos, a corrente trabalhista ganhou notoriedade, juntamente com outras tendências como a desenvolvida na Universidade de Campinas e no eixo Rio-São Paulo. No trabalhismo a ideia de pacto entre as classes torna-se ascendente, recusando com isso a via de mão dupla de imposição e coerção por parte do governo e de passividade por parte das camadas populares.

Apesar das críticas desenvolvidas em grande medida pelas teorias revisionistas a perspectiva “populista”, como vimos ao longo do segundo capítulo, permanece, em maior força nas censuras desenvolvidas em Países como Argentina e Venezuela, por exemplo, tendo se enfraquecido no Brasil, principalmente no que tange ao meio acadêmico.

Embora tenha se ampliado ao sair da acadêmica, ganhado o senso comum, migrado da esquerda para a direita, enfim, tenha sido usado para macular a imagem de qualquer figura política, desde que seja o adversário político em jogo, o conceito, nos anos 2000 retoma as suas origens no discurso público brasileiro, contribuindo pejorativamente para as críticas ao governo e as políticas governamentais do Partido dos Trabalhadores, historicamente localizado à ala esquerda da política nacional, embora a sua prática no poder executivo tenha o conduzido ao centro.

Assim, as políticas sociais implementadas pelo governo petista rapidamente ganharam a alcunha de “populista”, em especial as políticas de assistência como o “Bolsa Família” e a política de cotas raciais para ingresso nas instituições federais de ensino superior. Nesse

contexto, as cotas, e não apenas as raciais, seriam então provenientes do “populismo” governamental.

Dos intelectuais de destaque Schwartzman é o único que abertamente faz uso do termo “populismo”. Há em seu discurso uma reformulação do conceito para o formato “cota de populismo”, termo não cunhado por ele, mas usado em larga medida em suas críticas, assim como pela grande imprensa. Uma ambiguidade que conota a ideia de que as cotas seriam uma medida “populista” e que representariam também uma parte das políticas governamentais que se fundamentariam no “populismo”.

Schwartzman (2008) vê com bons olhos o fato do ensino superior no País ter se tornado menos excludente nos últimos anos devido à entrada de estudantes de segmentos das camadas populares. Apesar disso, para Schwartzman, assim como consta de modo geral na crítica a política de cotas raciais, critérios como o socioeconômico e a qualidade da educação básica do candidato, se pública ou privada, seriam os que realmente significariam, e não a questão racial. Para ele, as cotas representariam uma má prática de inclusão.

O que o autor defende é que o ingresso no ensino superior não deveria ter como critério apenas o vestibular, fato que contribui para a entrada de estudantes provenientes de famílias que possuem melhores condições financeiras. Schwartzman (2008), desse modo, ressalta a necessidade de ampliação dos critérios de admissão nas universidades para que seu público seja cada vez mais plural no que tange a pessoas de diferentes origens e condições sociais.

Para ele, “forçar a inclusão é política populista e demagógica”. Interessante notar que a palavra “populista” não aparece em seus artigos e livros, mas apenas em suas entrevistas conferidas a grande imprensa que faz uso da legitimidade do sociólogo para desqualificar a medida. Essa frase, por exemplo, tornou-se destaque na edição em vários jornais e se referiam à postura do intelectual frente à medida.

Na entrevista é destacado que Schwartzman considera as cotas raciais para ingresso nas instituições de ensino superior públicas do País um desserviço à sociedade brasileira, pois estaria desviando o debate público, assim como as políticas implementadas pelo governo, dos reais problemas da educação que afligem a sociedade, tais como a qualidade da educação básica e o acesso ao ensino médio. (ARRUDA, 2009).

Para desenvolver a sua defesa destaca que a perspectiva da “dívida social” que a sociedade brasileira teria com os negros seria infundada, pois não se poderia estabelecer e

nem resgatar quais seriam os culpados dos danos causados no período histórico da escravidão no País.

O argumento da dívida social é complicado. Quem deve pagá-la? Os portugueses escravocratas que já morreram? Os filhos de imigrantes japoneses, italianos e alemães que vieram para o Brasil na miséria, e não tiveram nada com essa história do passado? Acho que essa maneira de pensar em direitos e dívidas coletivas é muito difícil de sustentar. (ARRUDA, 2009).

Nesse sentido, as políticas de inclusão deveriam se sustentar em critérios de renda apenas. Somente esse critério seria justo, pois não implicaria na exclusão de alunos brancos pobres. Assim, para ele, as cotas beneficiariam apenas um único segmento populacional não diminuindo o quadro de desigualdade no ensino superior brasileiro e nem da educação como um todo.

Para Schwartzman, o traço mais acentuado do “populismo” das cotas seria forçar a inclusão, sem saber ao certo se o aluno incluído conseguirá concluir ou não o curso. (ARRUDA, 2009). Desqualificando a medida sem ponderar que somada a elas outras ações poderiam ser tomadas.

Do que observamos em relação aos intelectuais críticos as cotas raciais, Schwartzman é um dos poucos que, além de desenvolver a crítica à medida, propõe alternativas com estratégias de soluções, por meio de estudos, dados e pesquisas direcionadas aos problemas que debate. Mas nas soluções propostas por ele vemos a importação de políticas, medida tão criticada pelos seus colegas como vimos acima.

Como exemplo de uma política de apoio distinta da cota seria para Schwartzman (2008) um modelo de assistência implementado nos Estados Unidos, nesse caso sim poderia haver a importação de uma medida. A política destacada pelo autor mapeia entre as escolas públicas e os estudantes de baixa condição socioeconômica aqueles que possuem desempenho acima da média. Estes passam a receber diferentes formas de apoio como bolsas e cursos de aperfeiçoamento.

Assim, os estudantes apoiados chegam aos exames de vestibular de forma competitiva, sem que precisem de uma cota específica. Outro ponto positivo de políticas como estas seriam o fato de beneficiarem toda a população pobre merecedora e não apenas o segmento negro. Como destacam frequentemente, um dos centrais problemas das cotas raciais.

Outra alternativa seria as universidades possuírem mais critérios de escolha, para além das notas de vestibular e ENEM. Para a defesa desse aspecto curiosamente o autor cita

novamente uma medida implementada nos EUA. Seria a política de recrutamento por parte de instituições de ensino superior de jovens que se sobressaíram no ensino médio em escolas que atendem a populações carentes. (SCHWARTZMAN, 2008).

No próximo capítulo daremos prosseguimento a análise dos argumentos desses intelectuais. Entretanto, nos centraremos em um ponto específico, a presença da perspectiva “populista” no discurso em questão.

4. O “POPULISMO” NA CRÍTICA AS COTAS RACIAIS

Este capítulo tem por objetivo analisar as críticas às cotas raciais no que tange a sua relação com a perspectiva “populista” para confirmação ou refutação da hipótese da pesquisa: a de que os intelectuais contrários às cotas raciais fazem uso da perspectiva “populista” para criticar a medida, embora o termo “populismo” permaneça oculto em seus discursos.

Desse modo, afirmamos que ocorreu uma espécie de ocultamento do termo “populismo” no discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais, que, embora façam uso de sua perspectiva, não o explicitam nominalmente. Isso porque, como vimos nos capítulos anteriores, carecendo de conteúdo teórico consistente e com o desenvolvimento das críticas que se acentuaram na década de 1980, a perspectiva “populista” direcionou-se a decadência no meio acadêmico.

Apesar disso, continuou a vigorar no senso comum dos brasileiros, sendo veiculada em grande medida pela grande imprensa para se referir de forma pejorativa aos adversários político. A “maldição”, como denominou Ferreira (2005), continuou a existir e a persistir. Entretanto, o que nossa pesquisa apontou foi que a perspectiva continuou a vigorar, senão no meio acadêmico, entre intelectuais que se legitimam por meio da academia.

Para tanto, retomaremos aqui as principais noções presentes na perspectiva “populista”, assim como o discurso dos intelectuais em seus principais argumentos para que possamos averiguar a existência dessas noções em meio aos argumentos utilizados por eles. As considerações que se seguem foram realizadas sobre os mesmos livros analisados no capítulo anterior.

A partir do referencial teórico utilizado podemos afirmar que a noção mais fortemente presente na perspectiva “populista” é a noção autoritária. Esse autoritarismo sempre é veiculado como característica fundamental do governo criticado, por impor a sociedade medidas coercitivas, que a princípio a beneficiariam, quando na verdade visam apenas aos interesses privados da cúpula governamental ou de determinada classe em específico que compõe ou que é representada pelo governo.

O que é necessário compreender é que por traz desse argumento, o autoritarismo torna-se sinônimo de estado intervencionista, não completamente adepto à política neoliberal, ou implementador, em certa medida, de políticas sociais, como é o caso do governo em questão.

A essa primeira noção presente na perspectiva “populista”, soma-se uma segunda, a manipulação. Para que o autoritarismo possa se concretizar é preciso antes manipular a sociedade para que ela creia que está sendo beneficiada e não prejudicada pelas medidas instituídas pelo governo.

A segunda noção, a manipulatória, soma-se uma terceira, a cooptação das camadas populares. A manipulação só se exerce, e sempre, sobre as camadas populares. Isso porque estas são tidas como ignorantes e avessas a qualquer forma de consciência política, no caso em análise temos o enfoque das camadas populares negras.

O que por sua vez vincula-se a uma quarta noção imbricada na perspectiva “populista”, a infantilização das camadas populares. Ignorantes e inaptas seriam presas fáceis de um governo sempre pronto a manipular em função de interesses particulares. Em síntese, trabalharemos com essas quatro noções centrais da percepção “populista”: autoritarismo; manipulação, cooptação das camadas populares, infantilização das camadas populares.

E, mais importante que a compreensão dessas noções em específico é considerar a lógica que perpassa toda a perspectiva “populista”, a de que ela sempre transforma o curso natural dos acontecimentos, instituindo, conseqüentemente, uma nova ordem. Há no discurso desses intelectuais a menção a uma espécie de ordem transcendental ou universal dos acontecimentos. Essa ordem seria pré-existente ao homem e se desenvolveria em um curso natural pré-estabelecido.

Em contraposição a essa ordem, está a “populista”, que interfere na anterior. Esta expressaria uma ordem criada pelo homem e, por causa disso, seria espúria, ilegítima, corrompida. Condição que se acentua ainda mais pelo fato desse homem não partilhar das mesmas convicções sociais, políticas e econômicas de seu adversário no jogo político e social.

4.1. Os aspectos que evidenciam a percepção “populista”

Começemos pelo prefácio do livro “Divisões perigosas”, vejamos as palavras do autor Bolívar Lamounier¹¹, ao se referir as políticas de cotas raciais.

Obviamente, políticas públicas oficiais podem ser complementadas por iniciativas privadas e da sociedade civil, compondo dessa forma um feixe diversificado, flexível e

¹¹ Sociólogo e cientista político, sócio-diretor da Augurium Consultoria.

não coercitivo de soluções. Isso nada tem haver com a utilização do poder do Estado para seccionar a sociedade em categorias raciais.” (LAMOUNIER, 2007, p.10).

Chamamos atenção aqui especialmente para a palavra “coercitivos” e o trecho “a utilização do poder do Estado para seccionar a sociedade”. Observem que para Lamounier (2007), as políticas de cotas raciais seriam uma imposição do governo, que ao se apropriar da máquina estatal, visaria à transformação da sociedade. Como veremos nos argumentos que se seguem, a transformação da sociedade é sempre para pior, isso porque uma espécie de “ordem natural” dos acontecimentos passa a ser alterada em prol de interesses impostos a ela.

A culpabilização do Estado é constante, o trecho de Sidney Goldenzon¹² (2007) retirado de seu artigo “Eles deveriam pedir desculpas de joelhos” publicado no mesmo livro evidencia isso, a citação carrega ainda a perspectiva de meritocracia.

Nossos governantes, que deveriam estar pedindo desculpas de joelhos aos cidadãos, em vez de melhorar as condições de educação básica para permitir as crianças de menor poder aquisitivo competir por seu lugar ao sol, com seu próprio esforço, fazem o contrário. (GOLDENZON, 2007, p. 152).

Na apresentação do livro “Divisões perigosas” ironicamente foi empregado o termo “reeducadores”, em referência direta aos que “querem impingir identidades raciais fixas às pessoas”. (FRY, et al, 2007, p.21). Novamente se apresenta aqui o traço central da lógica “populista” em que um segmento político, mais precisamente o eixo não-direitista, tendo em vista interesses privados, impõe a sociedade medidas coercitivas, quando muito contrárias as suas necessidades. Há ainda a menção a interferência do Estado na ordem natural dos acontecimentos.

Os “reeducadores querem impingir identidades raciais fixas às pessoas e, incapazes de convencê-las a abdicar das percepções fluidas que habitam o imaginário nacional, tentam usar o poder do Estado para “retificar” a sociedade. A oferta de privilégios “raciais” no ensino superior e no mercado de trabalho é parte dessa operação, que também abrange a racialização da saúde e uma versão da história do Brasil como movida pelo “conflito racial”. Raça em tudo – eis a bandeira que apresentam. (FRY, et al, 2007, p.22).

José Carlos Miranda¹³ (2007) em artigo “Um Estatuto para dividir e cotas para iludir” publicado em “Divisões perigosas” defende que a instituição de cotas no País tem similaridades a divisão entre Tútsis e Hútus ocorrida em Ruanda, segundo ele, uma divisão

¹² Médico clínico geral do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro.

¹³ Coordenador Nacional do Movimento Negro Socialista (MNS).

artificial apenas, introduzida legalmente no País após a Segunda Guerra Mundial, seguida de genocídio. Outras semelhanças estariam no regime de *apartheid* na África do Sul e no regime nazista, também seguida de genocídio humano.

No seu argumento evidencia-se novamente a existência de uma ordem transcendental que sofre a interferência de uma ordem corruptiva criada pelos homens. “A divisão do povo em duas “nações”, segundo o estatuto, brasileira e afro-brasileira, só pode ter similaridade na criação artificial dos tútsis e hútus na Ruanda.” (MIRANDA, 2007, p.318).

Na grande imprensa, o histórico de criação do Partido dos Trabalhadores é ressaltado para reforçar a ideia de autoritarismo vinculada a ele. Nesse ponto, destacam os valores comunistas que originaram o partido, comumente associados a práticas autoritárias. Por meio dessa noção reforça-se a ideia de que o partido, forçosamente, imporá medidas que contrariariam o curso normal dos acontecimentos do País.

Somado a esse histórico tem-se ainda o histórico de vida do então presidente da república, nordestino, pobre, ex-metalúrgico do ABC paulista, sem formação superior. Uma identidade social muito pouco afeita às condições da classe dirigente do País. Assim, de acordo com seu histórico de vida, associam a sua figura traços de ignorância que se refletiriam na condução dos rumos do País.

Além é claro, do autoritarismo, remetendo-o ao seu período de liderança como sindicalista. Nessa condição seria movido pelo ódio de classe, assim queria banir do sistema universitário brasileiro a meritocracia, inserindo na universidade sujeitos tão despreparados como ele. Uma afronta da maior espécie. E de quebra, conseguiria o apoio e o voto dessa classe desmerecidamente favorecida. Era uma das estratégias da política eleitoreira e “populista” desenvolvida por Lula e seu partido. Discurso de senso comum e em certa medida veiculado pela grande imprensa. No argumento dos intelectuais críticos as cotas tudo parece de forma mais sutil, embora não muito distante dessa perspectiva.

É no argumento de Kamel (2006) que a incapacidade do governo devido à inaptidão intelectual torna-se mais visível, embora seja sempre implicitamente. Para Kamel (2006), o projeto de “racialização da sociedade” tem início na década de 1950, a partir da sociologia de Florestan e do presidente Fernando Henrique Cardoso. Perspectiva que acreditava que há um problema racial no País que tem sua origem no período de escravidão.

Enquanto presidente, Fernando Henrique se valerá de sua sociologia inicial, ou seja, ainda imatura, para tomar as primeiras medidas de cotas raciais no País. “A política de cotas começou a ser construída no governo Fernando Henrique Cardoso em grande sintonia com o

que pensava, nos anos de 1950, o então jovem sociólogo Fernando Henrique Cardoso. (KAMEL, 2006, p.02).

“Quando me dei conta, o governo Fernando Henrique, com as melhores intenções, já tinha avançado em nossa remodelagem como uma nação bicolor, de negros e brancos, em que os últimos oprimem os primeiros.” (KAMEL, 2006, p.13). É interessante notar que, como mostra o trecho acima, a afirmação das cotas raciais por Fernando Henrique Cardoso se dá com a melhor das intenções, uma espécie de consequência de sua sociologia ainda imatura, posto que data da juventude. Intenções bem díspares das do governo petista ao implementar a medida, como observamos até então.

Além disso, elogios foram feitos ao governo FHC, estes feitos por Kamel (2006), presidente que tirou o País da direção de Estado-produtor para os trilhos certos de um Estado-regulador. Veja em detalhes

Fernando Henrique foi sem dúvida um excelente presidente. Mudou a face do País em muitos aspectos de maneira extremamente positiva: livrou-nos da inflação, tornou uma realidade a noção de que não existe País sem responsabilidade fiscal, reformou as instituições, tornando-as mais republicanas e impessoais, deixou para trás, com as privatizações, o Estado-produtor, colocando o País na direção do Estado-regulador e fornecedor de serviços, iniciou a modernização da administração pública e começou a criar uma rede de proteção social àqueles que, mesmo diante de todos os recursos, não se movem sozinhos. (KAMEL, 2006, p.33).

Ressalta ainda o trecho seguinte, em que o governo FHC teria incorrido em pelo menos um equívoco, o que tange a perspectiva racial. Erro, como destacamos, proveniente de uma sociologia juvenil. Antes pecar pelo excesso de intelectualidade, que pela falta, poderia exclamar o autor nas entrelinhas de suas observações.

Mas mudou também a face do País em pelo menos um caso de uma maneira cujos efeitos podem vir a ser extremamente negativos. Quando se analisa o governo do presidente Fernando Henrique, tendo-se tomado conhecimento do que ele pensava quando jovem, entende-se melhor o impulso que políticas de preferência racial tomaram em seus dois mandatos. (KAMEL, 2006, p.34).

Um erro que só poderia ocorrer devido ao histórico de vida do presidente, em um momento de passividade em que sua sociologia juvenil falou mais alto. Apesar do apoio, FHC, como ressalta Kamel (2006), jamais propôs qualquer medida de cotas ao Congresso Nacional. Mas o campo para o debate havia sido aberto. Assim, se Fernando Henrique abriu o

campo de discussão para a implementação das cotas raciais, isso se deve a influência de seu passado, no que tange a sua juvenil sociologia.

Agora se Lula permitiu a aprovação de Lei, a conotação tona-se outra. Foi um ato “populista” frente às classes populares, em grande medida, negras, para manter o projeto de permanência no poder de seu partido. E como homem “rude” o seu “populismo” só poderia se desdobrar em políticas equivocadas e imprudentes. É o próprio Kamel quem nos diz sobre isso. “O que o presidente Lula fez depois foi dar sequência, foi seguir adiante, e, também aqui, como em tudo mais, sem sutilezas e de maneira canhestra.” (KAMEL, 2006, p.39).

Uma passagem em específico, em debate ocorrido no ano de 2002 é frequentemente citada como mostra da incapacidade do então presidente. Menção a ela foi encontrada em todos aos livros analisados na pesquisa. Segue trecho de Kamel que a traz em maiores detalhes.

E, claro, impossível esquecer o então candidato Lula, em 2002, afirmando, num debate, que certamente haveria uma maneira científica de determinar se alguém é da raça negra. O curioso é que as três manifestações se deram num contexto de repúdio ao racismo. O que eles desconhecem é que acreditar que raças existem é a base de todo racismo. Raças não existem. (KAMEL, 2006, p.42).

Insistem na ideia de que não existem raças humanas, mas sim uma única raça, a humana. Para tanto, buscam a legitimação desse argumento na perspectiva científica da biogenética. Nesse aspecto são frequentes as menções ao fato de que teria sido o próprio governo, na tentativa de impor a política, que estaria retomando do passado as construções e divisões raciais, seria ele que estaria reinventando a noção de raça no País.

Então, se nos interessa ser anti-racistas, porque não tratamos de esmiuçar, denunciar, desmontar e desconstruir esse contexto, em vez de sacralizar como coisa natural (e doravante, como se pretende atualmente, como valor legal) algo que é uma construção retórica e putativa? Nossos neo-apartadores não tem resposta para isso. Talvez porque não lhes interesse desmontar as discriminações, mas criar novas, sob o selo mistificador da diferença naturalizada. (CAVALCANTI-SCHIEL, 2007, p. 268).

Esquecem-se que antes da aprovação da lei várias instituições de ensino superior por todo o País já haviam implementados sistemas de cotas para ingresso de alunos negros, fazendo uso da autonomia universitária. A primeira delas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, seguida pela Universidade de Brasília em 2001, data de governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida foram tantas outras, tais como, Universidade Estadual do Mato Grosso, Universidade Estadual da Bahia e assim por diante.

Se o Estado é novamente acusado de ser autoritário e maquiavélico a ponto de estabelecer uma política infundada apenas para agradar setores das classes populares e assim conseguir o seu apoio para a permanência no poder. Podemos dizer que frente a essa perspectiva a retomada da noção de um possível “Estado de compromisso” se tornaria muito mais coerente, posto que no governo lulista foram atendidos os mais amplos interesses, desde o capitalismo financeiro, a classe industrial nacional, os partidos das alas esquerdista e direitista, até as camadas populares e as minorias.

É curioso perceber como a lógica “populista” encontra-se presente do início ao fim desses argumentos. A separação do discurso em argumentos específicos feita no capítulo anterior não nos evidencia a existência de outras perspectivas além da “populista” no discurso, mas que nessas outras perspectivas a lógica “populista” está igualmente presente.

No argumento científico, entendendo-se ciência como saber restrito ao campo da biogenética, como vimos anteriormente – é ressaltado a impossibilidade de separar a humanidade por meio de divisões raciais. Como ressalta Pena, “Alguns certamente vão tentar rejeitar essa visão, mas ela está alicerçada em sólidos fatos científicos, temos confiança em que, inevitavelmente, ela será predominante na sociedade.” (PENA, 2007, p. 47).

No argumento da “racialização” da sociedade um recurso muito utilizado, como vimos, é a recorrência a ideia de que o Brasil é um País miscigenado biológico e culturalmente. Como ressalta George Zarur¹⁴, a implementação de cotas raciais é uma espécie de negação e abandono da identidade miscigenada da cultura brasileira, uma política de caráter racial que quer acabar com um projeto de nação construído há séculos no País. (ZARUR, 2007).

Nesse sentido, fazer a sociedade reviver um drama histórico por meio da reparação das cotas seria apresentar as novas gerações as divisões raciais que deveriam ser esquecidas, posto que reviver essa divisão seria incentivar preconceitos e discriminações. Novamente podemos perceber a perspectiva de que o curso normal do processo histórico do País seria interrompido em detrimento de um projeto imposto, o de “racialização” da sociedade.

Embora extremamente criticado, o mito da “democracia racial” ainda é frequentemente usado nos argumentos, principalmente em Magnoli e Kamel (2006). Ressaltam que as políticas de cotas implicariam em sua descrença. Desse modo, os responsáveis pela política de cotas raciais estariam indo de encontro ao que a cultura brasileira apresenta de melhor, diversidade, miscigenação, e assim por diante.

¹⁴ Antropólogo, professor adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

A propósito, a erosão desse mito é precisamente uma das metas. Para estes grupos trata-se de reconstruir uma “nova” memória nacional enfatizando, por um lado, o período da escravidão e o sofrimento da população negra e, por outro, o favorecimento que teriam recebido os imigrantes europeus do Estado brasileiro no início do século XX. (SORJ, 2007, p.275).

Em Kamel (2006), as críticas são menos veladas, podemos dizer que são até mesmo escancaradas. Em seu discurso, há inclusive menções de que as políticas raciais do governo seriam uma estratégia para desfazer o nosso ideal de País miscigenado. É em seu discurso que mais fortemente podemos perceber a perspectiva “populista”, e mesmo assim o termo “populismo” em nenhum momento é utilizado. Veja o trecho que reforça a afirmação acima.

De repente, nós que éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores, fomos reduzidos a uma nação de brancos e negros. Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. Outro susto: aquele País não era o meu. (KAMEL, 2006, p.25).

A perspectiva “populista” também pode ser encontrada com recorrência no argumento de defesa das políticas universalistas em detrimento das compensatórias. Ambas são colocadas em embate. O intuito é o mesmo, mostrar o quanto as políticas compensatórias são provenientes do autoritarismo do Estado, que faz uso de determinadas estratégias para se manter no poder e o quanto as políticas universalistas seriam melhores por não se restringirem apenas a um determinado seguimento da população.

No argumento da meritocracia os ataques ao governo tornam-se mais explícitos. Nesses ataques são feitas acusações de que as cotas seriam uma medida imprudente que, em sua essência levaria ao beneficiamento dos pobres negros, sendo que os pobres brancos seriam deixados à própria sorte. Nesse sentido, ao invés de promover ações afirmativas o governo deveria melhorar a qualidade da educação básica. Desse modo, os pobres teriam em igual medida que os ricos, condições de acesso à universidade pública. Veja o trecho que se segue de Kamel (2006) de frontal ataque.

O governo, no entanto, em vez de concentrar esforços para ele var a qualidade de ensino no Brasil e para dar escola de bom nível a todos os pobres, sejam brancos, negros ou pardos, parece preferir colocar a culpa nos brasileiros brancos. É, sem dúvida, uma solução simples: tira a responsabilidade de si próprio, faz crescer um sentimento de culpa nos brancos, leva os negros a culpar os brancos pelas condições em que vivem e a agradecer ao governo o favor de denunciar a situação. Mas não resolve o problema, e pode criar outros, tão ou mais sérios: repito, o ódio racial, sentimento que até aqui desconhecíamos, e demandas impossíveis de atender. (KAMEL, 2006, p.77).

Como pode-se perceber, o argumento meritocrático sempre faz uso de casos nos quais é apresentado algum estudante, seja ele branco ou preto, “prejudicado” por ter tido sua vaga “roubada” pelo sistema de reserva. Nesses casos, esses estudantes tornam-se personagens vitimados e o governo assume a posição de algoz.

No argumento de que a política foi inadequadamente importada de outros contextos nacionais também se verifica a crítica à irresponsabilidade do governo. Nos Países em que políticas de afirmação racial foram implementadas, contaram antes com forte segregação entre negros e brancos, condição que segundo os autores não se procede no Brasil. O que confirmaria a falta de seriedade e compromisso do governo ao instituir no País políticas não condizentes com sua existência social e práticas culturais. Ocorreria uma espécie de vulnerabilidade do País frente a desígnios externos, o que conotaria ainda uma ausência de projeto para o País. Vejam o trecho abaixo em que todos esses aspectos estão presentes ora implícitos, ora evidentes.

As políticas públicas de recorte racial em discussão no Brasil estão fortemente marcadas por tradições de outros Países, e isso decorre da influência de orientações internacionais, agências multilaterais, redes transnacionais de movimentos sociais, e assim por diante. Em outras partes do mundo, essas políticas se apoiam em preceitos de grupos “raciais” bem definidos, segundo os quais desde longa data a sociedade se vê pautada na polaridade branco/preto. (FRY, et al, 2007, p.21).

Embora a imprudência seja recorrente, é o autoritarismo associado à política que persiste como lógica central da perspectiva “populista”. Schwartzman, em artigo “Das estatísticas de cor ao estatuto da raça” também publicado no livro “Divisões perigosas”, nos mostra com nitidez essa perspectiva. Se referindo ao “Estatuto da Igualdade Racial” o autor afirma que a sua aprovação criaria uma nova interpretação da sociedade brasileira.

O estatuto é uma monstruosidade jurídica e conceitual. Ele pretende obrigar todas as pessoas a se classificarem como brancos ou afro-brasileiros nos documentos oficiais, ignorando os milhões que não se consideram nem uma coisa nem outra, e não reconhece a existência dos descendentes das populações indígenas, o grupo mais discriminado e sofrido da história brasileira. (SCHWARTZMAN, 2007, p.108.).

O autor enfatiza ainda a seguinte dicotomia: de um lado “uma sociedade em que o governo não se imiscuiu na identidade e na vida privada das pessoas.” De outro, “um País com a substituição da antiga ideologia oficial da igualdade racial por outra, também abominável, de preconceito e perene conflito.” (SCHWARTZMAN, 2007, p.108.).

Magnoli (2009) resgata traços de autoritarismo, conforme defende, que preexistiram a política, traços impostos por uma política de recenseamento do Estado, e, subsequentemente pelos movimentos sociais negros. Movimentos negros teriam tomado a iniciativa de medidas de afirmação identitária quando, a partir de pesquisa feita pela Pnad, negros haviam se autodeclarados de várias formas, tais como moreno, bronzeado, chocolate, menos negros. Para o autor, uma atitude autoritária, de persuasão e obviamente contrária à miscigenação do País.

Sugere ainda que o recenseamento realizado pelo Estado seria uma espécie de atitude autoritária na medida em que cria e fabrica identidades coletivas. Para tanto, cita o protoanarquista francês Pierre-Joseph Proudhon, que definiu o ato de ser governado como uma prática de vigia, inspeção, aprisionamento por criaturas que não possuem nem direito, nem sabedoria, nem virtude. O senso moderno seria um dos fenômenos recentes desse controle coercitivo. Magnoli (2009) utiliza-se desse argumento para ressaltar que o censo tornou-se um instrumento usado pelo Estado brasileiro para reforçar a perspectiva da raça na nação.

Essa ideia, além de estar presente em seu livro, consta também em um de seus artigos publicados em “Divisões perigosas”, citado acima, a respeito da declaração racial que deveria ser feita na escola de sua filha. O recenseamento para ele seria fruto do “racismo científico” e o processo de colonização das nações dominantes, como medida de dominação as nações colonizadas. “Com a disseminação do “racismo científico”, as categorias censitárias organizaram-se ao redor da raça e da etnia. Pela lógica dos colonizadores, que nada tinha em comum com a de seus súditos, rótulos identitários padronizados foram impostos a todos.” (MAGNOLI, 2009, p.28).

Nesse sentido, o Estado, por meio de suas políticas, seria capaz de criar ou forjar identidades antes não concebidas, ou seja, instituiria processos ainda não existentes. No caso brasileiro o governo petista, por meio das “políticas de racialização”, estaria destruindo a identidade miscigenada do País e instaurando em seu lugar identidades raciais que teriam como consequência a divisão da nação, por meio do aumento do preconceito e da discriminação existentes anteriormente apenas de forma amenizada e velada.

Para reforçar o autoritarismo do governo, Magnoli (2009) destaca que, sobre as iniciativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foram criadas várias medidas de “racialização” da sociedade, uma vez que o órgão possibilitou a expansão da medida. Esta secretaria em especial, mostra, conforme sua visão, uma característica de

atuação do governo, que segundo ele, privilegia interesses particulares em detrimento da dimensão pública.

Nas democracias representativas, o aparelho de Estado é visto como uma máquina administrativa impessoal e apartidária, destinada a assegurar a execução das políticas de governo e o cumprimento da lei. A regra de ouro é a separação entre a esfera pública e a esfera dos interesses privados, da qual também fazem parte os grupos de pressão, os movimentos sociais e as ONGs. A Seppir, concebida como um enclave de organizações do movimento negro e uma usina de ideologias, desafiava aquela regra. (MAGNOLI, 2009, p. 150).

Para Kamel (2006), há um problema nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, dentre outras, sustentam a necessidade de políticas raciais. Problema proveniente do autoritarismo do governo que, a todo custo, buscaria respaldos e justificativas para a medida. Segundo o autor, os dados do IBGE são inexatos, isso porque classificaria em um mesmo segmento os “pardos” e os “pretos”.

Conforme destaca, a maioria de pobres no Brasil não seria a de negros, mas sim a de pardos. Isso porque, conforme a classificação que, segundo ele é a correta, os pardos seriam a grande maioria. Referindo-se aos dados do próprio IBGE, sem o somatório na categoria “pretos”, ressalta que os números são inexatos. Os negros seriam apenas 5,9% e não 48%, os brancos 51,4% da população e os pardos 42% dos brasileiros. Dados que estariam sendo omitidos. Então, de acordo com as suas conclusões, o problema estaria entre os pardos e não entre os negros. (KAMEL, 2006).

Para ele, o fato dos números relativos aos negros englobarem os números relacionados aos pardos é um erro gravíssimo na medida em que encobre, em suas próprias palavras, “todo um arco íris de cores, do mulato clarinho ao mulato escuro, do cafuzo ao mameluco, do moreno ao escurinho, do pretinho ao marrom bombom.” (KAMEL, 2006, p.51). Um erro metodológico, que não corresponde à realidade, desenvolvido apenas para sustentar uma política governamental capaz de instituir injustiças sociais sem precedentes, essa é a sua conclusão.

A contestação é feita simplesmente para chegar a seguinte afirmação “Porque todas as políticas de cotas e ações afirmativas se baseiam na certeza estatística de que os negros são 65,8% dos pobres, quando, na verdade, eles são apenas 7,1%. Na hora de entrar na universidade ou no serviço público, os negros terão vantagens. Os pardos, não. (KAMEL, 2006, p.52).

Ou seja, a política a ser instituída com as cotas raciais não corresponde à realidade, posto que os pobres, de acordo com ele, não são negros, e sim pardos. Novamente

desconsidera as contribuições das ciências humanas no que tange ao conceito de raça e como nessa categorização é fundamental que se compreenda os pardos entre os negros, posto que igualmente são marginalizados de oportunidades sociais, diferentemente dos brancos. Assim, afirma novamente o autoritarismo da política.

Não cabe entrar na forma como o autor levemente aborda a relação entre os dados e os fatos concretos das relações sociais no País, tal como faz na seguinte relação, que segue apenas para ilustrar.

No Brasil, os amarelos ganham o dobro do que ganham os também autodenominados brancos: 7,4 salários mínimos contra 3,8 dos brancos (os autodenominados negros e pardos ganham dois). Ora, se é verdadeira a tese de que é por racismo que os negros e pardos ganham menos, haverá de ser, em igual medida, também por racismo que os amarelos ganham o dobro do que os brancos. Se o racismo explica uma coisa, terá de explicar a outra, elementar princípio de lógica. E, então, chegaríamos à ridícula conclusão de que, no Brasil, os amarelos oprimem os brancos. (KAMEL, 2006, p.59).

Criticar considerações como essas, que por sinal são inúmeras, nos desviaria do foco de nosso estudo, entretanto, é preciso deixar claro aqui esse posicionamento, pois simplesmente omitir-se a ele poderia ser entendido como displicência aos absurdos apresentados. Em suas análises, destitui qualquer relação entre pobreza e raça. Traz uma série de dados do IBGE e Pnad, dos quais nem sequer cita o ano buscando desconstruir essa relação a seu bel prazer.

Além de vincularem política de cotas e autoritarismo do governo, destituindo-a de seu sentido e, mais que isso, desenvolvendo uma crítica em relação ao governo. Somada ao autoritarismo, são frequentes as menções à arbitrariedade da política. Essas críticas se assentam no fato de que seria impossível no Brasil estabelecer quem seria negro e quem seria branco devido à miscigenação ocorrida na nação. Em relação a esse aspecto também fazem uso da perspectiva da biogenética no que tange ao paradigma da inexistência biológica das raças humanas.

Nesse ponto, destacam as primeiras iniciativas das universidades no estabelecimento das comissões que analisavam as declarações raciais dos candidatos. Criticam os procedimentos utilizados tais como as fotografias, e o modo como deveria fazer a distinção entre negros e brancos, que seria por meio do fenótipo. A crítica recai ainda, de forma incisiva, sobre a autoridade das bancas e de seus componentes para definirem quem seria de fato negro e quem não o seria.

O censo, para Magnoli (2009), faria parte de um projeto que fundamenta-se em dois objetivos: “racializar” a sociedade por meio da criação de identidades raciais, como se estas não existissem e com isso estipular que os negros representam quase metade da população brasileira; e a delimitação da fronteira entre negros e brancos institucionalmente em um primeiro momento, e, conseqüentemente, no sentimento da população. Veja o trecho do autor.

Apesar das suas vantagens, a flexibilidade de critérios não pode perdurar por muito tempo, pois desnuda a tensão explosiva entre dois interesses dos racialistas brasileiros. O primeiro é proclamar que os "negros" representam praticamente metade da população brasileira, o que exige somar na categoria racial os "pardos" aos "pretos". O segundo é traçar uma nítida fronteira entre "brancos" e "negros", de modo a fabricar um sentimento de coesão racial na parcela da população que pretendem representar. (MAGNOLI, 2009, p. 349).

Em alusão a outros sistemas de distinções raciais, Magnoli (2009), como faz em todo o seu livro, em relação a esse aspecto destaca o caso nigeriano. Conforme informa, o desenvolvimento de ações afirmativas no País serviram unicamente para beneficiar o grupo étnico dominante. Com isso, faz alusão ao fato de que tais medidas seriam uma forma de atender a benefícios particulares. Veja como o autor ressalta.

Mas um traço particular do sistema nigeriano de ação afirmativa é que ele beneficia, essencialmente, as maiorias étnicas de cada região. Como o princípio do "equilíbrio étnico" está submetido à interpretação das autoridades estaduais, que dispõem de autonomia política e administrativa, as cotas e metas numéricas são alocadas de modo a privilegiar o grupo étnico dominante. Os mecanismos de favorecimento geram reclamações incessantes de todos os lados, que se anulam umas às outras quando chegam à Comissão do Caráter Federal. (MAGNOLI, 2009, 236).

Ainda sobre as estatísticas, o autor defende que o grande problema dos dados não é a ausência de competência técnica, mas sim a paixão ideológica de quem os elabora ou os encomenda. Segundo ele, os dados estatísticos sobre raça no Brasil são torturados até que se extraia deles o que é compatível aos interesses. Para completar seu argumento cita o livro de Kamel que, segundo ele, teria feito o caminho oposto a esse, em que é mostrado aos brasileiros estatísticas realmente verdadeiras da nossa sociedade.

Para contestar a arbitrariedade das políticas de ações afirmativas implementadas na Nigéria, Magnoli (2009) recorre novamente ao censo, conforme ele, vários recenseamentos feitos no País que teriam como base auxiliar na delimitação da política foram contestados em seus números e distinções raciais, o que pode ser um forte indício de fraude por parte do

governo, conseqüentemente esse aspecto pode denotar um caráter de beneficiamento particular de tais medidas.

Mas novamente podemos perceber que é a perspectiva do autoritarismo do governo que sobressai na totalidade dos argumentos. Ao autoritarismo soma-se a irresponsabilidade do governo. Esse argumento está mais explícito em Kamel (2006), entretanto, está presente também nos demais. Nesse aspecto é ressaltado que o governo, ao instituir a política de cotas torna-se o culpado por conseqüências que seriam provindas delas, tais como o aumento do preconceito, a revolta dos brancos pobres por não serem atendidos pelas cotas, a “racialização” da sociedade. O que denota mais uma vez seu autoritarismo, sua incapacidade e sua irresponsabilidade.

Conforme Zarur (2007), a importação de políticas tem como benefício o custo zero aos cofres públicos. Entretanto, defende que no futuro, diferentemente do presente, o custo será alto e sua dívida quem pagará será a sociedade.

“Não é o orçamento da União ou das universidades que paga a conta das cotas. É a classe média supostamente negra; ou o favelado sertanejo nordestino, considerado branco, que as cede ao seu vizinho; ou o irmão mais claro, classificado como “branco” que as cede ao irmão mais escuro, considerado como “pardo”. (ZARUR, 2007, p.130).

Além de enfatizarem o fato de que a política de cotas estaria sendo importada de outros contextos, atribuindo a esse processo toda a sorte de incoerências e irresponsabilidades, destacam que ao importar a política estaria importando-se também o racismo institucionalizado existente nesses Países. (ZARUR, 2007)

Há menções, ainda, de que o governo seria um manipulador menor coagido por outros maiores. Dirigido e manipulado pelos grandes poderes internacionais do capital, estaria sofrendo a coerção por meio de medidas estipuladas pela Fundação Ford, a ONU, o Banco Mundial. (MIRANDA, 2007, p.320). Ou seja, um governo autoritário e coercitivo perante a nação, e ao mesmo tempo submisso e passivo aos interesses internacionais. O que mais uma vez evoca a ele características de irresponsabilidade.

Ao transpassar a ideia de um governar que nunca se faz pela nação, mas sim pela manutenção do poder, o intervencionismo estatal é constantemente empregado e sempre associado à ideia de irresponsabilidade perante a nação, em favorecimento de interesses privados. É o que nos diz os organizadores na apresentação do livro “Divisões perigosas”.

Os racialistas começam desvalorizando o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e terminam atribuindo identidades raciais a cada pessoa. A divisão da sociedade em raças oficiais, ou seja, em grupos raciais catalogados pelo Estado, é o alicerce para um sistema de preferências e privilégios legais concedidos a título de “reparação”. Na sociedade racializada, os direitos universais à educação, à saúde e ao emprego passam a um plano secundário. (FRY, et al, 2007, p.21).

Vê-se, nitidamente no trecho, a tentativa de desvalorização do governo, como nas correntes “populistas” passadas, com a diferença de que no caso, este está oculto. A desvalorização ocorre ao deslegitimar o emprego de medidas intervencionistas, associando-as a atos de irresponsabilidade. O que gera como consequência ainda mais ampla a deslegitimação do problema em questão, assim como dos diretamente afetados por ele.

É possível perceber na constituição desse discurso a mesma lógica existente na perspectiva “populista” da década de 1940 que desenvolveu em forma de crítica ao período político do Estado Novo, em que liberais e conservadores constantemente criavam a imagem de um governo corrupto e destituído de qualquer forma de legitimidade, negando o processo democrático de conquistas sociais e trabalhistas conferidas à população. Medidas essas que, como ressaltamos no primeiro capítulo, não provinham unicamente da cúpula do Estado, mas também das demandas da classe trabalhadora.

Cabe aqui ressaltar outro aspecto levantado por Ferreira (2005) em relação à crítica “populista” que se abateu sobre o “Estado Novo”. Há uma perspectiva presente nela que pode ser encontrada na crítica às cotas raciais, a do estabelecimento de uma relação entre Estado e sociedade civil sem qualquer forma de interlocução, em que o primeiro apenas coage e o segundo apenas obedece.

Vimos que na perspectiva “populista” as classes populares sempre ocupam lugar de passividade. Passividade esta que, por sua vez, está sempre relacionada à ignorância e imaturidade política desses segmentos. Inicialmente o “populismo” se abateu aos camponeses recém-chegados à cidade que logo formaram uma massa inerte de operários sem consciência crítica e atuação política. Em sua versão atual se abate a uma mesma massa, agora a de nordestinos pobres, sejam os recém-chegados a região industrial de São Paulo, sejam os não migrados que habitam o nordeste do País, este segmento em especial.

O nordestino seria então o maior responsável pela entrada e permanência de Luís Inácio na presidência da república do País. Manipulados pela figura do líder que partilhou histórico de vida muito semelhante, teriam se iludido facilmente com as promessas de seu partido. Posteriormente, sustentados pelos programas de assistência do governo, seriam

responsáveis pela permanência dele no poder, configurando assim um novo sistema *a la* “curral eleitoral” generalizado por todo o País.

No que tange em específico as cotas raciais, é possível observar nessas críticas uma completa ignorância sobre a causa negra, assim como sobre a atuação dos movimentos sociais negros que desde a abolição desenvolvem históricos e resistentes caminhos de luta. A ignorância dessas condições mostra mais uma vez uma perspectiva “populista” presente no discurso contrário à medida, uma vez que atribuem apenas à cúpula do Estado a sua institucionalização, como se ela não estivesse antes sido reivindicada por esses movimentos, e, portanto, proveniente do diálogo entre essas duas dimensões. A seguir problematizaremos esse aspecto da crítica as cotas raciais.

4.2. Os fatos ignorados que evidenciam a perspectiva “populista”

Há em todo o argumento dos intelectuais contrários à política de cotas raciais um desconhecimento dos sujeitos sociais envolvidos, assim como dos acontecimentos que levaram a instituição da lei. Os movimentos sociais negros raramente são evocados como sujeitos sociais responsáveis pelo acesso da demanda de cotas na agenda pública do País. Quando muito referenciados, assumem a conotação dos vilões da história, juntamente com o Estado.

A ausência de menções da atuação dos movimentos sociais negros no processo, além de conferir características autoritárias à política, supondo que teria sido imposta pela vontade e ação única da cúpula estatal, revela uma completa ignorância da causa e da atuação dos movimentos sociais negros ao longo da história do País, e, em específico, na institucionalização da Lei de Cotas.

Por trás da noção de manipulação por parte do Estado, da cooptação das camadas populares, e, conseqüentemente, de sua infantilização, encontramos, na verdade, uma completa ignorância em relação aos sujeitos sociais envolvidos, assim como aos fatos que desencadearam o processo, como veremos a seguir.

Além de ignorarem a atuação dos movimentos sociais negros, parecem desconhecer os mecanismos sociais pelos quais se desenvolvem as frentes de atuação de um governo, ou as formas pelas quais se desencadeiam as agendas governamentais. Esquecem-se de que nesses processos existem sempre conflitos de interesses entre vários segmentos sociais envolvidos e

não apenas a imposição de um setor, no caso o Estado, sobre os demais. Característica marcante da perspectiva “populista” que desconsidera o diálogo do Estado com os demais segmentos da sociedade.

No preâmbulo assinado por Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvone Maggie do livro “Divisões perigosas” tem a referência de que tanto o projeto de cotas raciais, quanto o “Estatuto da Igualdade Racial” teriam sido fruto de um processo silencioso de militantes diretamente envolvidos e abrigados pela burocracia estatal.

Até então esses dois projetos teriam caminhavam no Senado e na Câmara de forma silenciosa, sem debate público, carregados pelos militantes da causa, que, abrigados na burocracia estatal, faziam com que eles andassem nas instâncias burocráticas somente com discussões de gabinete. (SORJ, MIRANDA, MAGGIE, 2007, p. 14).

Ignorar os processos sociais desencadeadores das medidas ditas “populistas” é um ponto fundamental da perspectiva, como vimos nos capítulos anteriores. Ferreira (2005) mostrou-nos perfeitamente esse aspecto da perspectiva “populista” empregada na interpretação da política nacional. Os estudos realizados pelo autor, correspondentes ao período de 1945 a 1964, apontaram-nos como foi ampla a ativa a participação dos populares, das massas e sindicalistas nas delimitações dos rumos do País, contrariamente ao que era exposto pela perspectiva “populista”, a política nacional também era decidida nas ruas e nos sindicatos, não se restringia a cúpula do Estado, como estabeleceu a corrente em questão. (FERREIRA, 2005)

O discurso contrário às cotas raciais ignoraram, por completo, a atuação dos movimentos sociais no processo de conquista da medida que a muito atuam na esfera política do País tentando ganhar visibilidade para a sua atuação e para as suas causas e suas demandas. Com um histórico de luta que se inicia desde a abolição da escravidão, os movimentos sociais negros só adquiriam visibilidade em uma de suas inúmeras demandas, as cotas para ingresso nas universidades, a partir dos anos 2000, quando várias universidades, fazendo uso da autonomia administrativa, passaram a adotar a medida, e, conseqüentemente, quando a grande imprensa, representando as classes inconformadas passaram a criticar as medidas afirmativas.

Os movimentos sociais negros se fortaleceram especialmente no contexto de redemocratização política a partir do início da década de 1980. Somado a isso, tem-se a ampliação de pesquisas acadêmicas que evidenciavam o problema racial existente na sociedade brasileira. Elas ganharam visibilidade também no período de redemocratização política, no qual os institutos de ciências humanas das universidades brasileiras retomaram o

exercício de suas atividades, anteriormente interrompidas pela repressão do regime militar ditatorial. (PEREIRA, 2007).

Além dos estudos desenvolvidos no campo universitário, instituições nacionais de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA – apontavam cada vez mais para o quadro alarmante de desigualdades raciais entre negros e brancos.

A luta dos movimentos sociais negros e a legitimação do problema racial ganhou ainda mais força a partir dessas investigações, contribuindo para a visibilidade do problema da raça no País, tantas vezes diminuído pela difundida “ideologia da democracia racial”. Conseqüentemente, tal questão se ampliou para a discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Deu-se início, com isso, à implementação das primeiras medidas de ações afirmativas no País. (PEREIRA, 2007).

A partir desse movimento de discussão e sensibilização acerca das questões raciais, inúmeras universidades federais e estaduais passaram a adotar medidas de cotas para negros em seus sistemas de ingresso, culminando na instituição da Lei nº 12.711, Lei de Cotas, implementada em 29 de agosto de 2012.

Como ingresso ao ensino superior, as cotas passaram a ser adotadas a partir do ano de 2002 de maneira voluntária por várias Instituições de Ensino Superior – IES – federais e estaduais do País. A Universidade Nacional de Brasília (UNB) foi a primeira, sendo seguida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), todas em 2003. (PEREIRA, 2007).

Fundamentado na autonomia universitária, um número significativo de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas instituíram algum tipo de política de ação afirmativa. No ano de 2004, foi implementado o Programa Universidade para Todos – ProUni, que oferece bolsas em IES privadas para estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda (PEREIRA, 2007).

Todas essas medidas abriram espaço para a Lei de Cotas, que reserva um percentual mínimo para o ingresso de estudantes negros nas instituições federais de ensino superior. A sua finalidade é aumentar a representação do negro nessa etapa de escolaridade que, no período anterior à implementação da lei, correspondia a apenas 2% dos estudantes universitários.

A ignorância desses aspectos gera uma concepção equivocada do processo político democrático que se desenvolveu até a institucionalização da Lei de Cotas. Ao destituir do processo a atuação dos movimentos sociais negros e ao colocar a medida como se fosse única e exclusivamente uma imposição da cúpula governamental, reforça-se o autoritarismo do governo e desconsidera-se a atuação dos movimentos sociais.

E o que é ainda mais agravante do que conferir autoritarismo governamental onde ele não se concretiza é negar e levar a invisibilidade a atuação dos movimentos sociais, no caso em específico, dos movimentos sociais negros, na construção e no amadurecimento do processo democrático do País.

Ferreira (2005) destaca que a perspectiva “populista” além de ter se tornado uma forma pejorativa para desqualificar políticas, usada frequentemente contra o adversário político, tornou-se também uma forma de anular a atuação dos segmentos populares. No caso analisado pelo autor, das classes trabalhadora urbana do País.

Em relação ao contexto em foco, a institucionalização da Lei de Cotas, percebemos o mesmo processo de anulação da atuação político do segmento social mais interessado na medida, os segmentos negros, e, conseqüentemente, mais atuante na instituição da demanda e em seu processo de criação. Não se pode anular o fato de que a institucionalização da lei se deve a atuação dos movimentos sociais negros, em uma das vezes singulares em que suas demandas foram atendidas.

No ano de 2001, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, o governo brasileiro reconheceu pela primeira vez a existência da discriminação racial no País. Na ocasião a questão das cotas foi a mais discutida pela mídia, ampliando o debate nacional a respeito do tema. A reivindicação por cotas de acesso ao ensino superior público não era o foco dos movimentos sociais negros; entretanto, a questão foi tomada pela mídia, em uma tentativa de deslegitimar as suas reivindicações. (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Nos meios de comunicação o assunto começou a ganhar novos sentidos, e, conseqüentemente, ser foco de grande polêmica, o que poderia ser negativo para os movimentos sociais negros. Contudo, as lideranças dos movimentos, vendo que atenções midiáticas começavam a se voltar para uma de suas causas, mesmo que de modo negativo, aproveitaram o momento para conquistar maior visibilidade em meio às discussões do espaço público. (GUIMARÃES, 2012).

Desse modo, o debate sobre a questão das cotas foi alimentado pelos movimentos negros, tomando maiores proporções. O objetivo do grupo era se tornar visível e, passada a polêmica inicial a respeito das cotas, poderia somar a essa visibilidade suas tantas outras reivindicações, ampliando a mobilização para outros setores da sociedade civil que antes permaneciam indiferentes às suas causas (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Causas que possuem uma longa trajetória histórica, se iniciaram após a abolição da escravidão, visto que o sistema social, econômico e político que se instaurou não assegurou aos negros os benefícios materiais e simbólicos aos quais tinha acesso à população branca. A miséria econômica e o isolamento social e político colocaram o negro em um contexto histórico de lutas sociais. Inicialmente os protestos tinham como foco as condições de privação nas quais se encontravam o negro após o período da abolição. A perspectiva neles presente não visava o rompimento com qualquer tipo de ordem social, seja econômica, política e/ou cultural. O objetivo dos protestos era apontar a desigualdade que assolava suas condições de vida, para que, uma vez supridas as suas necessidades, o negro pudesse se colocar em condições de igualdade com o branco. Com isso, inicialmente, o protesto negro fundamentou-se no caráter integracionista. (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Eles não vão contra a ordem social, econômica e política estabelecida. Mas contra a espécie de espoliação racial que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre negros e brancos. Por isso, ao contrário do que pensavam os círculos dirigentes das camadas dominantes, tratava-se de uma rebelião de cunho nítida e expressamente integracionista (FERNANDES, 2008, p. 11).

Sem conseguir se inserir no mercado de trabalho devido à concorrência com o branco europeu, prevalecia a ideia de um “favoritismo” dado pelo governo ao branco europeu. Uma espécie de preferência dos brancos pelos brancos (FERNANDES, 2008). Para reverter esse quadro de marginalização, foram criados os movimentos de mobilização racial negra, eram grêmios, clubes ou associações. Eles funcionavam como organizações beneficentes que tinham o objetivo central de ser uma rede de apoio aos negros. (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor;⁶ em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).⁷ Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro,

constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p. 10).

Posteriormente a essas iniciativas, os líderes dos movimentos passaram a apontar a necessidade de uma política de assimilação cultural o discurso do movimento passou a fundamentar-se na importância de uma educação para o negro que fosse direcionada ao estilo de vida urbano (FERNANDES, 2008).

Todas essas lições recebidas com o intercâmbio com o estrangeiro, desaguarão na mesma direção. Alargavam o horizonte cultural da população de cor e levavam-na a converter seus movimentos sociais em centros de reeducação do negro e do mulato para o estilo urbano de vida – enfim, para se integrarem na ordem social competitiva e assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes (FERNANDES, 2008, p. 18).

Assim, as organizações negras assumiam cada vez mais o caráter assistencialista. Muitas delas atuaram na formação de classes de trabalhadores negros, tais como portuários, ferroviários e ensacadores (DOMINGUES, 2007). Além disso, passaram a chamar para si a responsabilidade de desencadear no País a modernização das relações sociais por meio da quebra do caráter racista.

A partir da década de 1910 surgiu, principalmente na região de São Paulo, uma imprensa alternativa negra, que seguia o estilo dos jornais étnicos dos imigrantes europeus. As suas publicações tinham como objetivo levar ações educativas à comunidade negra; protestar contra o preconceito de cor; trabalhar o reconhecimento da classe média negra e das personalidades negras brasileiras (GUIMARÃES, 2012).

Essas atividades levaram ao amadurecimento político de ativistas negros. Paralelamente a isso surgia a crítica de que a democracia instituída no País havia se tornado liberal em excesso e a imprensa trabalhava a favor do Estado e da classe dominante. Nesse momento, surgiram novas perspectivas no protesto negro: o governo agora passava a ser acusado de ter relegado o negro à própria sorte. (GUIMARÃES, 2012).

A emergência da ideologia socialista a partir da 1ª Guerra Mundial gerou transformações sociais que implicaram diretamente no protesto negro. Influenciados pela perspectiva do idealismo, os movimentos sociais negros passam a defender a importância da ressocialização e a compreensão de que o preconceito e a discriminação raciais eram problemas sociais e, assim, deveriam ser tratados (FERNANDES, 2008).

Com o fim a 1ª Guerra Mundial, ocorria o surto industrial e o processo de urbanização, processos que acarretaram mudanças nas relações humanas, uma vez que desencadeavam a

propagação de novas perspectivas de vida. Além disso, com esses processos, o conflito passou a fazer parte constante da vida social. O meio negro não poderia permanecer indiferente a esses acontecimentos. Influenciados pelas ideias provenientes dessas transformações, formavam-se por todo o País pequenos núcleos de crítica e de protesto negro.

A partir de então, segmentos da população negra mudaram a percepção a respeito dos seus papéis sociais e esforçavam-se por adquirir os mesmos direitos e garantias sociais de fácil acesso ao homem branco. A condição de vida do negro se agravou com a crise de 1929, e a não concretização das suas esperanças com a crise de 1930 aumentou a efervescência dos movimentos reivindicatórios. (FERNANDES, 2008).

No ano de 1931, foi fundada a Frente Negra Brasileira, sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos. A sua rápida aceitação pode ser atribuída a dois fatores significativos: a agitação ocasionada pelo processo de etno-identificação, com a entrada de uma segunda leva de imigração de europeus no País e o processo de identificação racial vivido pelo mundo ocidental no período entre-guerras, permitindo ao integralismo uma maior expressão no País (GUIMARÃES, 2012).

O objetivo da Frente Negra era encorajar o homem negro, incuti-lo postura para viver entre os brancos, assim como para enfrentá-los sempre que necessário. Cientes de que o branco precisava alterar disposições em relação ao modo de perceber e de se relacionar com o negro, os líderes do movimento orientavam os negros a tomarem atitude frente à forma como eram tratados. Diante de situações de preconceito, caberia ao negro reforçar ainda mais a sua identidade e posicionar-se de forma ativa frente ao ocorrido. Quando necessário fosse, deveria, inclusive, apelar para o conflito aberto. (FERNANDES, 2008).

O grupo disseminava continuamente a importância dessa postura, pois acreditava que assim o negro alcançaria seu espaço dentro da sociedade de classes. Assumindo a identidade negra e tomando uma postura ativa frente aos conflitos, esse sujeito passaria a desenvolver uma nova forma de convivência com o branco, evidenciando-lhe as irracionalidades do preconceito de cor (FERNANDES, 2008).

Os líderes do movimento compreendiam que, em primeiro lugar, era necessário corrigir a injustiça social imposta ao negro para que, em seguida, esse pudesse conquistar uma situação socioeconômica que o colocasse de forma integrada na ordem social capitalista. Nesse sentido, a Frente Negra Brasileira contribuiu para a formação de uma postura ativa por parte do negro.

Ela precipitou atitudes e comportamentos que, de outro modo, não eclodiram na cena histórica. Contribuiu especificamente para modificar o padrão de reação do negro aos mecanismos existentes de ordenação social das relações raciais. Por fim construiu uma estratégia direta de combate confinado ao preconceito de cor, que permitia lançar mão da violência disciplinada sem maiores riscos, convertendo o conflito em arma criadora, como instrumento de integração social (FERNANDES, 2008, p. 68).

Desse modo, os movimentos negros passaram a adotar uma nova postura. A ideia da união entre negros e brancos foi substituída pela afirmação da causa negra em torno de suas causas comuns. Somente assim, assumindo uma identidade comum e postura firme frente aos problemas, o negro conseguiria condições equânimes para ter pleno acesso aos direitos, assim como ocorria com o homem branco (FERNANDES, 2008). É o início da perspectiva que vai implicar na instituição da Lei de Cotas nos anos 2000, embora passe ainda por muitos processos e transformações.

Conforme Fernandes, com o êxito inicial, os líderes do movimento tornaram-se fechados a discussões que não seguissem a linha imposta por eles. Passaram a desempenhar uma postura autoritária e vinculada a ideais direitistas. Isso fez com que surgissem as primeiras divergências e, assim, dissidências dentro do movimento. Tais desgastes levaram a dissidências no grupo, e, conseqüentemente, o enfraquecimento da Frente Negra.

Diante da postura autoritária, somada à perseguição de grupos que mal o conheciam ou que queriam calar o movimento, a Frente Negra Brasileira não resistiu ao Estado Novo. Em 1936, foi transformada em partido político, o que gerou o seu fim, em 1937, com o Golpe Militar e o fechamento dos partidos políticos. Rapidamente, seus integrantes transformam-na em uma organização denominada “União Negra Brasileira” (FERNANDES, 2008).

O Golpe de Estado de 1930 e a instituição do Estado Novo em 1937 presididos por Getúlio Vargas, provocaram o fim da mobilização partidária racial que se estabelecia até então. Apesar desse retrocesso, os movimentos negros instituídos foram de fundamental importância, pois permitiram que o negro assumisse postura ativa frente à sociedade, apesar da indiferença das instituições e de demais segmentos da população.

Dentro das suas possibilidades, o negro foi tentando a alterar esse quadro. Com isso, o campo educacional passou a adquirir grande força em sua luta. A educação sempre esteve presente como centro das preocupações dos movimentos negros. Entretanto, o fato de não ter se instituído no País um regime de segregação judicial como se estabeleceu nos Estados Unidos e na África do Sul criou um imaginário relacionado à ideia de que a miscigenação

ocorrida na sociedade brasileira estava de acordo com os fundamentos ético-jurídicos do regime republicano. Essa era a chamada ideologia da “democracia racial”.

Para Guimarães (2012), mais do que uma ideologia, a perspectiva da “democracia racial” alimentou um movimento que tentava inserir o País na organização mundial pós Segunda Guerra. Em contraposição ao vencido nazi-fascismo, a liberdade e a democracia tornavam-se as palavras de ordem. Completamente consonante a esse discurso, a “democracia racial” passou a ser novamente disseminada entre os intelectuais brasileiros e a fazer parte do discurso político do período do Estado Novo, correspondente aos anos de 1937 a 1944.

A noção de que no Brasil não existiam divisões fundamentadas pela categoria de raça já era difundida pela sociedade europeia e estado-unidense bem antes do nascimento da sociologia brasileira. Contudo, é o contexto internacional dos pós Segunda Guerra Mundial que influenciou sobremaneira na construção da ideologia de democracia racial. (GUIMARÃES, 2012).

Embora existam controvérsias sobre a origem do termo¹⁵, é em 1937 que se iniciou o que ficou conhecido como história literária do termo “democracia racial”. Nesse ano, Gilberto Freyre discursou em uma Conferência em Lisboa, no qual apresentou a perspectiva da “democracia social” como o legado da civilização luso-brasileira à humanidade (GUIMARÃES, 2012).

Conforme Fernandes (2008), esse mito fora utilizado como algo que garantiria a respeitabilidade do brasileiro frente ao mundo. Internamente, tornou-se um mecanismo de acomodação das elites dirigentes, permitindo “que se fechassem os olhos, quer diante do drama coletivo da “população de cor, quer diante das obrigações imperiosas que pesavam pelo menos sobre os ombros dos antigos proprietários de escravos” (FERNANDES, 2008).

¹⁵ Em sua análise sobre a origem da cunhagem do termo, Guimarães centra suas investigações em produções jornalísticas e acadêmicas de pioneiros no campo de estudo das relações raciais. Conforme o autor, o termo surgiu pela primeira vez na obra de Arthur Ramos, no ano de 1941, em um seminário temático sobre a democracia no mundo pós-fascista (GUIMARÃES, 2013 apud CAMPOS, 2002). Três anos depois, em 1944, foi Roger Bastide que faz uso do termo em um artigo publicado no Diário de São Paulo. No artigo, Bastide, reporta-se a um diálogo tido com Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2013). Com isso, não se sabe ao certo se o termo teria sido cunhado por Ramos ou Bastide ou se ambos teriam ouvido a expressão de Freyre. Mas provavelmente trata-se de um termo criado por ele em meados de 1930, pois já fazia uso em sua obra de um termo similar, “democracia social”. Além disso, as ideias abarcadas pelo termo são semelhantes às utilizadas por Ramos e Bastide ao se referirem à “democracia racial” (GUIMARÃES, 2013). Freyre, em 1936, em sua obra “Sobrados e Mucambos” retoma a ideia do “paraíso racial”, abordada anos anteriores por uma série de historiadores brasileiros. Tal concepção instituiu-se como senso comum aos abolicionistas brasileiros. Gilberto Freyre atribui cientificidade à ideia de “paraíso racial”. Na obra acima citada, o estudioso estabelece um paralelo entre a rigidez da organização socioeconômica patriarcal e a flexibilidade das relações raciais instituídas nessa organização social (GUIMARÃES, 2012).

A utilidade do mito pode ser definida em três planos distintos. Em primeiro lugar, permitia atribuir ao negro toda a responsabilidade da sua condição de vida, ou seja, os problemas enfrentados pela população negra eram consequências imediatas das próprias ações dessa população. Em segundo lugar, isentou o branco de todas as responsabilidades morais e coletivas dos efeitos sociais da sociedade escravista. Posteriormente, forjou uma pretensa consciência da realidade racial brasileira ao reavaliar a relação entre negros e brancos, atribuindo igualdades a questões superficiais e aparentes, tratando simples ajustamentos raciais como se fossem mudanças estruturais (FERNANDES, 2008).

Ainda conforme Fernandes, o mito da “democracia racial” suscitou uma gama de convicções etnocêntricas, tais como a perpetuação da ideia de que o negro não sofria discriminação e preconceito na sociedade brasileira, a noção de que a índole do povo brasileiro era contrária à qualquer forma de distinções racial e a de que o negro estava satisfeito com sua condição de vida e a legitimação da ideia de que a miséria, a prostituição e as outras formas de violência existentes no meio negro seriam transitórias e sumiriam gradativamente com as mudanças que se instituíam na sociedade contemporânea (FERNANDES, 2008).

A partir da década de 1940, o uso de termo “democracia racial” passa a se tornar corrente nos movimentos negros. Exemplo desse fato é o jornal “Quilombo”, dirigido pelo intelectual Abdias do Nascimento entre os anos de 1948 e 1950. Uma das suas colunas mais significativas recebia o nome de “Democracia racial”. Os escritores dessa coluna eram intelectuais considerados antirracistas como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Roger Bastide e Murilo Mendes (GUIMARÃES, 2012).

Embora tenha sido desenvolvida por intelectuais brancos como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, tal perspectiva rapidamente ganhou a adesão de intelectuais negros. Entretanto, estes modificaram o sentido que Freyre havia atribuído ao conceito. Para o estudioso, a mestiçagem biológica e cultural havia criado uma matriz cultural híbrida, que, por sua vez, diluiu as diferenças, fossem elas pertencentes ao campo social ou ao político e/ou cultural. Os intelectuais negros que aderiram a essa ideologia o fizeram no sentido de transformá-la em um ideal de igualdade política e cultural entre pessoas de diferentes cores. Desse modo, quebraria o predomínio de valores culturais e estéticos instituídos pelo branco (GUIMARÃES, 2012).

Conforme Guimarães (2012), no ano de 1945, com o processo de democratização do País, surgiram novas organizações negras, que se tornaram mais institucionalizadas e

passaram a influenciar com maior força campos culturais e políticos da sociedade brasileira. Nesse período, o maior expoente dessas organizações foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 por Abdias do Nascimento.

A partir da década de 1940, surgiu em parte significativa dos movimentos negros uma crescente preocupação com a identidade do negro e os seus aspectos culturais. Essa tendência destacou-se na ação desenvolvida pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), que tinha como objetivo resgatar os valores do negro e da cultura negro-africana, que, desde os tempos da Colônia, haviam sido negados em detrimento dos valores pseudocientíficos que atribuíam inferioridade à raça negra (NASCIMENTO, 2004).

Conforme Nascimento, o Teatro visava transformar a interação social entre negros e brancos. Para tanto, agiu em duas frentes: promovia a denúncia dos equivocados estudos afro-brasileiros desenvolvidos até então – que consideravam a existência de um harmonioso convívio entre as raças na sociedade brasileira – e fazia com que o negro tomasse consciência da situação de discriminação e desigualdade que se encontrava na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2004).

Na década de 1950, Guerreiro Ramos colocou em discussão uma nova perspectiva política ao afirmar que o povo brasileiro não era apenas mestiço, mas negro. Não no sentido fenótipo da raça, mas no sentido cultural. Com isso, nasce uma longa tradição do pensamento social brasileiro negro. Essa corrente tem como principais características: denunciar o isolamento moral e social pelo qual o negro fora relegado na sociedade brasileira; apresentar os africanos como os verdadeiros colonizadores do Brasil; instituir a noção de que o País é um produto do trabalho dos escravos; compreender que a cultura e os costumes dos africanos também constituíam a base da cultura popular brasileira (GUIMARÃES, 2012).

No início da década de 1950, a “democracia racial” popularizou-se na literatura acadêmica por meio de uma série de estudos patrocinados pelo UNESCO sobre as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Essas investigações buscavam verificar como constituía-se a harmoniosa convivência entre negros e brancos no País. O antropólogo Wagley chegou à constatação de que, em todo o território nacional, o preconceito racial, ao contrário do que ocorria em outros Países, era insignificante (GUIMARÃES, 2004). Entretanto, como já salientado por Bastide e Fernandes, a “democracia racial” a que se referia esse estudioso não era real, mas um modo de mascaramento da discriminação racial existente no País.

A partir da atuação dos movimentos negros, o pensamento das classes dominantes começou a ser contestado. O mito da “democracia racial” que, de acordo com Fernandes,

funcionava como um mecanismo de manutenção do *status quo*, passou a ser criticado com o aparecimento de uma classe negra politizada. A partir de 1964, com o fim do governo democrático, o ideal da “democracia racial” passou a ser denunciado como mera ideologia. Foi nesse período que Florestan Fernandes a caracterizou como mito e, em discussões subsequentes, Abdias do Nascimento a denominou de logro. No entanto, mesmo após as discussões que a caracterizavam como uma falácia, muitos grupos sociais ainda continuavam a acreditar nessa perspectiva (GUIMARÃES, 2012).

No período correspondente à ditadura militar, de 1964 a 1985, ocorreu uma brusca queda em relação aos movimentos sociais como um todo e, conseqüentemente, nos movimentos negros. Especialmente entre os anos de 1964 a 1977, caracterizado por grande repressão, muitas entidades foram desfeitas, principalmente as de caráter explicitamente político. Durante esse período, até mesmo as pesquisas acadêmicas sobre a questão racial no Brasil foram fortemente combatidas (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Apesar da forte repressão, em 1977 surgiu um movimento de efervescência política e os movimentos sociais iniciaram uma série de atos públicos contra as arbitrariedades do regime militar. Em 1978, várias entidades negras se rearticularam em âmbito nacional para a formação de uma frente de luta contra o racismo. Embora a opressão que caracterizou o período não permitisse a contestação do sistema socioracial existente, os militantes dessas entidades apegaram-se à questão cultural da identidade negra e da autoafirmação da cultura afro-brasileira (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

As articulações nacionais dos movimentos negros foram em grande medida incentivadas pela conjuntura internacional racial: ocorriam lutas dos afro-estadunidenses pelos direitos civis e, em vários Países africanos, lutas políticas por libertação. Os resultados dessas movimentações repercutiram positivamente no Brasil, de modo a revitalizar as lutas das organizações sociais negras.

Em 1978, várias entidades negras fundaram, assim, no estado de São Paulo, o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) que, em 1979, passou a receber o nome de Movimento Negro Unificado (MNU). Seu objetivo central era a luta contra o racismo e a discriminação social. Dessa maneira, nasceu, com o Movimento, uma nova militância antirracista que fortaleceu e contribuiu para a expansão da luta contra o racismo na sociedade brasileira. A partir desse período, os movimentos negros retornaram à cena pública, mas ainda sob a perseguição dos aparelhos do Estado imperantes durante o regime militar brasileiro (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Na década de 1970, surgiu um expressivo grupo de intelectuais negros. Esse segmento da intelectualidade, excluído dos círculos de educação superior, internalizou valores da cultura moderna e trabalhou no sentido de tornar a cultura de origem africana parte da cultura brasileira (GUIMARÃES, 2012).

No final da mesma década, a discussão sobre a história do negro no Brasil passou a ser incorporada nas discussões sobre educação. A sua recuperação passou a quebrar o enfoque que a história oficial conferiu ao negro, como um ser unicamente dócil e passivo, voltando-se a todo o movimento de resistência feito pela população negra. Continuou-se a valorizar a educação e as associações se mobilizavam para criar cursos, persistindo a ênfase na necessidade do negro se instruir e se educar (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Começou a se esboçar um processo de conscientização da identidade negra. Enquanto antes a sua afirmação fazia-se com base na valorização do negro, agora esse reconhecimento realizava-se, sobretudo, com base na importância de sua cultura por meio das raízes africanas. Depois de ter sido denunciada como mito por Florestan Fernandes, a “democracia racial” nos anos de 1980 passou a ser vista sob uma perspectiva racista, além de ser fortemente combatida pelos movimentos negros. É nessa década que se inicia uma nova fase dos movimentos negros no Brasil (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Com o período ditatorial, a atividade política foi duramente regulada, ocorrendo, com isso, um retrocesso das atividades intelectuais que processualmente se expandiam. O autoritarismo imposto pelo regime militar levou à degradação da dimensão do público, tanto na esfera estatal como na sociedade civil. Além da eliminação das instituições democráticas, eliminou-se a cultura cívica e a vida associativa (CARVALHO, 2007).

Nesse contexto, o campo intelectual brasileiro passou por profundas mudanças. Além do exílio, das prisões e das mortes de inúmeros ativistas políticos, ocorreram duas variáveis que precisam ser mencionadas: ampliação do acesso de jovens à Universidade, devido à reforma universitária dos anos de 1970, o que representou uma vitória das lutas estudantis de décadas anteriores e também uma estratégia política de atenuação do conflito entre as camadas médias da população e o regime militar. Isso porque as camadas médias despolitizadas interessavam-se pela ascensão social e, com isso, creditavam à educação um meio para isso. Além disso, expandiu-se o sistema universitário e o ensino de pós-graduação e pesquisa nas áreas de ciências exatas e as naturais, medida que, por outro lado, inibiu a força das ciências humanas no campo universitário. (GUIMARÃES, 2012).

Essas duas medidas ocasionaram transformações na relação entre sociedade e universidade. Implementou-se, com isso, uma política que favoreceu a institucionalização da ciência e a emergência de um mercado de trabalho e de bens científicos.

De modo que na nova relação entre Universidade e sociedade, a inscrição pública dos intelectuais não desaparecerá, mas tenderá a se constituir, cada vez mais, a partir de suas agendas especializadas de pesquisa, de suas identificações com áreas temáticas afinadas a interesses de grupos sociais a que muitas vezes pertencem, agregando-se a isso o estabelecimento de nexos com as instâncias de publicização dos artefatos materiais e simbólicos produzidos na academia, tais como a mídia, agências do Estado ou partidos políticos (CARVALHO, 2007, p.26).

Na década de 1990, a universidade deixou de ser o único espaço oficial de instituição da vida intelectual, em diversas partes do mundo e também no Brasil, surgindo as Organizações Não Governamentais – ONGs. Com elas, a atuação dos intelectuais torna-se mais abrangente, pois diversos setores sociais alcançaram uma representação que não possuíam antes, conferindo, assim, maior democratização às discussões políticas. Conforme Carvalho (2007), o surgimento das ONGs expressa uma transformação profunda, vez que realizou o que a universidade sozinha não conseguiu: a interação efetiva com setores mais amplos da sociedade, colocando, na discussão política, problemas ainda invisíveis aos olhos da classe média alta que até então ocupava as academias.

A entrada das ONGs no cenário sociopolítico da década de 1990 promoveu o processo de ampliação da intelectualidade e dos campos de atuação de intelectuais, permitindo que segmentos ainda marginalizados da população brasileira, como os negros, pudessem construir espaços legítimos para a reflexão e para a luta pelos direitos dos negros ao exercício pleno da cidadania. Paralelamente ao surgimento das ONGs tem-se o crescimento e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Em sua atuação nas últimas décadas os movimentos sociais negros têm desenvolvido ações na direção da discriminação e da desigualdade, nos apontamentos das incoerências e inconsistências da democracia atualmente em vigor na nossa sociedade, assim como tem desenvolvido uma crescente capacidade de diálogo com a sociedade civil, com o Estado e com as instâncias globais de proteção dos direitos humanos (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

De acordo com Alberti e Pereira (2006), o que se observa nos mais diversos movimentos sociais, desde as primeiras iniciativas é a reivindicação por melhorias nas condições de vida da população negra. Essas reivindicações passaram a ser registradas de forma mais precisa na década de 1910 com o surgimento da imprensa negra paulista. As publicações possuíam forte caráter de denúncia à discriminação racial. Um dos primeiros

grupos de organização política de que se tem notícia é a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, na cidade de São Paulo. A FNB possuía núcleos em outros estados e, com isso, adquiriu força a ponto de se tornar partido político no ano de 1936.

Na década de 1940, ocorre a criação de diversas entidades negras, tais como a Orquestra Afro-Brasileira, criada por Abigail Moura; o Teatro Popular Brasileiro, por Solano Trindade; a União dos Homens de Cor, inicialmente instituída em Porto Alegre, mas com ramificações em dez estados da federação; o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, assim como o Comitê Democrático Afro-Brasileiro e a companhia afro-brasileira de dança Brasiliana. Abdias do Nascimento, o principal expoente desses intelectuais, foi também o responsável pela criação da I e II Convenção Nacional do Negro e do Congresso do Negro Brasileiro (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Todas essas iniciativas, embora apresentassem intenções específicas, tinham por objetivo central denunciar o racismo sofrido pelo negro na sociedade brasileira, desenvolver a consciência negra e lutar por melhorias na condição de vida desse segmento da população. Na década de 1960, com o golpe militar, esses movimentos passaram por um processo de desmobilização devido à forte repressão que conduziu ao desaparecimento dessas atividades.

Na década de 1970 surgem novas entidades em um processo que passou a ser denominado de “Movimento Negro Contemporâneo”. O Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, e o processo de democratização ocorrido na década de 1980 revigoraram o protesto negro. Durante esse período, ocorreu o aumento do debate sobre a discriminação racial na sociedade brasileira, assim como a institucionalização de órgãos públicos a favor da causa negra.

Todo esse movimento de militâncias e institucionalizações, além de conferir mais força e dinâmica à atuação dos intelectuais negros, possibilitou um aumento significativo na quantidade de intelectuais negros. O objetivo central desses movimentos era fazer a denúncia do mito da “democracia racial” existente na sociedade brasileira que impedia os negros de conhecerem sua real condição na sociedade brasileira e de lutarem pela igualdade no exercício da cidadania (ALBERTI e PEREIRA, 2006).

Conforme descrito acima, a partir da década de 1990, surge o movimento das ONGs que representam um novo segmento de atuação das mobilizações. Configuram a ampliação do espaço de discussão e representação da luta negra.

Foi com o Movimento Negro Unificado (MNU) que surgiram os primeiros pedidos por políticas de ações afirmativas no campo educacional para a população negra. Eles eram

acompanhados por pautas que também propunham medidas universalistas, que surgiram no cenário de democratização política, período correspondente a um crescimento significativo das mobilizações políticas de vários segmentos e, conseqüentemente, das entidades afro-brasileiras. Durante o regime militar, a forte repressão fez com que os movimentos sociais abandonassem o caráter político em detrimento de uma perspectiva mais cultural (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

O Movimento Negro foi fundado em 1978, sendo suas maiores inspirações o protesto negro desencadeado nos Estados Unidos e os movimentos de libertação dos Países africanos. Nos Estados Unidos, ocorriam as lutas pelos direitos civis dos negros, que tinham como líder Martin Luther King e as organizações marxistas negras, como o grupo Panteras Negras. Em relação aos Países africanos, pelo fato de falarem a língua portuguesa, tais como Guiné Bissau, Moçambique e Angola, propiciou-se a troca de experiências e influências. (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

Internamente, foram as organizações marxistas que desencadearam a organização do MNU, que se tornou referência na formação de várias lideranças do movimento negro nacional. A sua força estava na vontade de seus líderes e no desenvolvimento de uma proposta de unificação da luta de todos os movimentos antirracistas do País. O cunho marxista que fundamentava o movimento tinha por discurso a contestação da ordem capitalista, assim como da combinação da luta do negro com a dos demais grupos oprimidos da sociedade. Como uma medida em direção à unificação, o movimento retirou do termo negro a sua conotação pejorativa para associá-lo a todos os cidadãos brasileiros descendentes de africanos. (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

A década de 1980 foi muito importante para tais organizações. Muitos estados da federação, além de reorganizarem instituições públicas em função do protesto negro, criaram muitas outras a favor da causa. A criação e o fortalecimento desses movimentos representavam, na prática, o reconhecimento por parte da sociedade da discriminação contra os negros. Essas instituições não tinham o poder de executar medidas diretas de combate ao racismo, uma vez que não tinham orçamento próprio e outros elementos necessários para que pudessem atuar de forma mais concreta. Contudo, cumpriam o primeiro passo da luta contra o racismo, dando legitimidade ao reconhecimento da causa, pois a existência delas era uma forma de reconhecimento da discriminação (SANTOS, 2007).

Embora na década de 1980 tivesse ocorrido o reconhecimento da causa negra como nunca antes havia se concretizado, ele não garantiu que a questão racial entrasse para a

agenda política do País. O discurso oficial do Estado, da elite dirigente e da maioria das organizações da sociedade civil continuava centrado na negação da existência da discriminação na sociedade brasileira, prevalecendo ainda como realidade a ideologia da democracia racial.

No ano de 1882, o histórico militante e intelectual da causa negra Abdias do Nascimento foi eleito como suplente a deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro. No Congresso Nacional, Nascimento não foi o primeiro deputado negro, mas o primeiro militante e intelectual orgânico dos movimentos negros brasileiros que defendeu única e exclusivamente os interesses da causa negra. Em sua postura profissional, foi contrário às ações e ao pensamento conservador que ainda reinava no Congresso Nacional, no qual o tema das relações raciais era praticamente inexistente (SANTOS, 2007).

O ano de 1988 foi significativo para a luta negra, devido a dois acontecimentos: o centenário da abolição e a promulgação da nova Constituição Federal. No centenário da abolição, o governo brasileiro intentava realizar uma comemoração nacional que tinha como plano central a existência da democracia racial brasileira. Os movimentos sociais negros aproveitaram a oportunidade para descaracterizar por completo essa ideologia.

Para a promulgação da Constituição, no ano de 1987 foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte, a qual recebeu a proposta de vários segmentos populares organizados e de parlamentares favoráveis a causa negra, tendo o Movimento Negro participado ativamente desse processo. Em 1986 foi realizada a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, na qual representantes de 63 entidades dos movimentos negros estabeleceram reivindicações comuns que deveriam ser atendidas pela constituinte, tais como a garantia de direitos individuais, condições de educação, saúde, trabalho, cultura etc. (SANTOS, 2007). Apesar de toda essa movimentação, apenas na década seguinte o movimento conquistou passos mais significativos.

Foi somente na década de 1990, com o fortalecimento dos ataques do Movimento Negro que a “democracia racial” passou a ser reduzida a uma ideologia dominante de segmentos da classe branca opressora. Conforme Guimarães (2006), alguns antropólogos entraram nessa discussão e reforçaram a ideia de que o mito, antes de ser uma falsa consciência, é um conjunto de valores, e que, por isso, tem efeitos concretos nas práticas cotidianas sociais. Nesse sentido, a “democracia racial” não pode ser considerada como algo abstrato, sendo um ideário importante para reduzir os preconceitos.

Nesse período, o movimento passou a adotar uma agenda radical em defesa dos direitos dos negros e de denuncia a respeito da situação em que se encontravam segmentos negros. Também é nesse período que é criado um grande número de ONGs e organizações populares que passaram a exercer atividades principalmente nos campos da cultura e da educação. Essa fase tem como característica a ruptura com os ideais da “democracia racial”. A perspectiva da igualdade que fundamentava até então os movimentos perdem força, abrindo espaço para o desenvolvimento da perspectiva da afirmação da desigualdade. Surge assim, com intensidade, dentro dos movimentos negros, as demandas por ações afirmativas (GUIMARÃES, 2012).

O primeiro registro encontrado sobre o que hoje denomina-se por ação afirmativa ocorreu em 1968. A discussão foi levantada por técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, favoráveis à criação de uma lei que tivesse por objetivo reduzir a discriminação racial no mercado de trabalho. Essa lei obrigaria às empresas ao estabelecimento de uma porcentagem de vagas para funcionários negros, mas ela não chegou a ser aprovada (MOEHLECKE, 2002).

A primeira lei de caráter de discriminação afirmativa foi elaborada em 1983 por Abdias do Nascimento que, nesse período, ocupava o cargo de deputado federal; entretanto, a lei não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Dentre os mecanismos de compensação a afro-brasileiros estabelecidos pela Lei nº 1.332, destacavam-se a reserva de 20% de vagas para mulheres e homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; o mesmo percentual para bolsas de estudos; o incentivo às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; o uso da imagem positiva da família afro-brasileira no sistema de ensino, assim como a introdução da história das civilizações africanas e a dos africanos na sociedade brasileira (MOEHLECKE, 2002).

Em 1988, em comemoração ao Centenário da Abolição, foi criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, que serviria de apoio à ascensão social da população negra. A Constituição Federal promulgada no mesmo ano instituiu medidas de discriminação afirmativa, tais como a reserva percentual de cargos e empregos públicos a portadores de deficiência, que conferiu legalidade às ações afirmativas, abrindo o campo para que outras pudessem ser instituídas posteriormente (MOEHLECKE, 2002).

No entanto, será somente na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que as questões afirmativas entram para a agenda do governo. Em 1995 foi instituída a primeira política de cotas decorrentes de reivindicações do movimento feminista:

a legislação eleitoral passou a estabelecer a cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos.

A maior pressão do poder público para a instituição de políticas afirmativas ocorreu com a “Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida”. Propostas de políticas públicas para a população negra foram reunidas no “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, apresentado pelo movimento negro ao governo federal, com sugestões para o estabelecimento de incentivos fiscais às empresas que adotassem programas de promoção da igualdade racial; a criação da Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, no Ministério do Trabalho, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e políticas de promoção da igualdade no trabalho; a regulamentação do artigo da Constituição Federal relacionado à proteção da mulher no mercado; a implementação da Convenção sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; a concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para acesso e conclusão dos ensinos fundamental e médio; o desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes e a universidade; medidas para assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantivessem relações econômicas e políticas (MOEHLECKE, 2002).

Em novembro do mesmo ano, esse documento foi entregue ao Presidente da República, que instituiu por decreto o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). O seu objetivo era desenvolver políticas de promoção da população negra nos campos da educação, emprego e saúde. O grupo realizou dois seminários para a discussão das ações afirmativas, nos quais foram elaboradas 46 propostas de ações. Entretanto, os recursos destinados a esse grupo não foram suficientes e suas atividades não foram adiante (MOEHLECKE, 2002).

Os movimentos sociais também fizeram uso de tratados estabelecidos internacionalmente para pressionar o poder público. A Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu o Decreto nº 62.150, que se refere à formulação de uma política nacional para a promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho. No ano de 1992, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), juntamente com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), frente ao descumprimento dessa convenção, enviou à OIT um documento em que denunciava o Estado brasileiro. Em 1995, o Estado admitiu a existência do problema e, como medida para tentar solucioná-lo, criou o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). Vinculado ao Ministério do Trabalho e formado por representantes do

Poder Executivo, entidades sindicais e patronais buscavam criar estratégias de ações afirmativas a serem destinadas a órgãos executores.

No ano de 1996 foi criada a Secretaria de Direitos Humanos com os objetivos de desenvolver ações afirmativas para o acesso de negros a cursos profissionalizantes e à universidade e o apoio a ações da iniciativa privada que realizassem discriminação positiva (MOEHLECKE, 2002).

No mesmo ano de sua criação, a Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça convocou um Seminário Internacional na Universidade de Brasília (UNB) para discutir a questão da discriminação racial na sociedade brasileira. Além da discussão sobre as diferenças de racismo em distintas sociedades, o evento debateu as possibilidades de implementação de ações afirmativas para negros. Presente no seminário, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, admitiu a existência da discriminação racial e comprometeu-se a instituir ações de reparação a este segmento da população brasileira (CARVALHO, 2007).

Na área educacional, ações voltadas ao acesso e à permanência das populações negras ao ensino superior ficaram restritas às ações da sociedade civil e dos movimentos sociais, tais como o movimento negro. Em relação ao poder público foram desenvolvidas ações pontuais em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais e ao Programa Nacional do Livro Didático e criado o Manual superando o racismo na escola (MOEHLECKE, 2002).

A partir dos anos 1990 várias propostas foram elaboradas, desde Emendas Constitucionais a projetos de lei, tais como a Emenda Constitucional do então deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP) em 1993; os projetos de Lei nº 13 e 14 da senadora Benedita da Silva (PT/RJ) em 1995; o projeto de Lei nº. 1.239, elaborado pelo deputado federal Paulo Paim (PT/RS), no mesmo ano; os projetos de Lei nº 4.567 e 4.568 desenvolvidos pelo deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) em 1998; e o projeto de Lei nº 298, do senador Antero Paes de Barros (PSDB) em 1999.

Um dos pontos comuns presentes em todos os projetos refere-se à importância atribuída à educação. Em todos eles, a área é vista como um instrumento de ascensão social. Além disso, a grande maioria apresenta dados estatísticos que apontam o insignificante acesso da população negra ao ensino superior. Até o final dos anos 1990 nenhum desses projetos tinha sido aprovado (MOEHLECKE, 2002).

Entre os anos de 2002 e 2011, cerca de 70% das universidades federais e estaduais adotaram alguma medida de ação afirmativa. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foram as primeiras instituições de ensino superior a adotar o sistema de reserva de vagas no ano de 2002, para o vestibular de 2003, para estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino. No ano seguinte instituíram uma reserva de 45% das vagas, 20% delas para estudantes proveniente da rede pública de ensino, 20% para candidatos negros e 5% para pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas.

Também em 2002 a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) passou a adotar o sistema de cotas para ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação. No ano de 2003, a Universidade de Brasília (UNB) tornou-se a primeira instituição federal de ensino superior a adotar o sistema de cotas para negros. Posteriormente, foi a vez da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (CARVALHO, 2002).

Ainda em 2002, o Ministério de Desenvolvimento Agrário criou uma portaria que instituiu uma cota de 20% para negros no próprio órgão, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nas empresas terceirizadas vinculadas a essas instituições. No mesmo ano, o Ministério da Justiça instituiu a portaria para a contratação de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiências físicas para os cargos de assessoramento, medida que se estendeu a empresas de prestação de serviços ao órgão federal. Ainda no mesmo ano, o Ministério de Relações Exteriores estabeleceu 20 bolsas de estudo federais a afrodescendentes interessados em prestar o concurso de admissão ao Instituto Rio Branco (CARVALHO, 2007. p. 05).

Em 2003 iniciou-se o mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Devido a pressões por parte dos Movimentos Sociais Negros uma série de medidas de cunho afirmativo passaram a ser implementadas. Foi criada a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), por meio da Lei nº 10.678. A SEPPIR buscava a integração de projetos e ações em todos os setores do governo.

Já dentre os objetivos do CNPIR, destacam-se formação de comissões para a discussão das políticas de atendimento a grupos discriminados implementadas pelo governo; elaboração de propostas de políticas de promoção da igualdade racial a todos os segmentos étnicos afetados pela discriminação, com ênfase na população negra; combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial através de ações para reduzir as desigualdades raciais nos campos financeiro, social, político e cultural (SANTOS, 2007).

A partir de então tem-se a abertura das reivindicações da luta histórica dos movimentos sociais negros. Nesse sentido, pode-se perceber que muito diferentemente do que se pode encontrar nos discursos dos intelectuais contrários a medida, a política de cotas é proveniente não da cúpula governamental, mas da atuação de vários movimentos sociais negros para que as suas demandas entrassem para a agenda pública, adquirissem visibilidade, e, conseqüentemente, efetivação.

Desse modo, mais do que um processo de desqualificação da democracia brasileira, por meio do ataque ao governo implementador de políticas sociais, ocorre, por parte do discurso desses intelectuais, a anulação do processo democrático que se estabelece no País, posto que a atuação dos movimentos sociais negros tonam-se invisíveis aos críticos da política, um ataque ainda mais violento que o anterior.

Para Vilas (2004), o que de fato denominavam de “populismo” nas décadas anteriores trata-se de um momento de desenvolvimento do capitalismo na América Latina com o predomínio de produção orientada ao consumo interno, industrialização por substituição de importação, mercados regulados, distribuição progressiva de empregos, juntamente com medidas sociais que diminuíram as desigualdades sociais e que contribuíram em grande medida para o desenvolvimento do próprio capitalismo.

Essa reorganização econômica que não surgiu ao acaso, mas sim propiciada por decisões adotadas por atores políticos em específico, possibilitou o crescimento da produção nacional desses Países, e, conseqüentemente, o aumento do emprego e do consumo, melhorando, desse modo a condição de vida material das classes populares. Essas mudanças implicaram em movimentos na estrutura social. (VILAS, 2004).

Como vimos, a emergência dos setores industriais e a integração progressiva da classe trabalhadora acelerou a crise que findou com a ordem oligárquica. Essas transformações impactaram as relações de poder, prestígios foram dissolvidos, as relações sociais marcadas por forte estratificação abriram espaços a processos de popularização. Enfraquecia-se a oligarquia e fortalecia-se a classe trabalhadora.

Percebemos então que a condição dada no contexto de 1940 de quebra de prestígios e de ampliação do processo democrático às camadas populares, acontece no contexto dos anos 2000, quando a perspectiva “populista” novamente passa a ser empregada de forma explícita pela grande imprensa, mas velada no discurso do meio acadêmico. Novamente a democracia do País se abre a novas vozes e direitos passam a ser estendidos a novos atores sociais.

O que mais uma vez evidencia que, por traz da perspectiva “populista” há um conflito de classes. Quando as classes médias e altas se sentem ameaçadas em relação à manutenção de seus privilégios materiais e simbólicos, surge o ataque desqualificador do que os incomoda. Desse modo, podemos afirmar que a perspectiva “populista” encobre a existência de complexos processos sociais, assim como o modo pelo qual os sujeitos que a empregam enxergam esses processos.

A partir dessas constatações confirmamos a nossa hipótese, a de que os intelectuais críticos a política de cotas raciais fazem uso da perspectiva “populista”, mas com o ocultamento do termo de seus discursos. Frente a isso, temos uma nova indagação, quais fatores poderiam ter desencadeado esse ocultamento?

Obviamente não podemos compreendê-lo como um ato intencional, uma espécie de acordo explícito desse segmento de intelectuais a respeito do que pode ou não pode ser dito por eles. São fatores implícitos, tácitos e coercitivos que se tornaram predominantes nesse processo. E que por serem velados é que se tornaram ainda mais determinantes. É a teoria de Pierre Bourdieu quem nos oferece uma perspectiva plausível para a compreensão desses aspectos. É o que veremos no próximo capítulo.

5. UM CONCEITO EM UM CAMPO DE FORÇAS

No capítulo anterior confirmamos a nossa hipótese, a de que ocorreu uma espécie de ocultamento do termo “populismo” no discurso dos intelectuais contrários à política de cotas raciais, que, embora façam uso da lógica “populista”, não explicitam o termo em seus argumentos. Frente a isso, neste capítulo, buscamos desenvolver alguns pontos de discussão sobre possíveis fatores que implicaram no ocultamento do termo “populismo” no discurso desses intelectuais.

Para tanto, faremos uso da teoria de Pierre Bourdieu, pois consideramos que sua perspectiva de luta de forças nos campos nos permite olhar com mais nitidez sobre o problema em questão.

Como lembra Bourdieu (2004), a escola neo-kantiana apresenta-nos os sistemas simbólicos, tais como a arte, a religião, a ciência e a linguagem como instrumentos ao mesmo tempo de percepção e de construção do mundo social. Perspectiva que vai além com Durkheim, ao mostrar-nos que as formas de classificação do mundo não são universais e transcendentais, mas sim provenientes de construções sociais. O ato de conhecer (dimensão estruturante) o mundo tornar-se um ato de conceber (dimensão estruturada) o mundo. O senso e o consenso somam-se e completam-se na construção do mundo social. (BOURDIEU, 2015).

Nessa perspectiva, as formas de conhecimento do mundo social, ou seja, seus esquemas de classificação são historicamente dados. Não há no mundo um sistema de formas e categorias universais, mas sim uma atividade estruturante, um sistema de esquemas criados pelo homem e incorporados por ele. Esquemas esses que são construídos ao longo da história coletiva e adquiridos pelos indivíduos no decorrer de suas vidas.

Todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou as ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. (BOURDIEU, 2007a, p.435).

Temos então uma condição não apenas de percepção e de produção do mundo social, mas também de reprodução desse mundo. Pois se a percepção e a constituição do mundo social são provenientes das condições de existência dos grupos sociais, as classes desenvolvem um papel determinante desse processo. Isso porque se envolvem em uma luta

simbólica constante para imporem a visão de mundo conforme os seus interesses, ou mais precisamente, para imporem a sua visão de mundo.

Como vimos no capítulo anterior, por traz do discurso contrário às cotas raciais há uma crítica de classe ao ordenamento do mundo social. Essa crítica se fundamenta em uma dualidade entre lógicas de ordenamento do mundo. Uma em que os acontecimento no espaço social se constituem de forma coerente porque seguem leis universais e/ou transcendentais, outra desordenada, em que acontecimentos passam a ser impostos, alterando o curso normal das coisas.

Os argumentadores resgatam duas representações sociais. Uma em defesa de uma sociedade que possa preservar a sua existência e a sua identidade cultural. Outra de uma sociedade ferida devido à imposição de medidas arbitrárias, coercitivas e autoritárias por parte do governo. Enfim, palavras e frases que encobrem a real essência do argumento, um anseio conservador pela preservação dos status sociais de classe.

Por meio das construções dos argumentos percebemos o quanto a lógica “populista” está presente na crítica às cotas raciais. Ao atacar a política de cotas atribuindo-lhe a lógica do desordenamento social, os intelectuais contrários à medida buscam se colocar à frente no espaço público por meio de uma imposição de sentidos e de formas de classificação do mundo. Produção e imposição simbólica características das formas de dominação social. (BOURDIEU, 2004).

No que tange ao ponto central, ou seja, o ocultamento do termo “populismo” dos argumentos, embora sua lógica estivesse presente, nos ateremos às formas de censura impostas pelos campos político e linguístico em específico. Não é preciso dizer que as questões relativas à censura não se esgotam apenas nesses dois campos, mas nos deteremos apenas a eles com o intuito de tornar mais nítida as nossas observações.

5.1. A censura do “campo político”

Contrariamente ao que a academia defendeu nas últimas décadas, para nós, o termo “populismo” não se tornou inexistente ou inexpressivo. Ao contrário, o seu uso ainda permanece e suscita aspectos extremamente significativos e simbólicos do “campo político” brasileiro.

Fundamentados na perspectiva bourdieusiana compreendemos “campo político”, como uma dimensão onde se desencadeiam constantes conflitos para a conservação ou para a transformação das relações de força que formam o próprio “campo”.

Em relação a esse aspecto é imprescindível considerar que as forças em constante conflito nunca se efetivam de modo pareado, ao contrário, há sempre, entre os conflitantes, enormes disparidades de poder. Compreendendo-se o poder como posse, domínio, aquisição dos bens materiais e imateriais – “capital” – oferecidos pelos campos de força, como também aptidões, inclinações e capacidades adquiridas pelos agentes – “*habitus*” – tendo em vista a sua posição em meio a esses campos.

A vida política, para Bourdieu (2004), é concebida por uma relação marcadamente dual de oferta e procura, entre sujeitos politicamente produtores e sujeitos politicamente receptores. O que desencadeia uma relação desigual na medida em que há a concentração dos instrumentos de produção. Lógica que faz com que o campo político possa ser descrito por meio da dialética do mercado.

Nessa perspectiva, qualquer forma de acontecimento político, sejam problemas, programas, fatos, análises, conceitos e tudo o mais que houver, são produtos do “campo político”. E, visto que o “campo” se desenvolve em uma dinâmica desigual, devido aos conflitos de forças e à concentração dos instrumentos de produção, para compreendermos a sua produção, no caso o uso do conceito “populismo”, temos, então, que considerar a dinâmica conflituosa desencadeada nesse “campo”.

Sabemos que essa dimensão conflituosa, é extremamente vasta e altamente complexa e que compreendê-la exigiria-nos esforços muito maiores. Sendo assim, nos deteremos apenas em alguns aspectos dessa dimensão, em especial, a censura exercida por ela, que poderiam, por hora, ser problematizados para suscitar possíveis reflexões.

O primeiro aspecto a ser considerado em relação à dinâmica conflituosa do “campo político” é o fato de sua produção estar concentrada nas mãos de poucos, ou seja, o fato dos instrumentos e dos mecanismos de produção serem operacionalizados apenas por determinados segmentos sociais, ocasionando um monopólio da produção.

O segundo aspecto, e não menos importante que o primeiro, é a percepção de que os produtos oferecidos pelo “campo político” são considerados meios de percepção do mundo social. Ou, nas palavras do autor, “se assim se quiser, princípios de di-visão do mundo” (BOURDIEU, 2004, p.165).

Para Bourdieu (2007), a produção que ocorre no “campo político” é monopolizada pelos agentes politicamente ativos, enquanto os agentes politicamente passivos, os desapossados econômico e culturalmente, cidadãos comuns, são, nele, reduzidos à condição de consumidores. A proximidade desses com o círculo de produção é proporcional as escolhas bem ou mal sucedidas acerca dos produtos. Em outro termos, quanto mais afastados do círculo de produção, menos conhecerão a lógica produtiva e mais chances terão de incorrer em escolhas mal entendidas dentre as produções desse mercado.

Interessantemente o autor confere a dinâmica do campo político uma característica quase que esotérica, isso porque os problemas gerados nesse campo são estranhos e/ou inacessíveis ao senso comum. Seus conceitos e discursos são distantes da experiência do cidadão comum, “com sutilezas que passam despercebidas aos olhos dos não-iniciados”. (BOURDIEU, 2007, p.178).

Temos, então, devido ao monopólio da produção política, que a opinião em uma dada população dependerá das percepções disponíveis a ela e do acesso que os diferentes grupos ou agentes terão a essas percepções. Dinâmica que nos mostra claramente como o “campo político” exerce um efeito de censura, posto que limita o universo de produção e de circulação das percepções acerca do mundo social.

Isso ocorre, por um lado, porque as percepções politicamente atuantes são produtos das regras do “campo político”, que, por sua vez, estão vinculadas a um monopólio de profissionais. Visto que a participação ativa na vida política exige uma competência social e técnica propiciada por determinadas condições sociais de existência. Por outro, estão os consumidores, tanto mais condenados a essas percepções quanto mais forem desprovidos de “capitais” e quanto mais estiverem distanciados dos instrumentos próprios de produção dessas percepções. (BOURDIEU, 2007).

Essa dinâmica gera um elemento decisivo, o efeito de “censura do campo político”, pois limita o universo do discurso político ao capital de alguns produtores. Desse modo, o universo daquilo que é pensável politicamente torna-se restrito de acordo com os interesses da classe que detém o monopólio de sua produção. Assim, é gerado um constrangimento que incidirá na escolha dos consumidores desprovidos de competência social e dos instrumentos para a produção dos discursos ou demais produtos políticos. O que caracteriza o “campo político” como um dos menos livres de amarras sociais.

Podemos perceber então, o quanto a percepção do mundo social é fruto de uma relação desigual em que uns detém o monopólio da produção e da circulação dos produtos, enquanto

outros tornam-se meros consumidores. Entretanto, isso não impede que ocorram lutas pela conquista do poder de elaborar a representação legítima do mundo social. Essas lutas existem e se processam por todo espaço social. A própria configuração desse espaço permite que essas lutas se desenvolvam nas mais variadas direções.

Como bem ressalta Bourdieu (1989), o fundamento dessas lutas não está nos antagonismos dos envolvidos, mas nas homologias entre os campos. As homologias engendram uma perpetuação das posições dos agentes, de modo que um ocupante de posição dominante no campo econômico, tenda a ser, comumente, dominante no campo político, por exemplo. Isso porque ocorre uma permuta entre os capitais. Assim, o acúmulo de capital em um dado campo pode servir de moeda de troca para a aquisição de outros capitais nos demais campos.

Embora essas lutas se processem por todo o espaço social, oficialmente, a tarefa de elaboração e de representações é desenvolvida por agentes específicos ou, nos termos de Bourdieu (2007), por profissionais, tais como, jornalistas, políticos e intelectuais, tratando-se do “campo político”. Uma das características centrais que distingue o “campo político” dos demais campos é a força da mobilização desenvolvida por esses profissionais. Em política a força das ideias não se mede pela verdade, mas pela capacidade de mobilização contida nelas. Isso significa que percepções, expressões, promessas, programas não são verificáveis ou falsificáveis, mas sim que possuem a capacidade de se tornarem historicamente verdadeiras dependendo das habilidades de quem as professam.

Essa luta, encontra, como vimos, suas condições sociais de existência no monopólio da utilização dos instrumentos de produção, ou seja, “capital político” objetivado. Que por sua vez gera um monopólio da elaboração e da divulgação do princípio da “di-visão” legítima do mundo social, e, conseqüentemente, da mobilização dos grupos representados, como também dos não representados.

Esse controle da produção do mundo social é um aspecto que consideramos pertinente para compreender o modo de produção e de recepção de um discurso. A população, de modo geral, possui uma opinião política restrita uma vez que é submetida a perspectivas políticas monopolizadas por determinados segmentos sociais. Essas perspectivas representam os interesses de seus produtores, assim como do grupo o qual representam, formando uma relação de simbiose, na medida em os produtores oferecem um discurso ordenador para esse segmento que representam, que, por sua vez, oferecem aos produtores a identidade por meio da autoridade de falarem em seu nome.

Temos, então que a censura desse “campo”, devido ao monopólio dos profissionais que constroem e limitam o que é dito e a forma como é dito de acordo com seus interesses, gera uma restrição de perspectivas, assim como a submissão dos fatos aos valores de determinado segmento social.

Nesse sentido, o que está em jogo no “campo político” são as categorias que tornam possível o mundo social. Para tanto, é desencadeada uma luta simbólica, ao mesmo tempo teoria e prática pela posse do poder de conservar ou de transformar o mundo social por meio da conservação ou da transformação das categorias utilizadas para a percepção do mundo social. (BOURDIEU, 1989).

Essa luta simbólica pela produção do senso comum visa à posse do monopólio da nomeação, pois é por meio do monopólio da nomeação que se impõe a visão legítima, oficial. Para tanto, os agentes investem todo o seu capital adquirido nas lutas anteriores que são potencializados por meio das homologias entre os campos. Nessa lógica, quanto mais autorizado for o agente, mais facilmente conseguirá creditar a sua nomeação.

Desse modo, no “campo político” predomina o imperativo “dizer é fazer”, “fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer e reconhecer os princípios de di-visão do mundo social...” (BOURDIEU, 2004, p.185). Assim, o portador dita a verdade, do passado, do presente e do futuro, posto que suas ideias suscitam a realidade, assim como as ações e percepções sobre essa realidade.

O ato de dizer torna-se um ato de fazer, de professar palavras que produzem uma dada ordem social, e, com isso, de impor princípios de percepção do mundo social. Mas, como vimos, não é qualquer sujeito que detém o poder de professar, de fazer com que os outros creem em sua veracidade. Esse poder é destinado apenas àqueles que são revestidos de autoridade.

Como mostrou-nos o primeiro capítulo, o emprego do termo “populismo” surgiu da iniciativa de intelectuais, professores e pesquisadores que tem nas figuras de Gino Germani e Torcuato S. di Tella os seus maiores expoentes. Esses intelectuais visavam compreender as transformações pelas quais passavam os seus Países – latino americanos – tendo em vista o processo de industrialização que os condiziam do modelo social tradicional/rural para o modelo moderno/urbanizado.

O fato de serem profissionais das áreas de pesquisa e docência os investiu de autoridade, e, conseqüentemente, confiabilidade perante os demais segmentos sociais. Assim, as suas análises e suas interpretações acerca do momento socio-histórico em que se

debruçavam, tornavam-se facilmente aceitas, alcançando enorme força em uma geração subsequente de intelectuais, que por sua vez, também carregavam as mesmas características dignas de legitimidade social.

Cabe ressaltar aqui uma questão imprescindível dessa perspectiva, o “capital político” como uma forma de “capital simbólico”. Isso porque se fundamenta em operações de crédito em que agentes confiam poderes a pessoas determinadas. E que, estas, por sua vez, devem suas identidades ao grupo que deposita nelas essa autoridade. Em outros termos, o homem político é revestido de autoridade e retira a sua autoridade da confiança que um dado grupo deposita nele.

Desse modo, como intelectuais possuem uma competência atribuída e reconhecida socialmente, a capacidade para dizer sobre o mundo social. São legitimados social e institucionalmente devido à formação e ao cargo profissional ocupado por eles, a dar opiniões sobre o mundo social, elaborá-las e até mesmo a modificar o curso das mesmas (BOURDIEU, 2007a).

O peso acadêmico implica em força considerável nesse processo. Ele confere competência técnica, confere supostamente acúmulo de “capital cultural”, e não só, econômico e social também, uma vez que se interrelacionam. Esse depósito de competência a determinado grupo contribui para a formação dos possuídos e dos despossuídos de competência para pronunciar sobre o mundo social, e, conseqüentemente, contribuiu para reproduzir as divisões entre esses dois segmentos. Processo que, por sua vez, mantém o monopólio do “campo político”.

Assim, constitui-se um princípio de seleção entre os aptos e os não aptos intelectualmente, gerando conseqüentemente a divisão do trabalho político. Isso faz com que os professores universitários ocupem posição de destaque na produção das percepções do mundo social. “Habitus” e capitais acumulados por eles se convertem em sinais de distinção. Dotados de autoridade, criam uma espécie de alquimia, para usar um emprego bourdieusiano, que transforma o particular em universal, de modo que uma constatação pessoal transforme-se em preceito, norma, em um princípio social.

E esse reconhecimento só funciona enquanto estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente linguística do discurso. Para que a linguagem do filósofo seja recebida tal qual ele reivindica é preciso que sejam dadas as condições sociais que fazem com que ele possa obter uma importância tal, como a de filósofo, por exemplo. (BOURDIEU, 2008).

Essas relações geram não apenas o peso dos atores como também o lucro da produção.

Esta produção de instrumentos de produção tais como as figuras de linguagem e de pensamento, os gêneros, as maneiras ou os estilos legítimos e, de modo geral, todos os discursos destinados. A se tornarem "autoridade", fontes de "referência obrigatória", e a serem citados como exemplos de "uso correto", confere àquele que a exerce um poder sobre a língua e, por essa via, sobre os simples usuários da língua bem como sobre seu capital. (BOURDIEU, 2008, p. 45).

Essa lógica cria o locutor autorizado, como vimos na seção anterior, que, por sua vez, desenvolve o discurso de autoridade. A especificidade desse discurso reside no fato de que não basta que ele seja compreendido, é preciso que ele seja reconhecido e aceito enquanto tal.

O locutor autorizado é capaz de produzir o “enunciado performativo”. Este possui a capacidade de estabelecer ordenamentos sociais, é um poder mais ou menos sancionado socialmente, quase mágico, que tem a capacidade de agir sobre o mundo social por meio da palavra.

O homem político deve a sua autoridade ao “campo político”, à força de mobilização que ele detém, quer a título pessoal quer por meio de delegação. O “capital pessoal” deve-se a um certo número de qualificações de uma dada pessoa, ou seja, a capacidade que ele teve de reconversão de um capital de notoriedade acumulada em outros domínios. Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa que o porta, o capital delegado é produto da transferência de um capital detido e controlado por uma dada instituição, o que acontece no caso dos professores universitários e jornalistas da grande mídia.

A autoridade por delegação representa os profissionais em foco no nosso estudo. É o poder confiado a alguém por uma dada instituição. Padres e professores são um bom exemplo da autoridade delegada, visto que suas imagens são investidas de uma instituição religiosa ou universitária.

Os “atos de instituição”, ou seja, os enunciados que contribuem para a percepção e para a própria estruturação do mundo social só existem quando vinculados a uma instituição. São as instituições que definem as condições a serem cumpridas para que a magia das palavras possa operar. “Aquele que pretende se sair *bem* no batismo de um navio ou de uma pessoa deve estar *habilitado* a fazê-lo, da mesma maneira que, para dar ordens, é preciso ter uma autoridade reconhecida sobre o destinatário da ordem.” (BOURDIEU, 2008, p. 60). Em outros termos, é preciso ser autorizado pelas instituições e essa autorização não está ao alcance de todos.

A aquisição do “capital delegado” obedece a uma lógica particular denominada por Bourdieu (2004) de “investidura”. Como o próprio termo sugere, ocorre nesse processo um investimento, geralmente de um profissional, nas instituições que consagram a sua profissão. Esse profissional dedica a instituição trabalho, tempo e dedicação. A instituição, por seu lado, consagra esse profissional, ou seja, ela investe naquele que nela investiu. Consagra-lhe bases de sua identidade profissional.

Embora se coloquem apenas como figuras neutras que visam simplesmente criticar determinadas formas de condução de questões sociais, tornam-se agentes que contribuem para a reprodução das relações sociais, pois são indivíduos dotados de interesses particulares e que possuem a capacidade de universalizar os seus interesses uma vez que se colocam como agentes universais a serviço de bens e verdades públicas.

Desse modo, desencadeiam por meio de lutas e de estratégias simbólicas um processo de imposição da sua visão de mundo por meio da nomeação do mundo social em um processo em que é desencadeada uma luta simbólica pela produção e pela imposição do senso comum.

No que tange ao campo jornalístico, Bourdieu (1997) considera que a importância desse espaço reside em seu monopólio sobre os instrumentos de produção e difusão da informação. Somado a isso tem-se o fato da ampla difusão se exercer desde aos simples cidadãos até outros campos culturais como o científico, o artístico, enfim, ao espaço público de forma generalizada.

Isso faz com que mesmo que ocupem uma posição inferior no campo da produção cultural devido à lógica e as especificidades do campo jornalístico, eles possam exercer uma forma raríssima de dominação, ou seja, “poder sobre os meios de exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser reconhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que para centros políticos e certos intelectuais é um prêmio capital).” (BOURDIEU, 1997, p.64). Desviam parte desse poder de consagração em seu proveito. Com isso, conseguem impor a sociedade facilmente os seus princípios de visão do mundo.

“Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. (BOURDIEU, 1997, p.25). Ou seja, são levados pelas propensões inerentes à sua profissão, a lógica da profissão. Assim, eles operam a seleção e a construção do que é propriamente selecionado. E esse princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular, do polêmico, do vendável.

Para compreender a posição de um jornalista pode-se começar pelo entendimento dos órgãos nos quais ele trabalha. “Para tentar compreender o que pode fazer um jornalista, é

preciso ter no espírito uma série de parâmetros: de um lado a posição do órgão de imprensa no qual ele se encontra, em segundo lugar, a sua própria posição no espaço de seu jornal ou de sua emissora.” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Dentre os intelectuais de destaque considerados nos capítulos anteriores, Kamel é importante executivo do jornalismo da Rede Globo. Considerando-se que a televisão é um instrumento de comunicação muito pouco autônomo, voltadas aos interesses lucrativos do mercado e que em seu funcionamento, revolta, coage ou fascina, os que nela trabalham. O que por si só já é um agravante, soma-se ao fato dessa organização ser a Rede Globo de Comunicação, órgão de comunicação brasileiro certamente e historicamente duvidoso no que tange a ética, a integridade e ao compromisso social em todos os seus aspectos. Como ressalta Bourdieu (1997), o campo jornalístico, mais que qualquer outro depende das forças externas, submetido ao lucro financeiro, depende da demanda.

Não queremos com isso afirmar que a intenção de Kamel é o lucro do mercado, seja no direcionamento jornalístico das Organizações Globo ou nos artigos semanais de crítica às cotas raciais publicados no jornal da mesma rede ou mesmo na elaboração de seu livro, inspirado em grande medida nesses trabalhos. Obviamente que somado ao interesse vendável e lucrativo estão as suas convicções que somam-se as convicções da organização, não atoa o posto ocupado por ele. Pode-se dizer que desenvolveu-se aí uma relação simbiótica.

Conforme Bourdieu (2007), esta relação simbiótica é comum, isso porque a constituição da identidade desses profissionais advém da força que o grupo deposita nele, ao mesmo tempo em que sua produção contribui para reforçar a identidade desse mesmo grupo. Tornam-se assim porta-vozes, procuradores do grupo, a personificação da coletividade, desse modo, podem falar e agir em nome de seus representados. Condição que acontece com os intelectuais públicos de modo geral, não apenas a classe jornalística.

Os porta-vozes, na condição de representantes, apropriam-se não só da palavra do grupo, mas também de seu silêncio. Além do poder simbólico configurar-se em forma de crédito conferido de uma pessoa a outra, sua força também advém do fato de que todos creem em sua existência, ou seja, ele é fruto da crença, o que constitui uma espécie de magia.

E devido ao fato de seu capital específico depender da sua representação, ou seja, da opinião, da crença, do crédito, o homem político é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, aos escândalos, a tudo o que ameaça a confiança depositada nele. Nesse sentido, possui um capital volátil que só pode ser conservado mediante o trabalho constante,

necessário para acumular mais crédito, mas principalmente para evitar o oposto, o seu descrédito.

Esse processo desencadeia uma constante autocensura do que e como pode ser veiculado por ele. Essa autocensura é uma espécie de antecipação das formas pelas quais suas produções serão recebidas nos campos e depende do acúmulo de capital e de suas disposições incorporadas.

Nesse sentido, podemos considerar que a percepção do mundo social é fruto de uma luta política. Essa luta é ao mesmo tempo prática e teórica, pois visa conservar ou transformar o mundo social conservando ou transformado as categorias de percepção desse mundo. “Um trabalho de categorização que se dá por meio de explicitações e de classificações que ocorre sem interrupção a cada momento da existência, por meio de todas as formas do bem dizer, do mal dizer, elogios, cumprimentos ou insultos, cesuras, críticas, acusações.” (BOURDIEU, 2007 p.142).

Nesse sentido, mais do que pensar sobre a representação que os agentes possuem sobre o mundo social, é necessário verificar a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo. Um processo que se dá por meio do trabalho da representação que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo e a visão de sua posição nesse mundo.

Legitimados esses intelectuais tornaram-se porta-vozes, representante de um grupo, dotados de poder pleno de falar e agir em nome do grupo. O porta-voz transforma-se em uma persona fictícia que age pelo grupo por meio de si próprio. Confere assim, um corpo biológico a um corpo social constituído. Nesse sentido, “o poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão-somente "portador" dela.” (BOURDIEU, 2008, p. 88). O porta-voz autorizado age sobre o mundo social por meio de sua fala que concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é o representante, o defensor, o procurador.

Para tanto, não basta o reconhecimento dado ao enunciador, este precisa proferir um discurso que seja compatível com os anseios do grupo que representa. O grupo endereçado precisa atribuir ao discurso reconhecimento. Desse modo, precisam partilhar certas propriedades econômicas e culturais, sendo que a relação entre essas mesmas propriedades devem derivar de um determinado princípio de pertencimento.

Assim, toda linguagem proferida por um grupo torna-se uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela extrai sua legitimidade do mesmo grupo sobre a qual

exerce sua autoridade. Ao mesmo tempo contribui para a produção desse grupo, pois lhes fornece a expressão de suas percepções, expressões e experiências.

Os grupos, por sua vez, se inserem em uma luta pela imposição de princípios legítimos, instaurando assim uma espécie de “di-visão” do mundo social. Uma luta para a imposição de uma visão de mundo social por meio de princípios de “di-visão”. Os princípios de “di-visão” se impõem aos grupos, conferem-lhes sentido, unidade, e, conseqüentemente, identidade.

5.2. A censura do “campo linguístico”

As condições de produção e de recepção de um discurso são fundamentais para compreender o processo de ocultamento do termo “populismo”, pois mesmo que transpareça em um primeiro momento algo calculado racionalmente, algo quase que orquestrado, o ocultamento do termo foi uma prática muito distante de intencionalidades conscientes.

Portanto, partindo da relação de que o mundo social é constituído por nossas percepções, ao mesmo tempo em que nossas percepções são provenientes do mundo social, a linguagem encontra nesse processo lugar central, pois é por meio dela que não somente percebemos o mundo como também o classificamos, processo que ocorre por meio da nomeação.

É por meio da nomeação que construímos a estrutura do mundo e é também por meio dela que conseguimos desenvolver nossa percepção acerca dele. Para tanto, os agentes ambicionam, de acordo com os meios a eles disponíveis, o poder de nomear, e, conseqüentemente, de construir o mundo social de acordo com suas perspectivas de vida, por meio dessa nomeação. É nesse sentido que a linguagem estrutura a percepção que os agentes sociais têm do mundo social. (BOURDIEU, 2008).

Conforme Bourdieu (2008), esse processo ocorre até mesmo por meio de trocas linguísticas cotidianas como elogios e insultos, por exemplo. O pesquisador denomina essas pequenas trocas linguísticas de “moedas cotidianas” que se configuram em pequenas tentativas de constituição do mundo social.

Ocorre com isso, uma luta entre os vários locutores para impor a visão de mundo predominante. Nesse aspecto, torna-se vitorioso aquele que impor a sua visão de mundo como se estivesse impondo uma visão oficial, ou seja, aquela que possua a capacidade, pelo menos aparentemente, de se colocar para todos e em nome de todos. Para que consiga tal fato, esse

agente precisa do reconhecimento de um grupo. Será esse reconhecimento que garantirá a sua autoridade, para que então possa se impor, como vimos na seção anterior.

Nesse sentido, em Bourdieu (2008), a existência de um discurso está no fato dele ser socialmente aceitável, o que implica a condição de ser ouvido, creditado e de ser eficiente em um determinado estado das relações de produção e de circulação. Condição que implicou no modo como o “populismo” esteve presente nas críticas às cotas raciais, ou seja, nominalmente oculto.

Para Bourdieu (2008), um discurso estará sempre inserido em um mercado – “campo” – e o seu desenvolvimento sempre levará em conta as leis desse mercado no qual está inserido. Essa condição faz com que o valor e o sentido do discurso sempre sejam ditados pelas normas mercado.

Nesse sentido, a troca linguística caracteriza-se como uma troca econômica, pois se estabelece em meios a relações de força simbólicas entre um produtor, que detém um dado capital linguístico e um consumidor ou um mercado que propiciam o lucro, material ou simbólico ao produto. Isso porque um signo nunca é apenas decifrado, mas também avaliado, apreciado, acreditado ou não. É essa circunstância que concede a troca linguística um valor social.

Nas palavras do autor, “quaisquer expressões verbais, desde as frases trocadas entre dois amigos, do discurso solene de um porta-voz autorizado, até um relatório científico, ostentam a marca de suas condições de recepção.” (BOURDIEU, 2008, p. 64).

O conhecimento e o reconhecimento práticos das leis imanentes de um mercado, e das sanções através das quais elas se manifestam, determinam as modificações estratégicas do discurso, quer se trate do esforço para "corrigir" uma pronúncia desvalorizada em presença de representantes da pronúncia legítima e, por extensão, de quaisquer correções tendentes a valorizar o produto linguístico mediante uma mobilização mais intensa dos recursos disponíveis, ou então, ao contrário, pela tendência a recorrer a uma sintaxe menos complexa, a frases mais curtas, conforme as observações de psicossociólogos em relação aos adultos quando se dirigem a crianças. (BOURDIEU, 2008, p. 66)

Assim, são as condições de produção desse mercado que determinam o valor do discurso. O mercado determina o preço de um produto linguístico, é ele que, tendo em vista às possibilidades de lucro ou de aceitação, determina as escolhas de linguagem, as maneiras de dizer e o que pode ou não pode ser dito. E como em qualquer mercado, o valor de um produto depende sempre das condições de consumo, de recepção.

Desse modo, o valor de um discurso dependerá sempre de suas condições de recepção. Devido a isso, o autor do discurso se antecipa, condicionando o seu discurso por meio de correções e de autocensuras, condições necessárias para gerar a si próprio e ao seu discurso a aceitabilidade frente aos consumidores. (BOURDIEU, 2008).

Os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com um *mercado*, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos. (BOURDIEU, 2008, p. 53).

Portanto, a eficácia de um discurso depende de seu reconhecimento e de sua autoridade dentro do mercado. O que está associado ao reconhecimento e à autoridade de quem o profere, como vimos anteriormente, e ao modo como este o profere. O reconhecimento e a autoridade, por sua vez, são produzidos no conjunto do universo social. Isso porque as suas relações não ficam circunscritas ao campo lingüístico em específico. Como em qualquer outro “campo”, o “campo lingüístico” também se constituiu pela produção e reprodução das relações sociais como um todo dentro de seu interior, com seus sistemas de diferenças e suas relações de dominação.

Por isso, uma comunicação só pode ser compreendida dentro de suas condições sociais de produção. Cabe aqui ressaltar que, para Bourdieu (2008), em cada ato comunicativo há uma realidade que reside não apenas na interação imediata, mas nas estruturas transcendentais a essa interação, ou seja, em cada comunicação se faz presente toda uma estrutura social anterior a ela.

Nesse sentido, as trocas lingüísticas jamais encerram sua existência em meras trocas interativas, elas constituem uma realidade que reside não apenas na interação imediatamente analisada, mas em estruturas transcendentais a essa interação, fundamentadas em relações de força entre seus locutores.

A reprodução das relações sociais no “campo” ou no “mercado lingüístico” implicará na constituição dos pesos dos atores envolvidos, e, conseqüentemente, em sua autoridade. Dentro do mercado os atores possuirão tanto mais autoridade, quando menos forem questionáveis. Nesse sentido, além do reconhecimento social que legitima a atuação de um sujeito, é imprescindível que esse sujeito não incorra em erros que impliquem em sua perda de prestígio, e, conseqüentemente, de autoridade.

O uso do termo “populismo”, extremamente desgastado na acadêmica em função das críticas que se abateram a ele, deixou de ser um conceito recorrente, pois usá-lo implicaria em atitudes reprováveis. A deflagração de uma perspectiva conservadora por parte do locutor ou pouco atualizada devido ao desconhecimento das críticas, um erro grave na academia, posto que vai contra a erudição empregada por ela. Um desconhecimento que se amplia as correntes teóricas em voga que inibem o uso do conceito. No caso, as perspectivas históricas e sociais que se fundamentam na atuação dos sujeitos e não em autoritarismos institucionais.

Enfim, tendo em vista a aceitação social, a todo o momento os sujeitos são coagidos a fazer uso do que está reconhecido como socialmente aceitável no período dado, ou seja, o que está na moda e não o que está fora dela. Assim, o termo “populismo” certamente caiu no descrédito, mas o mesmo não aconteceu com a lógica que ele conceitua. Esta permaneceu nas percepções dos sujeitos, implicando em seus modos de compreender e classificar o mundo.

Assim, o campo acadêmico se viu sem a presença do conceito “populismo”, posto que seu emprego poderia colocar em xeque a reputação do intelectual que dele fizesse uso. Entretanto, a sua perspectiva continuou presente nos sistemas de percepção e classificação do mundo, refletindo inclusive na percepção desses profissionais sobre as medidas de cotas raciais implementadas no País. O que evidencia o ocultamento do termo nesses discursos não como uma causa, mas sim como um reflexo dessas percepções.

Por meio desse processo fica-nos nítido que os signos linguísticos recebem seu preço no mercado em que se inserem e que a produção linguística será inevitavelmente afetada pelas regras de funcionamento desse mercado. Dentre essas, imprescindível é a antecipação das sanções do mercado. Nessa, os agentes em questão se esforçam para maximizar os lucros de suas práticas comunicativas e com isso se condicionam as possíveis valorações desse mercado, criando em parte e simultaneamente os próprios condicionamentos desse mercado, ou nos termos de Bourdieu (2008), as “sanções de mercado”.

Essas “sanções de mercado” são, por meio do “*habitus*”, antecipadas pelo locutor. Isso porque o “*habitus*”, além de envolver as formas corporais, tais como a maneira de andar, falar, posicionar-se, em suma, as técnicas do corpo, envolve também os princípios mais fundamentais da constituição e do julgamento do mundo social, pois possibilita um controle prático sobre o que pode advir ou não, na medida em que funciona como uma espécie de sentido de orientação social.

Esse sentido de orientação social permitido pelo “*habitus*” possibilita ao locutor agir conforme as regras do campo e para aumentar seu lucro frente a essas regras, ele antecipa-se

aos seus ditames. Essas condições de percepção antecipadas fazem parte das condições de produção do discurso, pois condicionam a sua produção.

Esse condicionamento exercido pelo mercado por meio da antecipação das possibilidades de lucro assume a forma de uma “censura antecipada” ou uma “autocensura”. Uma condição de funcionamento que determina não apenas a maneira de dizer algo, mas também o que convém e o que não convém ser dito.

A censura não é feita por uma instância jurídica específica, construída para reprimir a transgressão de um código linguístico qualquer. Não se expressa por meio de proibições explícitas, impostas e sancionadas por uma autoridade institucionalizada, é feita por meio de procedimentos de ajustamento. Nesse sentido, é estrutural, pois se efetiva por meio de sanções do próprio campo que se impõe a todo e qualquer produtor, inclusive ao porta-voz autorizado do grupo.

A censura faz com que surjam procedimentos de eufemização. A eufemização trata-se de condicionamentos no discurso para que ele possa ser aceito socialmente. Assim, a produção do discurso, constantemente avaliada é orientada pelas capacidades expressivas do locutor em constante trabalho de eufemização.

o que se chama tato ou habilidade é a arte de levar em conta a posição relativa do emissor e do receptor na hierarquia das diferentes espécies de capital, mas também do sexo e da idade, bem como dos limites inscritos nessa relação, chegando até a transgredi-los ritualmente se necessário graças ao trabalho de eufemização. (BOURDIEU, 2008, p. 68).

Para Bourdieu (2008), existem duas formas elementares de eufemização. A primeira consiste em trocar uma palavra, ou seja, colocar uma palavra aceitável no lugar da palavra censurada. A segunda é mais sutil, consiste em utilizar a propriedade essencial da linguagem, em que a substância permanece presente, contudo sobre outras formulações. Nas palavras de Bourdieu (2008), ocorre uma “camuflagem” em que as “significações-tabu, teoricamente reconhecíveis, permanecem praticamente desconhecidas.” (BOURDIEU, 2008, p. 137). O significado torna-se presente enquanto substância, mas ausente enquanto forma. O que aconteceu com o discurso “populista” contrário às cotas raciais.

As críticas ao conceito “populismo”, promovidas pelas correntes revisionistas, juntamente com o uso indiscriminado do termo pela grande imprensa, levaram-no ao descrédito. Nesse sentido, qualquer argumento que se fundamentasse nele seria apenas em parte ouvido e creditado. Não seria eficiente, pois poderia conquistar adeptos apenas entre os segmentos mais desinformados da população que geralmente não expressam opiniões ou,

quando muito, o fazem de forma reconhecidamente equivocada, o que não levaria credibilidade aos contrários à política, pois a qualidade de seus simpatizantes não seria de modo geral apreciada.

É importante reafirmar aqui que, de acordo com a perspectiva em questão, não existe discurso fora de suas condições sociais de produção. Os discursos são o produto de um compromisso entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela própria estrutura do campo onde o discurso é produzido e por onde ele também circula. Essa “formação de compromisso” obterá sucesso de acordo com a competência específica do produtor. Nesse processo, “mercado” e “*habitus*” exercem papel fundamental. Se a palavra é censurada no mercado, é o “*habitus*” do locutor, uma vez sensível às relações de força estabelecidas no “mercado” que ativa o processo de eufemização. Portanto, é a relação entre o grau de tensão do “mercado” com o “*habitus*” que desencadeiam a censura, e, conseqüentemente, os processos de eufemização.

Temos então a “formação de compromisso”, o resultado de estratégias de eufemização que consistem ao mesmo tempo em dar forma e em ajustar as formas dos discursos. Essas estratégias visam assegurar as satisfações da comunicação tendo em vista as possibilidades de lucro material ou simbólico que os discursos proporcionam aos seus produtores.

Nesse sentido, os condicionamentos promovidos por essa relação nada mais são do que uma interdependência entre a forma linguística e a estrutura da relação social na qual e para a qual a forma linguística foi criada. Entretanto, esse ajustamento do modo de expressão pode ser ameaçado ou rompido em situações de conflito social em que modos, usos ou expressões de uma classe ou grupo social não são da mesma maneira compreendidos por outra classe ou por outro grupo social.

Desse modo, podemos afirmar que foi a lógica do “populismo” que orientou, em grande medida, a produção do discurso contrário às cotas raciais. Entretanto, o locutor, frente à necessidade de condicionamentos, investiu sua capacidade expressiva na eufemização do argumento usando a lógica “populista” sem associar a ela o conceito “populismo”, e isso de forma imperceptível.

Para Bourdieu (2008), o ocultamento proveniente da censura acumula todos os lucros da comunicação, pois ao mesmo tempo em que diz, desmente o que foi dito pela maneira de dizer. Em sua forma “nega e preserva tanto o recalque como também aquilo que é recalcado”. (BOURDIEU, 2008, p.138). Assim, o ocultamento do termo “populismo” da crítica às cotas

raciais, com a permanência de sua lógica, afirma a sua existência duplamente, pois é negado enquanto forma e firmado enquanto conteúdo que sua lógica ganha amplitude tácita.

E essa censura é tanto mais perfeita quanto mais se torna invisível, quando o enunciador se encontra censurado por formas de percepção nele interiorizadas de forma imperceptível. O ocultamento do termo do discurso afastou todas as possíveis reservas e preconceitos que a ele poderiam se voltar. Isso trouxe-lhe a credibilidade antes retirada, fez com que ele adquirisse novamente aceitabilidade. E se a princípio a perspectiva “populista” havia se tornado inadmissível e inoportuna, sendo o termo estigmatizado ocultado, ela permanece válida, uma vez que condiz com a perspectiva com que muitos apreendem a vida social.

E mais, a sua validade e aceitabilidade torna-se ainda maior, sem a sua marca o discurso desenvolve-se como se não pronunciasse o que na verdade ele pronuncia. Assim, incide a violência simbólica. Quanto mais invisível é essa violência, mais presente se faz existir, de modo que, aqueles que o sofrem, ignoram a sua existência.

Se é verdade que o termo “populismo” esteve oculto em todos os argumentos analisados, e que, paralelamente a isso, em todos esses argumentos a lógica do termo estava presente, é possível afirmar que o procedimento de ocultamento se efetivou tendo em vista as lógicas dos mercados e suas relações simbólicas para a obtenção dos lucros na imposição de suas percepções e classificações do mundo.

Em adequação as lógicas dos mercados a autocensura entra em ação por meio do “*habitus*” do agente que inconscientemente percebe o que pode ou não pode ser dito e a forma mais palatável de dizê-lo. Um processo espontâneo, por isso invisível, mas provocado por um constante acúmulo de capitais, por isso marcado por forças simbólicas.

Não se esquecendo de que acoplada a essa variante paradoxal encontra-se outra fundamental, a de que o “poder simbólico” não reside nos sistemas simbólicos em si, mas nas relações e por meio dessas, entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos. Na própria estrutura do campo onde se produz e se reproduz os símbolos. O que o configura como uma forma transfigurada de outras formas de poder.

Mas como vimos, não se trata de um interacionismo que renega as relações de força existentes. Trata-se de considerar que as relações envolvem o poder material e simbólico acumulado pelos agentes, que por sua vez acumulam e permitem acumular ainda mais formas de “poder simbólico”. É nesse aspecto que os sistemas simbólicos cumprem a função política

de instrumentos de imposição e ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra por meio da violência simbólica que desencadeiam.

Quando Bourdieu retoma Durkheim para afirmar que as formas de classificação não são transcendentais ou universais, mas historicamente constituídas, tendo em vistas as condições sociais de produção, está afirmando que as formas de classificação são sociais, relativas às estruturas de um dado grupo. Mas mais do que isso, está nos dizendo que as formas de pensamento de um dado grupo são produzidas pela incorporação das formas sociais. “As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social.” (BOURDIEU, 2004, p.141).

Nesse sentido, podemos perceber que a palavra ou a linguagem carrega consigo um poder simbólico. Quando autorizada, contribui não apenas para a compreensão do mundo social, mas também para a construção da realidade desse mundo, o que a torna um “ato de instituição”.

É como se a palavra possuísse uma magia que ao nomear, estrutura a percepção que os agentes possuem do mundo social, contribuindo, conseqüentemente, para a própria construção da estrutura desse mundo. Assim, a linguagem e todas as suas representações possuem a eficácia simbólica de construção da realidade.

O “enunciado performativo” dita as normas de como algo deve ser ou proceder. Ele funciona como uma espécie de magia que concebe, que ordena, que atribui uma essência social ao enunciador, e também ao ente do qual se fala, seja ele pessoa, situação ou coisa.

o insulto, assim como a nomeação, pertence à classe dos atos de instituição e de destituição mais ou menos fundados socialmente, através dos quais um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, quer transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída. (BOURDIEU, 2008, p.82).

Essa lógica é perfeitamente visível quando nos referimos à crítica as cotas raciais. A perspectiva “populista” presente no discurso, sem carregar consigo o estigma do termo, visto o seu ocultamento, possibilita aos que se identificam com ela usá-la, aproveitá-la e mais ainda, assumi-la, afirmá-la, posto que não carrega a marca que a constrange.

Assim, os intelectuais conseguem tornar a crítica “populista” as cotas raciais cabível, e, além disso, atribuir essência e performatividade as duas perspectivas de mundo enunciadas por eles. Desse modo, a crítica “populista” as cotas raciais com o ocultamento de seu termo

tornou-se um “enunciado performativo” que, ao não enunciar explicitamente, enuncia ainda mais do que poderia.

Vimos que o emprego do conceito foi feito em grande medida para se referir a políticos que tiveram em seus governos políticas voltadas as camadas populares. Empregado por opositores – sejam esses indivíduos ou instituições, como a imprensa, por exemplo – o termo passou a deslegitimar uma séria de medidas de caráter amplo e distinto sobre um único e mesmo signo o da corrupção, o da política não virtuosa.

Por meio do emprego do termo “populismo” é veiculada a ideia da política virtuosa e da política não virtuosa. A primeira seria aquela que respeita a ordem natural das coisas, que não interfere e que devido a isso não possui caráter de classe. Quando na verdade sabemos que o Estado, e, conseqüentemente, toda e qualquer política desenvolvida por ele possui caráter de classe, seja ele intervencionista ou não.

Ao fazer essa distinção esses profissionais legitimam como universal as políticas de sua classe, entendidas como virtuosas e deslegitimam toda e qualquer política contrária a elas. Há aqui uma íntima relação entre virtuosidade e neoliberalismo e desvirtuosidade e intervencionismo.

Os adeptos do termo “populismo” passaram, por meio dele, a estruturar percepções, visões e interpretações acerca de um dado mundo social. Entretanto, as representações desse mundo, construídas por eles se tornaram frouxas, pois, se antes o conceito possuía um poder simbólico de estruturar um mundo atribuindo-lhe forma e essência, identificadas as falhas dessa percepção de mundo, tanto ela quanto o termo usado para designá-la caíram no descrédito.

Assim, temos a linguagem como um instrumento de poder simbólico, como um meio de produção e de reprodução das relações de dominação social. Se um discurso torna-se, por qualquer motivo inválido, adaptações ou transformações nele ocorrerão como estratégia de luta simbólica para que a imposição de uma visão de mundo social, – ou mais precisamente, para que um dado grupo – continue a imperar.

O que vimos é que o uso do conceito “populismo” surge como estratégia política de desqualificação do adversário e mais do que isso, é empregado para se referir a governos que passam a estabelecer vínculos populares, por meio de políticas direcionadas a esses setores da população.

As medidas concedidas aos populares são compreendidas pelos que fazem uso de tais adjetivações “populistas” como sendo medidas que interrompem o curso normal da história,

na medida em que são tidas como concessões eleitoreiras e não como direitos de uma classe em específico. Isso porque haveria uma lógica entre merecedores e desmerecedores, os primeiros seriam os que teriam lutado para adquirir os bens materiais e simbólicos, ou seja, a condição de classe de que desfrutavam. Os segundos seriam os despossuídos, vagabundos, ou quando menos, ignorantes.

Nessa lógica, a desigualdade social seria natural, pois somente aos vencedores é que se poderia dar os frutos de uma boa existência. Aos vacilantes restava-lhes viver na pobreza, na miséria, a sorte de suas mazelas. Esse seria o curso normal da sociedade legitimado pela lógica do mercado. A interrupção desse processo só poderia ser fruto de demagogia, de “populismo”, pois retiraria bens de quem os possuía por direito, competência e mérito para dar aos que não são capazes de possuí-los.

Ao defenderem uma espécie de curso normal do desenvolvimento histórico assumem uma aparência de generalidade, de universalidade, como se defendessem os princípios éticos e morais da sociedade. Ou há um curso ideal dos fatos, ou um curso forçado de acontecimentos. O primeiro ocorre quando os interesses das elites são reproduzidos no tempo e no espaço, o segundo ocorre quando as camadas populares passam a ter vez em meio a políticas sociais. O que for contrário a essa espécie de curso normal dos fatos, representa autoritarismo, demagogia, populismo, são princípios e práticas eleitoreiras que não possuem sentido algum, afinal, representa uma espécie de inclusão forçada e não conquistada como deveria ser se a ordem natural das coisas fosse respeitada.

Medidas são instituídas contra uma espécie de curso natural da história por meio de processos que se sucedem: contrariam “lógicas de merecimento”, ao substituírem-na por uma “lógica de beneficiamento” que alterando tradicionais “lógicas de pertencimento”. Um grande movimento que ao fim repercute em vantagem eleitoral ao líder que as institui. Essa é a lógica que está por traz da noção de “populismo”. E é exatamente essa mesma lógica que está por traz dos argumentos que se colocam contrários as cotas raciais.

O uso do conceito traria debilidade aos argumentos, pois é um conceito já extremamente batido, considerado ultrapassado no campo dos especialistas. Nesse sentido, um discurso que queira se fazer coerente, criterioso, prudente ou até mesmo sofisticado não poderia valer-se de seu uso. O que não significa que em suas percepções de classe a lógica “populista” não transpareça, pelo contrário, ela transparece e aparece na grande totalidade dos argumentos contrários as cotas raciais.

O que é preciso identificar aqui é que por traz do uso do conceito “populismo” há uma gênese de classe. Da mesma forma que por traz da crítica as cotas raciais também há essa mesma gênese de classes. A diferença é que está tornou-se mais sofisticada, o conceito “populismo” na grande maioria das vezes nem aparece verbalmente, mas está presente quando afirmar-se que as cotas raciais geram uma interrupção do processo histórico, quando inclusive afirma-se que há um único processo histórico possível. Quando desqualifica-se o governos que as introduz, como se este estivesse ultrajando esse processo histórico retirando dos que merecem para dar aos que não merecem. Quando ignora-se os movimentos que lutaram por ela, como se fizera desde a era Vargas, ignorando a atuação dos movimentos trabalhistas, e mais do que isso, quando se desmerece as camadas populares, como se estas estivessem recebendo uma benesse quando na verdade recebem apenas direitos que antes lhes foram negados.

O que estamos querendo dizer ao enfatizar que há uma gênese de classe por traz do uso do conceito “populismo” ou por traz da crítica as cotas raciais é que quem assim o faz está na verdade encobrindo por traz dos conceitos e das críticas a defesa de seus privilégios de classe. Não se critica as cotas raciais porque defende-se a justiça social por meio da inserção de todos os pobres e não apenas dos pobres negros, de que seriam necessários políticas universalistas e não políticas de discriminação positiva. Ou que as cotas raciais dividiriam legalmente um País marcado pela miscigenação. Critica-se as cotas raciais, pois elas interrompem um processo de seleção social fundamentado em princípios e em operações racistas.

Hasenbalg (2005) afirma que “as desigualdades raciais contemporâneas são apenas residualmente devidas à herança do escravismo e refletem principalmente a operação contínua de princípios racistas de seleção social”. Em outras palavras, raça é, para ele, um atributo socialmente elaborado para a reprodução das relações de classe. Nesse sentido, na seleção social, a raça, por meio do princípio racista, tornou-se um instrumento para tal.

Para o pesquisador, a ideologia do racismo, na sociedade industrial, passou a exercer influência direta na configuração de posições no mercado de trabalho, restringindo o negro às posições mais subalternas, e, conseqüentemente, reproduzindo os privilégios a raça branca.

Portanto, o negro não estaria fora da sociedade de classes, mas sim inserido nela para que os postos de privilégio e subordinação se perpetuassem. Nessa lógica, a presença persistente do racismo não deve ser compreendida como um legado do passado, mas como

uma construção da sociedade capitalista de então para reproduzir as relações de classe, e, conseqüentemente, os privilégios a raça branca.

A opressão racial contra os negros confere aos brancos, conforme o autor, uma “vantagem competitiva”. Nesse sentido, os brancos se aproveitaram e continuaram se aproveitando do acesso diferencial a posições mais elevadas em todas as dimensões da estratificação social.

Para defender seu argumento Hasenbalg (2005) traz o conceito desenvolvido por Blauner (1972) de “privilégio racial” ou “desvantagem desleal” que representa a situação preferencial dos brancos, uma “espécie de sair à frente” na corrida pelos valores materiais e imateriais da sociedade competitiva e de bens escassos.

O pesquisador traz ainda a contribuição de Stinchcombe (1968), para ele a noção de “privilégio racial” se relaciona diretamente ao conceito de “posse” desse autor. Nascer branco em uma sociedade multirracial seria uma espécie de “posse”, pois o branco carregaria consigo bens que não dependem do desempenho competitivo, mas sim de relações sociais estabelecidas previamente. Nesse sentido, “uma pele clara pode ser uma posse dependendo da porcentagem de não-brancos na população total, a intensidade do racismo e a existência de leis raciais impostas pelo Estado.” (HASENBALG, 2005, p. 122).

Nesse sentido, as cotas raciais para ingresso no ensino superior representariam a quebra de privilégios sociais provenientes de relações de classe fundamentadas em uma na seleção social racista. Condição que evidencia como as escolhas políticas são realmente dependentes da classe social.

Uma das características mais determinantes das escolhas política, reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais do que todas as outras escolhas – mais, sobretudo, que as escolhas obscuras e profundas do *habitus* – a representação mais ou menos explícita e sistemática que os indivíduos tem do mundo social, assim com da posição que ocupa e que “*deveria*” ocupar nele; e o discurso político, quando existe enquanto tal, limita-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. (BOURDIEU, 2007, p.424).

Assim, ao classificarem o mundo social os sujeitos estão inevitavelmente classificando a si próprios e os demais sujeitos sociais. “Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (BOURDIEU, 2007a, p.446.)

Para Bourdieu, há um princípio gerador e unificador das práticas, os “*habitus* de classe”, uma forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos impostas por ela em todas as dinâmicas da vida social.

Desse modo, podemos concluir que o ocultamento do termo “populismo” da lógica “populista” presente no discurso dos intelectuais contrários a política de cotas raciais pode ser interpretada a luz do referencial bourdiesino, em especial por meio das normas de funcionamento do campo linguístico e de condições determinantes do campo político, como tentamos mostrar até então.

Assim a aceitabilidade de um discurso depende de seu conteúdo e do modo como ele é colocado. Para o autor, uma ordem ou mesmo uma palavra só pode operar quando tem a seu favor a ordem das coisas. Tem-se então que a condição de aceitabilidade de um discurso não se encontra na situação de interação em si, mas no modo como se dispõe no mercado.

Nesse sentido, o uso do termo, além de ineficiente, ao invés de macular a imagem do adversário, como ocorriam nas tentativas anteriores vistas em capítulo precedente, causaria o oposto, levaria má impressão a imagem de quem dele se utilizasse. Ocorre com isso uma espécie de oposição entre o refinado e o vulgar, ou seja, a argumentação dos intelectuais, ponderada, sensata, de um lado e do outro, a mídia, voraz, que ataca indiscriminadamente sem se sustentar em reflexões sólidas.

Como afirma o próprio autor usado como referencial, “se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e facilíssimas de inverter.” (BOURDEU, 2015, p.224). Nesse sentido, as relações de força da ordem social só podem ser compreendidas tendo em vista a dimensão simbólica dessas relações.

CONSIDERAÇÕES

Por meio das construções dos argumentos percebemos o quanto a lógica “populista” estava presente na crítica às cotas raciais. Ao atacar a política de cotas atribuindo-lhe a lógica do desordenamento social, os intelectuais contrários à medida buscam se colocar à frente no espaço público por meio de uma imposição de sentidos e de formas de classificação do mundo. Produção e imposição simbólica características das formas de dominação social. (BOURDIEU, 2004).

Vimos que o autoritarismo atribuído ao governo é a característica “populista” mais fortemente presente no discurso dos intelectuais contrários à política. Isso porque este imporia à sociedade medidas coercitivas, que a princípio a beneficiariam, quando na verdade, beneficiam a si próprios, essa é a lógica veiculada por suas críticas. Nesse argumento, o autoritarismo torna-se sinônimo de Estado intervencionista, e, com isso, são agrupadas características e processos extremamente distintos entre si.

A essa primeira característica “populista” presente no discurso desses intelectuais, soma-se uma segunda, a manipulação. Para que o autoritarismo possa se concretizar, é preciso antes manipular a sociedade para que ela acredite estar sendo beneficiada pelas medidas instituídas pelo governo.

A segunda característica soma-se uma terceira, a cooptação das camadas populares. Essa manipulação se exerceria sobre as camadas populares, porque estas são tidas como ignorantes, sem formação, sem capacidade, e, conseqüentemente, sem consciência política. No caso em questão, a centralidade no que toca às camadas populares recai sobre as camadas negras.

Da terceira noção desembocamos na quarta, a infantilização das camadas populares. Ignorantes e inaptas seriam facilmente manipuladas. Em síntese, essas são as quatro noções centrais da percepção “populista” presente no discurso dos intelectuais contrários a política de cotas raciais: autoritarismo; manipulação, cooptação das camadas populares e infantilização dessas mesmas camadas.

Vimos ainda que há uma lógica que perpassa toda a perspectiva “populista” presente nesses discursos, a de que a política em questão transforma o curso natural dos acontecimentos, instituindo, conseqüentemente, uma nova ordem. Há no discurso desses intelectuais a menção a uma espécie de ordem transcendental ou universal dos acontecimentos

da vida, uma ordem pré-existente ao homem e que se desenvolveria em um curso natural pré-estabelecido.

Em contraposição a essa ordem pré-estabelecida estaria a lógica instituída pelo “populismo”, que, por sua vez, interferiria na anterior. A lógica “populista” seria criada pelo homem e, por causa disso, seria espúria, ilegítima, corrompida. Condição que se acentua ainda mais pelo fato desse homem não partilhar das mesmas convicções sociais, políticas e econômicas de seu adversário no jogo político e social.

Vimos ainda que nos argumentos centrais dos críticos das cotas raciais a perspectiva “populista” se fez presente. No argumento científico, em que a ciência considerada está restrita ao campo da biogenética, é ressaltado a impossibilidade de separar a humanidade por meio de divisões raciais.

No argumento da “racialização” da sociedade é recorrente a ideia de que o Brasil é um País miscigenado biológica e culturalmente. Nesse sentido, a implementação de cotas raciais seria uma espécie de negação da identidade miscigenada da cultura brasileira. Elas fariam a sociedade reviver a separação racial que historicamente existiu no País, na medida em que apresentariam às novas gerações as divisões raciais que deveriam ser esquecidas.

A perspectiva “populista” também pode ser encontrada com recorrência no argumento de defesa das políticas universalistas em detrimento das compensatórias. Ambas são colocadas em embate. O intuito é o mesmo, mostrar o quanto as políticas compensatórias são provenientes do autoritarismo do Estado, que faz uso de determinadas estratégias para se manter no poder e o quanto as políticas universalistas seriam melhores por não se restringirem apenas a um determinado seguimento da população.

Como muitos autores enfatizaram, o “populismo” é um termo extremamente elástico, usado para classificar uma diversidade de processos políticos, o que o torna um conceito inconsistente. Vimos que, apesar de toda a crítica que se abateu a ele, ele sobrevive e negar a sua sobrevivência é negligenciar as representações sociais que são construídas a partir dele, e, conseqüentemente, compreender equivocadamente dimensões políticas centrais da realidade brasileira.

Nas análises feitas em nossa pesquisa foi possível concluir que o discurso “populista”, mais do que caracterizar concessões eleitoreiras em troca de apoio político, procura encobrir processos políticos democráticos, assim como os atores sociais envolvidos nesses processos. Desse modo, em uma dimensão mais profunda, podemos compreender o emprego do termo como, mais do que uma estratégia de desqualificação do adversário político, mas um modo de

tornar invisível os atores sociais, assim como as demandas e as reivindicações impostas por eles. Isso porque, ao atribuir à política de cotas uma lógica “populista”, como se esta tivesse sido uma concessão política às camadas populares, encobre-se o diálogo estabelecido entre governo e setores das camadas populares, negando assim todo o processo de luta dos atores nesse processo.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** Fragmentos filosóficos. 1947.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.37, janeiro-junho de 2006. p.143-166.

_____. **Histórias do Movimento Negro no Brasil:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas. 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC e Lula. 2ª edição. Campinas: Autores Associados. 2005.

ARRUDA, Roldão. **Forçar inclusão é política populista e demagógica**. Estadão. 06 de abril de 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,forcar-inclusao-e-politica-populista-e-demagogica,349335>>. Acesso em: 03 de fev. de 2015.

BACELAR, Jeferson e CAROSO, Carlos. (Org.s) **Brasil: um país de negros?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Pallas. 2007.

BLAUNER, Robert. **Racial oppression in America**. New York. Harper & Row. 1972.

BENJAMIN, César. **Tortuosos caminhos**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

BOITO JUNIOR, Armando. **A burguesia no governo Lula**. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2007.

_____. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp. 2007a.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

_____. **Sobre o Estado:** Cursos no Collège de France (1989-1992). 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Esquerda nacional e empresários na América Latina. **Lua Nova**. São Paulo. 70. p. 83-100. 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: Novas histórias.** In: Marcos Cezar de Freitas. *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto. 1998.

_____. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimento.** In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Tema sobre a organização dos intelectuais no Brasil.** RBCS Vol. 22 n.65 outubro/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v22n65/a03v2265.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. de 2014.

CASTEÑADA, Jorge. **Latin America's Left Turn.** *Foreign Affairs.* May-June de 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>> Acesso em: 30 de jun. de 2015.

CAVALCANTI-SCHIEL. **Quando nem todos os cidadãos são pardos.** In: FRY, Peter et al (Org.s) *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2ª edição. Lisboa: Difel. 1990.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 15 de out. de 2013.

DRESSER, Denise. **Neopopulist Solutions to Neoliberal Problems: Mexico's National Solidarity Program.** San Diego: Universidad de California-Center for US-Mexican Studies. 1991.

FAGNANI, Eduardo. **A política social no governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n.192, jun.2011.

FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: O populismo na política brasileira.** In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964.** Civilização Rio de Janeiro: Brasileira. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: No limiar de uma nova era.** v.2. Dominus Editora. São Paulo. 1965.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 33ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2007.

FRY, Peter. **Introduzindo o racismo.** In: FRY, Peter et al (Org.s) *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

_____. e MAGGIE, Yvonne. **Política social de alto risco**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato S.; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de classe em Latinoamérica**. México: Série Era Popular. 1973.

GOÉS, José Roberto Pinto de. **O racismo vira lei**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

GOLDENZON, Sidney. **Eles deveriam pedir desculpas de joelhos**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. **De la expectativa a la confrontación**: O Estado de São Paulo durante el primer gobierno de Lula da Silva. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina. 2015. E-Book.

GOMES, Ângela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. **Os intelectuais**. O princípio educativo. Jornalismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

GRIN, Mônica. **O Estatuto da Igualdade racial**: uma questão de princípio. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e forma de integração nacional. **Estudos Avançados**. 18. 50. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a23v1850.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. de 2013.

_____. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova**. São Paulo. 85: 13-40, 2012. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Cidadania%20e%20retoricas%20negras%20de%20inclusao%20social.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. de 2013.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.: 2ª edição. 1991.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: Capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

LAMOUNIER, Bolívar. Prefácio. In: FRY, Peter et al (Org.s) **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

LESSA, Carlos. **O Brasil não é bicolor**. In: FRY, Peter et al (Org.s) **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. Versão digital do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?...Sociedade_industrial_no_Brasil...>. Acesso em: 27 de abr. de 2015.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O pomo da discórdia: sobre as cotas raciais e o debate na Uerj**. In: FRY, Peter et al (Org.s) **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MIRANDA, José Carlos. **Um estatuto para dividir e cotas para iludir**. In: FRY, Peter et al (Org.s) **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MITRE, Antônio Fernando. **As peregrinações de um conceito**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.10, n. 13, 1º sem. 2008.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**. v 26, n1, p. 58-74 janeiro-março. 2006.

MENEGUELLO, Rachel. **Partido e Governo no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação de Vilmar Faria. 1996.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. n. 117, p. 197-217/nov/2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro Experimental do Negro**. Estudos Avançados 18 (50), 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em: 27 de out. de 2013.

NEVES, Lucília de Almeida. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1960)**. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

PENA, Sérgio. **Ciência, bruxas e raças**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

_____. **Receita para uma humanidade desracializada**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007a.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas. 2013.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. Lulismo: entre o popular e o populismo. In: **Revista Contratempo** v 30, n 2, ed. Agosto-novembro ano 2014. Niterói. p 24-43.

REIS, Daniel Aarão. **Estado e trabalhadores: O “populismo” em questão**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007.

RIBEIRO, Renato, Janine. **A política como espetáculo**. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). Anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1994.

SAES, Décio de Azevedo Marques. **A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina**. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). Anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1994.

SALLUM JUNIOR, Brasília. **Hegemonia Liberal, Desenvolvimentismo e Populismo**. *Nueva Sociedad*. n.217 sep-oct. 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações afirmativas**. Tese defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **A questão da inclusão social na universidade brasileira**. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória, (Org.s) Universidade Pública e inclusão social: experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

_____. **Das estatísticas de cor ao Estatuto da Raça**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras. 2012.

SORJ, Bernardo. **Memória, vitimização e o futuro do Brasil**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

SORJ, Bila; MIRANDA, José Carlos; MAGGIE, Yvonne. **Preâmbulo**. In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

STINCHCOMBE, Arthur. **The structure of stratification systems.** In: Silis, D. I. (Ed.) International Encyclopedia of the Social Sciences. New York: Macmillan and FreePress, 1968, p.325-332.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978 a.

_____. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. **Revista Dados.** BIB. Rio de Janeiro. 1978 b. Disponível em: <portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman...>. Acesso em: 26 de abr. de 2015.

VILAS, Carlos. ¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latino-americano. **Revista de sociologia e política.** n 22. p. 135-151 jun. 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 4ª edição. 1980.

WEYLAND, Kurt. **Neo-Populism and Neo-Liberalism in Latin America: Unexpected Affinities.** Studies in Comparative International Development. n. 31, p. 3-31, Fall. 1996.

_____. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. **Comparative Politics.** New York: v 34, n 1, p. 1-22, 2001.

_____. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: How Much Affinity? **Third World Quarterly.** v 24. n 6. p. 1095-1115. 2003.

ZARUR, George. **Aprendizes de feiticeiros.** In: FRY, Peter et al (Org.s) Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.